



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 112

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 20 de Outubro de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, iniciou-se o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, com a apresentação dos seguintes Votos:

- **Voto de Saudação pela atribuição do galardão Jovem Músico do Ano a Tamila Kharambura**, apresentado pela Sra. Deputada Catarina Furtado (*PS*).

Após a apresentação do voto usou da palavra o Sr. Deputado António Ventura (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Saudação pelo 75.º Aniversário da Casa do Povo das Furnas**, apresentado pela Sra. Deputada Benilde Oliveira (*PS*).

Apresentado o voto, usou da palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- Voto de Protesto pela natureza não isenta e plural como a RTP/Açores tem vindo a veicular e tratar a informação relacionada com os trabalhos da ALRAA, apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Após a apresentação do voto usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Pedro Gomes (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*) e Hernâni Jorge (*PS*).

Submetido à votação, o Voto foi aprovado por maioria.

Terminado este ponto, passou-se para as Declarações Políticas.

A primeira foi proferida pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), tendo usado da palavra os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS/PP*), Berto Messias (*PS*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*).

O Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*) proferiu a segunda declaração política, tendo participado no debate os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*).

No decorrer do debate o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*) pediu a palavra para um protesto, tendo o Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*) usado da palavra para contra-protestar.

De seguida, passou-se à **Agenda da Reunião**.

1 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011 – “Estatuto do Aluno dos ensinos básico e secundário”, apresentada pela Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*).

Após a apresentação usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Costa Pereira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Catarina Furtado (*PS*), Rui Ramos (*PSD*), Pedro Gomes (*PSD*) e Cláudio Almeida (*PSD*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Após a votação, usaram da palavra para declarações de voto os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Costa Pereira (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Catarina Furtado (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*).

No seguimento da declaração de voto do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usou da palavra para um protesto o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), tendo o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) usado da palavra para um contra-protesto.

2 - Projecto de Resolução n.º 28/2011 – “Alteração da regulamentação dos preços do pão, farinha e cereais importados na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Mário Moniz, participaram no debate os Srs. Deputados Pedro Medina (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*), Nélia Nunes (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 51 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos começar os nossos trabalhos de hoje com a chamada.

(Eram 10 horas e 07 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
João Oliveira **Teves**
Joe Valadão Rego
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José de Sousa **Rego**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Francisco Salvador Fernandes

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Paulo Jorge Silva Ribeiro

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos começar com os votos e temos um Voto de Saudação do Grupo Parlamentar do PS relativo ao prémio Jovem Músico do Ano, Tamila Kharambura.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

Deputada Catarina Furtado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Prémio Jovem Músico do Ano - Tamila Kharambura

Nasceu na Ucrânia, mas vive na Ilha Terceira desde 1995. Filha de músicos virtuosos, Tamila Kharambura venceu o galardão principal do Prémio Jovem Músico do Ano Maestro Silva Pereira.

Exímia violinista, com apenas 16 anos, Tamila Kharambura recebeu esta importante distinção nacional, que lhe permite, agora, continuar a sua formação no estrangeiro.

O Prémio Jovens Músicos, organizado pela RDP Antena 2, é considerado o maior a nível nacional no âmbito da música erudita.

Na 25ª edição do Prémio Jovem Músico do Ano, Tamila Kharambura foi avaliada pela professora de música Teresa Costa Macedo, pelo compositor Luís Tinoco, director artístico do concurso, a maestrina Joana Carneiro, Miguel Sobral Cid, do Serviço de Música da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), o maestro Martin Andre, do Teatro Nacional de S. Carlos, e Rui Pereira, da Casa da Música.

A jovem ucraniana iniciou-se no violino aos quatro anos de idade, um talento que se foi revelando no Conservatório Regional de Angra e que tem sido materializado, nos últimos anos, em variadas distinções, prémios e galardões.

Já reconhecida dentro e fora de Portugal, Tamila Kharambura tem recebido assíduos convites para actuações com orquestra e agrupamentos locais, além de estar integrada na Orquestra Juvenil do Conservatório.

Esta jovem, que é um exemplo de integração e bom acolhimento dos Açores, tem trabalhado, ao nível da sua formação, com personalidades da música mundial, como Zakhar Bron, Gareguin Aroutiounian e S. Kravchenko.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Região Autónoma dos Açores a aprovação do seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de Outubro de 2011, saúda a jovem Tamila Kharambura por ter recebido o galardão Jovem Músico do Ano Maestro Silva Pereira, assim como o Conservatório Regional de Angra pelo seu contributo na sua formação musical.

Do presente Voto de Saudação seja dado conhecimento à própria, à sua família e à Direcção do Conservatório Regional de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 20 de Outubro de 2011

Os Deputados Regionais, *Berto Messias, Francisco César e Catarina Furtado*

Presidente: Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD vai associar-se a este Voto, congratulando-se pela distinção nacional desta jovem e do Conservatório.

É obviamente um motivo de orgulho para os Açores e para os açorianos, que existe esse reconhecimento e esta valorização deste e de outros talentos.

Naturalmente este é um sinónimo de que temos capacidade e criatividade instalada, que aliás podem dar outro tipo de contributo.

Muito obrigado.

Presidente: Creio não existirem mais intervenções. Assim sendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um Voto de Saudação igualmente do Partido Socialista relacionado com o 75.º Aniversário da Casa do Povo das Furnas.

Sra. Deputada Benilde Oliveira tem a palavra.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

75º Aniversário da Casa de Povo das Furnas

A Casa de Povo das Furnas, fundada em 26 de Outubro de 1936, celebrará as suas Bodas de Diamante no próximo dia 26 de Outubro. É uma pessoa colectiva de utilidade pública constituída com o objectivo de promover o desenvolvimento e bem-estar da comunidade.

Com sede na Rua Padre José Jacinto Botelho, na Freguesia das Furnas, Concelho da Povoação, conta com 77 sócios e no seu edifício-sede funcionam diversos serviços, como a Segurança Social, sala de análises clínicas, consultório dentário e diversas áreas de lazer.

A Casa do Povo tem por finalidade a realização de actividades de carácter social e cultural. Neste sentido, a instituição assegura o transporte semanal de 25 idosos para o centro social e continua a desenvolver o projecto de instituir o “Banco do Tempo”, na perspectiva do voluntariado, da solidariedade e do reforço das relações entre os habitantes das Furnas.

A Casa de Povo das Furnas, que recebeu financiamento do Governo Regional dos Açores...

Deputado João Costa (PSD): Para vocês é só Governo, Governo, Governo.

A Oradora: ...para a conclusão das obras de beneficiação das suas instalações, assume-se como uma das principais instituições da Freguesia das Furnas, sendo um pólo agregador de várias actividades e serviços desenvolvidos em benefício da população.

Deputado João Costa (PSD): Bela democracia que estão fazendo!

A Oradora: Representa, assim, uma instituição com que os furnenses, durante muitas décadas, habituaram-se a contar para as mais variadas funções, sendo, ainda, um dos espaços de convívio mais importantes das Furnas, enquanto elemento identificativo desta freguesia do Concelho da Povoação.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do seguinte Voto de Saudação:

«A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de Outubro de 2011, saúda a Direcção, bem

como todos os seus colaboradores e sócios pelo 75.º Aniversário da casa do Povo de Furnas».

Do presente Voto de Saudação seja dado conhecimento à Direcção, a todos os seus colaboradores e sócios.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 20 de Outubro de 2011

Os Deputados Regionais, *Berto Messias, Francisco César e Benilde Oliveira*

Presidente: Sr. Deputado Francisco Álvares tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Merecer do prestígio granjeado por aquele que foi o rosto da Casa do Povo das Furnas tem ao longo de vários anos, o Sr. António José, um atleta de excelência, sido um pólo importante de dinamização cultural da freguesia das Furnas.

Para além disso, e aquilo que me parece particularmente importante, é que a Casa do Povo das Furnas foi um espaço privilegiado de desenvolvimento, do sentimento de pertença dos furnenses...

Deputado José San-Bento (PS): Diga agora ao seu Governo para pagar a eles!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: ...e da exaltação do orgulho.

Nesse sentido, o Partido Social Democrata vai associar-se a este Voto, naturalmente pedindo que dessa forma também seja dado conhecimento a essa mesma instituição.

Presidente: Não tenho mais inscrições. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para um Voto de Protesto apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores possui uma composição plural que reflete a vontade livre e democraticamente expressa pelo Povo Açoriano. Devido às obrigações do serviço público a que está obrigada e às exigências éticas e deontológicas que resultam do acto de informar, a RTP-Açores tem o dever de informar a população, com rigor e isenção, do conteúdo e da pluralidade das posições partidárias expressas no debate parlamentar.

Não é lícito e correto omitir o posicionamento e os argumentos de alguns partidos e privilegiar, de forma sistemática e sem critério, algumas forças políticas. No entanto é isso que a RTP-Açores tem vindo a fazer, de forma cada vez mais sistemática, no âmbito da cobertura dos trabalhos parlamentares. Na prática, a cobertura noticiosa dos trabalhos parlamentares efetuada pela RTP-Açores pretende, através de seletivas omissões, simplificar o quadro político parlamentar veiculando, junto da opinião pública, a existência de um quadro político parlamentar essencialmente bipartidário.

A esmagadora maioria das discussões parlamentares são transmitidas nesse registo bipartidário, omitindo, assim, a pluralidade do debate parlamentar e a verdade dos factos. Este comportamento é inaceitável no quadro do serviço público de televisão e do rigor e isenção com que deve ser veiculada a informação.

A RTP-Açores não deve favorecer, por reiterada e seletiva omissão de todos os outros, um quadro político bipartidário que a população açoriana não escolheu e ostensivamente recusou. A RTP-Açores não pode continuar a condicionar, por omissão e deturpação da natureza plural do debate parlamentar, o eleitor açoriano. A RTP-Açores não pode continuar a favorecer o surgimento de um quadro político e parlamentar bipartidário. A manipulação da informação que

está a ser feita nesse sentido, de forma cada vez mais intensa, não pode ser tolerada em nome da verdade informativa e do pluralismo democrático.

Assim, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento, a Representação Parlamentar do PPM propõe que, em forma de voto de protesto, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifeste à RTP-Açores o seu mais vivo protesto pela natureza não isenta e plural como esta tem vindo a veicular e a tratar a informação relacionada com a cobertura dos trabalhos parlamentares da ALRAA.

Horta, 20 de Outubro de 2011

O Deputado do PPM, Paulo Estêvão

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu devo dizer-lhe, relativamente a esta matéria, do protesto do serviço público de rádio e televisão dos Açores que efectivamente há cada vez mais gente a pensar como nós.

Nós já aqui apresentámos um Voto de Protesto o ano passado e o que se exige a um serviço público é isenção, rigor e pluralidade. É isso que se tem de exigir a um serviço público de rádio e televisão, o que muitas vezes não tem acontecido, e nós temos, sempre que isso aconteça, o dever também ético e para com a sociedade que nos elegeu de denunciar estas situações.

Sobretudo a RTP e qualquer órgão de informação tem de perceber que não é a RTP, não são os jornalistas que vão escolher o Governo dos Açores. Quem vai escolher o Governo dos Açores e quem vai escolher os eleitos desta Assembleia é o povo e por isso se exige um cuidado extremo de rigor, de isenção por parte dos profissionais, dos jornalistas, da Administração e da Direcção da RTP e de qualquer órgão de comunicação social, quer seja público, quer seja privado, deve ser essa a sua conduta profissional.

Por isso, votaremos favoravelmente este Voto.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por diversas vezes o Partido Social Democrata tem expressado publicamente preocupações quanto à isenção, ao rigor e ao pluralismo no serviço público de rádio e televisão nos Açores. Essas preocupações do Partido Social Democrata, que se fundam numa sub-representação nos espaços do serviço público de rádio e televisão dos partidos da oposição, no seu conjunto, têm sido reflectidas com rigor nos vários relatórios que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social tem feito em que se analisa este aspecto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Oh senhor!

O Orador: Ainda este mês, no dia 12, na audição da Assembleia da República, feita justamente à Entidade Reguladora para a Comunicação Social, vou citar a Dra. Estrela Serrano, membro da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, dizia que: “no último ano a RTP foi capaz de reduzir a presença do Governo em 10 pontos percentuais.” E dizia mais: “o único operador que não foi capaz de equilibrar esse pluralismo foi a RTP/Açores”. Fim de citação.

O que quer dizer que se mantêm as preocupações que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tem reiteradamente expresso relativamente ao pluralismo e ao tratamento dos partidos e das forças políticas na RTP/Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Falta de oxigénio!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Grande ideia que está a dar!

O Orador: Dito isto...

Presidente: Faça favor de continuar.

O Orador: ...o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não pode votar favoravelmente este Voto de Protesto apresentado pela Representação Parlamentar do PPM, porque não concorda com os pressupostos em que este Voto assenta, não concorda com a circunstância de que é o quadro bipartidário

que provoca o desequilíbrio da representação político-partidária no serviço público de rádio e televisão.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos preocupações com o pluralismo no serviço público de rádio e televisão nos Açores fundadas e comprovadas pela entidade que em Portugal vela pelo seu cumprimento, mas não podemos votar o Voto do PPM, porque os seus pressupostos estão errados,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor pode dizer isso muita vez que não passa a verdade.

O Orador: ...os seus fundamentos não estão certos e isso faz toda a diferença neste debate.

Muito obrigado.

Deputados Duarte Freitas e Mark Marques (PSD): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda subscreve as preocupações quanto à isenção, ao rigor e ao pluralismo trazidos a este Plenário pelo Voto de Protesto do PPM. Subscreve também a constatação que a bipolarização e um quadro de bipolarização já está no terreno e vai-se agudizar até às eleições de Outubro próximo.

Nenhum de nós tem ilusões a esse respeito. Tem sido sempre assim. Aliás, em 2004 pagámos bem o artificialismo e a falsidade dessa bipolarização e ninguém tem dúvidas, porque ninguém é inocente de que isso vai acontecer.

Começar a chamar a atenção para essa realidade e reivindicar que a isenção, o rigor, o pluralismo que um órgão de comunicação social está obrigado não faz mal a ninguém. Acontece porém que neste momento concreto que nós estamos a atravessar há um bem maior (se me permite dizer assim) que nós não podemos perder de vista enquanto não tivermos a certeza absoluta que o perdemos mesmo, que é: salvar e defender a RTP/Açores e os seus profissionais e por isso achamos que este não é o momento para atacar, quando exactamente

esta Câmara está a desenvolver todos os esforços ao seu alcance para a defender.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda abster-se-á quanto a este Voto.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PCP identifica-se com as preocupações que constam deste Voto e vai associar-se.

Aliás, a própria posição do PSD relativamente ao Voto apenas vem reforçar aquela que é a manifestação de protesto pela bipolarização de que a cobertura dos trabalhos parlamentares está a ser alvo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este Voto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode deixar de discordar do mesmo...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem a autorização do PS!

O Orador: ...por, desde logo, duas ordens de razões: quanto ao conteúdo e quanto à oportunidade.

Quanto ao conteúdo, desde logo porque não é verdade (todos os açorianos sabem disso e nós também sabemos) que haja um favorecimento de qualquer solução bipartidária por parte da comunicação social.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A prova é exactamente essa. Quem se manifesta contra o voto é quem é beneficiado!

O senhor às vezes serve, mas às vezes não serve.

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão não pode...

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar.

Sr. Deputado Hernâni Jorge.

O Orador: Sr. Presidente, eu tenho sempre muito gosto em ouvir as opiniões e as posições do Sr. Deputado Aníbal Pires, mas gostaria que ele comentasse a minha intervenção depois de eu a concluir, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não posso. Não tenho tempo!

O Orador: ...porque certamente aí sim poderá comentar a minha intervenção e não o pressuposto que ele tem, ou o preconceito que ele tem relativamente àquilo que eu possa dizer.

Dizia eu que discordamos deste Voto por duas razões: quanto ao conteúdo e quanto à oportunidade.

Quanto ao conteúdo é manifesto que a acusação de favorecimento de uma solução bipartidária não cabe manifestamente nas opções e nas soluções editoriais da rádio e televisão públicas, (o que não pode e daí os relatórios do pluralismo da ERC) pese embora todas as reservas que temos e já manifestámos relativamente aos critérios que estão a ele subjacentes, os quais mostram claramente que os pequenos partidos, que as pequenas forças partidárias estão claramente beneficiadas relativamente aos maiores partidos.

Deputado João Costa (PSD): Tal como o Governo e o Partido Socialista!

O Orador: Também o PSD não tem razões de queixa relativamente a essa matéria ou não deve ter, quando designadamente a sua líder aparece sistematicamente na comunicação social, mas aparece como presidente de câmara e como tal não é contabilizada para este efeito.

Secretário Regional Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Presidente da Câmara da Horta, o Presidente da Câmara da Graciosa...

O Orador: Se o fosse, Sras. e Srs. Deputados, as constatações e os resultados do relatório da ERC seriam certamente bastante distintos como todos nós temos claramente essa noção.

Ainda relativamente ao conteúdo do Voto dizer o seguinte. O Partido Socialista tem-no dito e tem-no repetido vastas vezes: todos os actores políticos, todos os actores sociais têm direito ou legitimidade para protestar, para manifestar a sua indignação, para manifestar a sua discordância relativamente a soluções

editorias que em cada momento possam ser tomadas por qualquer órgão de comunicação social, nos quais não se exclui naturalmente os órgãos de comunicação social inseridos no serviço público de rádio e televisão. Podem e devem fazê-lo no exercício das suas funções político-partidárias, podem inclusivamente e devem fazê-lo como algumas vezes se fez no âmbito deste Parlamento.

Agora, o que não pode nem deve acontecer na perspectiva do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é esta Assembleia assumir institucionalmente um protesto sobre esta matéria. Isso é a Assembleia querer se imiscuir em matéria que não é da sua competência, na qual não se deve meter: ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, está satisfeito com a cobertura que a RTP faz dos trabalhos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista?

O Orador: ... os critérios editoriais e redactoriais dos órgãos de comunicação social.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Presidente: Acabou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Deputado, eu gostaria de prosseguir e de concluir, mas o Sr. Deputado Aníbal Pires pelos vistos...

Presidente: Faça favor de concluir.

O Orador: Para terminar, dizia eu, também rejeitamos esta iniciativa porque quanto à sua oportunidade, seguindo e acompanhando de perto os argumentos trazidos pela Sra. Deputada Zuraida Soares, este momento é um momento particularmente importante e sensível na defesa do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores e quaisquer *fait divers*, ou divergências que se façam neste momento e nesta matéria, apontando o dedo e pondo em causa a existência e o serviço público que é prestado pela rádio e televisão públicas poderão ser altamente prejudiciais por aquilo que é essencial neste momento, que é a defesa intransigente da existência desse serviço público de rádio e televisão na Região, assegurado, financiado e garantido pelo Estado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isento, rigoroso e plural!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Central!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O posicionamento dos diversos partidos ficou aqui bem claro e também ficou bem claro quem é que está a beneficiar com a actual conjuntura informativa.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: Diz o Partido Socialista que não se protesta, mas eu lembro que há cerca de um ano...

Deputado Berto Messias (PS): Basta ler os jornais!

O Orador: ...a iniciativa de protestar pela interrupção da intervenção do Sr. Presidente do Governo Regional foi proposta, em Conferência de Líderes, exactamente pelo Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): E aprovada por unanimidade!

O Orador: Vejam só a vossa contradição em matéria de factos. Vejam bem como os senhores não falam verdade, como os senhores entram em contradição permanentemente.

Mais do que isso, o que é importante referenciar em relação à questão da oportunidade é que o pluralismo não mete férias. Sobre o pluralismo é sempre oportuno falar de democracia, é sempre oportuno falar de pluralismo, é sempre oportuno por pior que seja a situação da RTP Açores, porque o que nós defendemos aqui é uma RTP Açores melhor, é uma RTP Açores plural e não vamos defender aquilo em que não acreditamos, aquilo que não serve a democracia, aquilo que não serve o pluralismo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Aparece todos os dias!

O Orador: O que vos quero dizer é que os telespectadores da RTP Açores podem todos os dias testemunhar que entram na grelha da informação da RTP dezenas de governantes do Partido Socialista em relação aos mais diversos assuntos, assuntos sem a menor importância e outros com alguma importância e que o contraditório é normalmente resumido ao Partido Social Democrata.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Sr. Presidente, tenho de fazer um protesto. Isto são só inverdades.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muito bem!

O Orador: Nesse sentido, o que eu vos digo é que este tipo de informação reduz o pluralismo, reduz a democracia e o Partido Popular Monárquico não mete férias na democracia, na defesa da democracia e na defesa do pluralismo. Protestamos e voltaremos a protestar enquanto os telejornais forem reduzidos à opinião de dois partidos que não foram exclusivamente votados pelos açorianos. Não é essa a vontade dos açorianos e a RTP Açores não tem que fomentar, ...

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: ... beneficiar especialmente um quadro bipartidário que a população dos Açores não votou, que a população dos Açores não quer.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muito bem!

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

Lembrava apenas, porque passou pela Conferência de Líderes, que o protesto do ano passado a respeito do Plano e Orçamento foi aprovado por unanimidade na Conferência de Líderes.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): E proposto pelo PPM! Foi o que eu disse!

Presidente: Vamos passar à votação, Sras. e Srs. Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Voto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Muito bem, Sras. e Srs. Deputados, vamos passar para outra fase dos nossos trabalhos, para as declarações políticas.

Para uma declaração política dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Orçamento de Estado recentemente apresentado na Assembleia da República põe a nu os verdadeiros objectivos partilhados pelos três partidos troikistas, PS, PSD e CDS-PP:

Destruir o Estado social, como o conhecemos e retirar, de forma permanente, todos os direitos sociais e laborais do Povo Português. O que os partidos da Troika pretendem é dar voz e corpo às pretensões dos sectores mais reaccionários da nossa sociedade, ajustando as suas contas ideológicas com o 25 de Abril e todas as suas conquistas.

Este documento (Orçamento de Estado para 2012), que ficará para a história como mais brutal ataque alguma vez perpetrado contra os cidadãos deste país, articula-se em função dos três objectivos delineados no pacto com o FMI.

Recordo e passo a explicar:

Consolidação orçamental: que, na prática, se resume à destruição de todos os meios e serviços do Estado, através de um garroteamento financeiro que já nada tem de subtil;

Estabilidade financeira: falamos, claro, da estabilidade das instituições bancárias, a quem não faltaram nem faltarão programas de recapitalização e programas de ajuda, porque a estabilidade das receitas do Estado está irremediavelmente comprometida pelo pagamento dos juros da dívida e pela recessão que reduz cada vez mais as receitas;

Por fim, o objectivo da competitividade e crescimento: para o qual a única medida – repito: a única medida! – é a do aumento do horário de trabalho em meia hora, sem qualquer remuneração! Isto, Srs. Deputados, é verdadeiramente brincar com os trabalhadores portugueses!

Isto é assumir tranquilamente que a recessão vai ser cada vez maior, que o desemprego irá ser cada vez maior, que Portugal se irá afundar cada vez mais profundamente numa dívida sem saída, perante o olhar tranquilo e satisfeito dos partidos troikistas.

Sobretudo, o Governo e os três partidos que apoiam este orçamento assumem que medidas brutais como o roubo dos subsídios de natal e de férias, a redução

das prestações sociais, o congelamento de carreiras, salários e pensões não são excepcionais nem transitórias. Pelo contrário. Vieram para ficar!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, habituado a passagens breves mas intensas pelas cadeiras do poder, na pressa de impor o seu programa ideológico neo-conservador...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Neoconservador, Sr. Deputado?

O Orador: ...de destruição do Estado, e fortemente apoiado pelo mais inepto Chefe de Estado de que há memória na história de Portugal, não se detém perante nada.

As autarquias locais e a sua independência atrapalham? Então extinguem-se, fundem-se estrangulam-se financeiramente!

As Regiões Autónomas custam dinheiro? Então faz-se tábua rasa da Lei de Finanças Regionais e dos respectivos Estatutos, invade-se o território da sua Autonomia, descarta-se a Constituição!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Está a ir bem!

O Orador: O PSD abandonou claramente o projecto autonómico enquanto desígnio nacional e pilar essencial da nossa Democracia.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

O Orador: E é isto que o PSD vai ter de explicar, muito bem explicadinho, aos açorianos. Como é que depois de anos a clamar pela paternidade da Autonomia, mal chega ao Governo é o primeiro a mutilá-la e a abrir o caminho à sua destruição!

Quanto à extrema-direita que em Portugal, desde o 25 de Abril sempre se transvestiu de Democracia Cristã, devia corar de vergonha e mudar de nome, perante a desumanidade que constituem os cortes na saúde, na educação ou o corte brutal nas prestações sociais dos mais desfavorecidos dos portugueses. E isto perante o assistencialismo piegas e as tolices demagógicas do Ministro da solidariedade, que promete, num ano como o de 2012 reduzir a pobreza em Portugal! É que, de facto, ninguém acredita! Só se for alteraado o critério para classificar alguém como pobre. Haja limites para a hipocrisia, Sras. e Srs. Deputados!

Por fim, o terceiro partido troikista, o PS, ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

O Orador: ...desorientado pela recente derrota eleitoral, continua sem conseguir sair do pântano neoliberal para onde rastejou e do qual não consegue agora sair de cabeça erguida.

O PS, apesar do novo líder, vive ainda sob a herança de José Sócrates: o pacto com o FMI que subscreveu e que o converte agora em cúmplice activo do roubo que está a ser feito aos portugueses.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é verdade!

Deputado Berto Messias (*PS*): Não apoiado!

O Orador: A atitude tibia e hesitante do PS não esconde o apoio que objectivamente dá, nos seus aspectos fundamentais, à política da direita entrincheirada no Governo. A sua quase certa aprovação deste orçamento de Estado mostra que Passos Coelho continua a ter um parceiro para o tango.

Deputado Berto Messias (*PS*): Já está aprovado. Não é preciso o voto do PS.

O Orador: E também o PS terá de explicar aos portugueses o que faz nos braços do Governo PSD/CDS.

Deputado João Costa (*PSD*): Que confusão!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A rejeição deste Orçamento e das medidas que o acompanham tornou-se assim num imperativo de salvação nacional, que se coloca a todos os portugueses e portuguesas.

Este Orçamento e esta ofensiva só poderão ser rejeitados na rua, pelo protesto de todos cidadãos e cidadãs democratas que anseiam por um futuro melhor.

É necessário que os açorianos e todos os portugueses, com a sua luta, dêem a resposta às tentativas de destruição das suas condições de vida, de ataque aos seus direitos, ao seu presente e ao seu futuro, e que lutem para derrotar as medidas do governo, da União Europeia e dos grandes grupos financeiros, assumindo assim a tarefa que ao povo pertence de salvar o País do caminho do abismo e da regressão.

E quero apelar desta tribuna aqui à participação das açorianas e açorianos na Greve Geral de 24 de Novembro próximo,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh senhor! Tenha juízo! Isso é um abuso.

O Orador: ...que foi anunciada pelas duas principais centrais sindicais, para que de uma forma clara e inequívoca demonstrem o seu descontentamento e indignação perante a submissão do Governo PSD/CDS-PP ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não abuse!

O Orador: ...ao directório da União Europeia e aos grandes grupos financeiros que o dominam.

Disse.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições, naturalmente.

(Pausa)

Presidente: Creio não haver inscrições.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não querem vir ao debate?

Presidente: Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu percebo o incómodo por parte dos partidos que compõem o Governo da República não virem a debate.

Esta é uma situação...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Oh Srs. Deputados, não se riam. Estamos a falar de pessoas, estamos a falar de um problema muito grave que vamos ter na economia no próximo ano.

Deputado João Costa (PSD): Estamos a rir de V. Exa. não é das pessoas!

O Orador: Estamos a falar de pessoas e não é correcto da vossa parte estarem-se a rir como se estivessem com uma situação e com um desprezo, quase, do que se vai passar.

Srs. Deputados, a situação é séria.

Deputado Luís Garcia (PSD): Quem será que a causou?

O Orador: Está previsto pelos senhores, para o próximo ano, a maior recessão económica praticamente desde 75.

Srs. Deputados, o problema que se põe aqui é quais são as soluções que os senhores põem.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quanto tempo estiveram no Governo?

O Orador: Aquilo que os senhores apresentaram aquando da apresentação do Orçamento foi da existência de um buraco, de um desvio nas contas públicas, um buraco colossal, em que os senhores não conseguiram explicar a que é que se devia este buraco. Nunca conseguiram explicar.

Falaram da Madeira, falaram do BPN, falaram de todo um conjunto de derrapagens, mas nunca ninguém conseguiu perceber ao certo, especificamente, aonde é que está este buraco financeiro.

Claro que deve haver.

Agora, quando se apresenta o maior pacote de austeridade aos portugueses deve-se explicar ponto por ponto...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pergunte ao Teixeira dos Santos. Ele sabe de certeza.

O Orador: ...por que é que eles vão pagar mais, até porque é muito mais fácil para quem avalia as medidas tomadas por V. Exas., perceber se as medidas tomadas são ou não são a solução mais adequada para resolver o problema.

E o que é que os senhores propõem?

Os senhores para resolverem um problema, que tem supostamente um enorme desvio das contas públicas,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Supostamente?

O Orador: ... os senhores não dizem sequer qual é a dimensão, não se consegue perceber.

Eu acredito que haja. Até há uma coisa que é expectável, que é quando nós temos uma recessão económica é normal que a receita baixe.

Agora a questão que se põe aqui é o que os senhores propõem.

Os senhores propuseram um orçamento que fará a economia crescer?

Os senhores propuseram um orçamento em que se percebe que há dificuldades e que a austeridade tem de ser repartida por todos, mas em que há um caminho, em que há um rumo em relação ao crescimento e ao desenvolvimento da economia?

Bom, Srs. Deputados, até os senhores não se entendem sobre esta matéria, porque o CDS/PP, através de um dos seus dirigentes, diz que podemos ter um problema com o Ministro da Economia porque ele não tem peso político absolutamente nenhum, dizia o Presidente do Conselho Nacional, Pires de Lima.

Os Srs. Deputados a única coisa que propõem para fazer crescer a economia é mais meia hora de trabalho e juntar feriados.

Deputado João Costa (PSD): Exactamente!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Srs. Deputados, é esse o vosso modelo de desenvolvimento para a economia?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Apresentar mais meia hora de trabalho e juntar feriados?

Os senhores nem se entendem com quem tem a tutela da promoção do investimento externo no estrangeiro!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores têm que ter alguma, pelo menos, noção, porque quando se pede sacrifícios aos portugueses, os portugueses têm que ter a esperança de que há alguma luz ao fundo do túnel.

Deputado João Costa (PSD): Os senhores apagaram a luz!

O Orador: Mas indo directamente à questão das medidas de austeridade. As medidas de austeridade são um completo disparate, quer em termos sociais, quer em termos económicos.

Em primeiro lugar, os Srs. Deputados sabem tão bem quanto nós,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E as taxas moderadoras nos Açores?

O Orador: ...que quando nós temos uma economia cuja base é na sua maior parte o seu consumo externo, não se pode, de um momento para o outro, quebrar o consumo externo, travar o consumo externo pois isso levará, inevitavelmente, a uma recessão.

Havia alternativas. O próprio Partido Socialista propôs alternativas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais?

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Deputado José San-Bento acabou de baixar a cabeça.

O Orador: Não se percebe como é que os senhores que criam austeridade às famílias e às empresas não tributam capital.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É o vosso caminho. Sempre a descer!

O Orador: Aliás, o Partido Socialista fez uma proposta para evitar que os senhores taxassem electricidade mais cedo do que aquilo que está previsto na Troika e os senhores não aprovaram essa proposta.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É um belo exemplo.

O Orador: Aquilo que nós conseguimos perceber do Governo da República, e aliás é essa a posição do Partido Socialista, é que os senhores em 100 dias demonstraram que são de facto o partido dos três “is”: o partido da *insensibilidade* social, porque acaba por penalizar aqueles que menos têm...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Não é verdade! Muito pelo contrário!

O Orador: ...e basta ver o estudo da *Price Waterhouse Coopers* sobre a vossa justiça fiscal, que diz quem beneficia mais é quem mais recebe; é o partido do *incumprimento* eleitoral, porque não cumpriu uma única promessa daquelas que foram feitas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: ... (quem não se lembra de Passos Coelho a dizer “que disparate! Cortar no subsídio de férias às famílias, o subsídio de Natal às famílias”. Foi a primeira coisa que fez, Sr. Deputado!)...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Olhe para ali!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ...e é o partido da *injustiça* social, porque dá austeridade a uns em detrimento da austeridade de outros.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Srs. Deputados, pior do que não ter um rumo é espalhar injustiça nas suas medidas por todos os portugueses.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é fácil...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é fácil, não!

O Orador: ...não é um momento por que nenhum político, nenhum governante queira passar.

Deputado Francisco César (PS): O senhor estava a rir-se há bocadinho!

O Orador: Não é uma situação agradável para nenhum político, para nenhum responsável governativo. A austeridade é sempre difícil de assumir.

Deputado Rogério Veiros (PS): Mudaram de opinião?

O Orador: Vão sofrer muitos portugueses. Vão sofrer mais do que deviam, mais do que mereciam,...

Deputado Francisco César (PS): Não vai chorar?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É verdade!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mas a verdade é que não foram os últimos 3 meses que vão fazer os portugueses sofrer.

A verdade é que quem fez os portugueses sofrer foi o Primeiro-Ministro José Sócrates, foi o Partido Socialista.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E não só! Quem é que aprovou o PEC I, o PEC II e o PEC III?

Deputado Rogério Veiros (PS): Quem é que aprovou o Orçamento de Estado?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ...

O Orador: Foi aquele Primeiro-Ministro, Sr. Presidente, que ainda há 3 ou 4 meses atrás foi eleito e aclamado por 93% dos socialistas, incluindo os socialistas da Região Autónoma dos Açores. Foi este Governo, foi este Primeiro-Ministro é que foi responsável e naturalmente os senhores que estão aqui do Governo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista fizeram parte desses 93% que aplaudiram o principal responsável por aquilo que se está a passar neste momento em Portugal.

Como disse o Sr. Primeiro-Ministro, o orçamento é do PSD e do PP, mas o défice é do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): É só culpas! E soluções?

Deputado Hernâni Jorge (PS): E com ele continuaríamos a ter subsídio de Natal e de Férias!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, assim não pode ser.

Sras. e Srs. Deputados! Faça favor de continuar.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

70% do défice previsto nos acordos da Troika para 2011 e no Orçamento de Estado já estavam atingidos em Junho.

Deputado Francisco César (PS): O que é que isso quer dizer, Sr. Deputado?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Veja a receita. Quanto é que custa?

O Orador: Quer dizer que não temos mais margem.

Deputado Francisco César (PS): O senhor não sabe?

O Orador: Eu já lhe explico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Hernâni Jorge (PS): Veja lá quanto é que isso custa?

O Orador: Devo dizer que ainda não compreendi os motivos de tanto nervosismo da bancada do Partido Socialista, especialmente da primeira fila.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estamos quase a pedir um extracto da acta!

O Orador: Mas o que é verdadeiramente impressionante é uma afirmação como esta que o Sr. Vice-Presidente da bancada do Partido Socialista, Francisco César, fez agora a acusar o PSD e o PP de fazer alguma coisa de mal às famílias portuguesas. Não! Nós estamos tentando salvar aquilo que os senhores fizeram às famílias portuguesas. Isso é o que nós estamos a tentar fazer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Estamos todos a pagar muito caro pelos 93% dos senhores que aplaudiram José Sócrates há 4 meses atrás.

Deputado Francisco César (PS): Há outras soluções!

O Orador: Estamos todos a pagar muito caro e é preciso que cada um dos portugueses não esqueça isto. Estamos a passar por muitas dificuldades, vamos passar por mais dificuldades, mas os responsáveis estão perfeitamente identificados...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Juntos conseguiram!

O Orador: ...e é preciso também dizer que estes 70 % que já tínhamos ocupado daquilo que era o défice previsto para 2011, neste quadrozinho muito simples que podem constatar se estudarem bem os documentos do Orçamento de Estado, vão ver...

Deputado Francisco César (PS): Faça distribuir!

Deputado António Marinho (PSD): Há um site das finanças!

O Orador: ...onde é que está o défice.

Devo-vos dizer que o desvio não temporário tem a ver com aquilo que se gastou a mais de despesas com pessoal, que se gastou mais nos consumos intermédios, que se gastou mais com os juros,...

Deputado Francisco César (PS): Os senhores cortam nos subsídios intermédios!

O Orador: ...que se gastou a mais com a receita não fiscal. Tudo isto representa 1,4%, ou um vírgula quase os dois por cento de desvio. Tudo isto!

A Madeira representa 0,3% e o BPN 0,2%.

A grande maioria está na má execução e no mau planeamento do Orçamento de Estado para 2011.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, quando os senhores perguntam por dados nós damos dados. Aí o senhor já não pode dizer mais nada.

Deputado Francisco César (PS): Isso não são dados nenhuns!

Deputado João Costa (PSD): Leia o Orçamento de Estado!

Deputado Mário Moniz (BE): E o dinheiro do BPN?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Duarte Freitas terminar a sua intervenção.

O Orador: Para terminar, dizer de novo que apesar de todas estas dificuldades, apesar de todos os esforços que são pedidos aos portugueses, dos quais ninguém se sente feliz por os pedir, sentimo-nos todos penalizados por termos todos de pagar por este desvario que foi a governação socialista, apesar de tudo isto houve um esforço, e reconhecido aliás pelo Governo Regional, em relação às autonomias de cumprir aquilo que está previsto na Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Esta é a verdade.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas também digo-vos que se não for este esforço cumprido por todos nós, assumido por todos nós, com mais dificuldades...

Podemos não estar todos de acordo em relação às medidas (podia-se achar que se devia ir mais por ali, que se devia atingir mais uns, menos outros, até aí podemos todos concordar) mas aquilo que penso que devemos todos perceber também é que algo tem de ser feito para travar o desastre onde o Partido Socialista nos conduziu.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque se não fosse o acordo da Troika, se não fossem estas medidas que estão a ser tomadas, podíamos ter que despedir centenas e centenas ou milhares de funcionários públicos.

Deputado Francisco César (PS): Ameace os trabalhadores, Sr. Deputado!

O Orador: Poderíamos ter de deixar de pagar vencimentos na função pública. É isso que os senhores querem?

Foi a isso que os senhores nos trouxeram. Daí nós queremos sair, com dificuldade, mas olhando para o futuro com alguma esperança e tentando fazer reverter o desastre a que os senhores nos conduziram.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aproveitar esta oportunidade trazida pela declaração política do PCP para também o Bloco de Esquerda dar nota da avaliação que faz deste Orçamento de Estado.

Para nós, este Orçamento de Estado configura de facto um ataque colossal aos trabalhadores e às trabalhadoras e aos aposentados.

Além de ser um ataque colossal, um roubo objectivo (e já vamos ver porquê) aos trabalhadores é também um roubo à democracia, porque não foi com esta

agenda, nem foi com estas propostas que o PSD e o CDS se apresentaram ao eleitorado em Junho.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Portanto, a democracia também foi roubada e quando hoje ouvimos o Governo da República, pela boca do PSD e do CDS, dizer “é preciso dizer toda a verdade”, o Bloco de Esquerda diz que deviam ter começado mais cedo. Quando o Primeiro-Ministro diz agora que falou demais quando prometeu uma auditoria às contas da Madeira, que ainda hoje está por fazer e com a conivência do PSD e do CDS...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está enganada! Seja séria!

A Oradora: ...deveria ter dito que não falou demais, falou de menos aos portugueses. Disse que ia fazer uma coisa, quando na realidade não há auditoria nenhuma a decorrer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O que é que o CDS disse? Não meta no mesmo saco!

A Oradora: O Sr. Deputado sabe disso tão bem como eu.

Uma auditoria é outra coisa e não está a ser feita.

Quando o CDS abandonar esta coligação eu não meto no mesmo saco.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O CDS não disse nada disso. Tem de ser correcta. A senhora tem de dizer o que é que o CDS disse sobre a Madeira.

A Oradora: Enquanto o CDS estiver nesta coligação governamental, os senhores estão no mesmo saco. Recusaram a auditoria antes das eleições.

É preciso dizer aos açorianos e açorianas que 30 minutos de trabalho a mais todos dias, significa mais 16 dias anuais de trabalho de borla para o capital. São 7 mil milhões de euros aos ano que o capital arrecada.

Na Alemanha um trabalhador faz 1550 por ano.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E na Holanda?

A Oradora: Em Portugal faz 1880 horas anuais.

Quanto aos custos do trabalho, dizem-nos que é preciso descer os salários, os custos do trabalho são incomportáveis para as empresas. Esquecem-se de duas coisas: primeiro, os custos do trabalho em Portugal são menos de metade, Sras.

e Srs. Deputados, da Irlanda, da Alemanha, da França e da Dinamarca e são pouco mais de metade da Espanha, do Reino Unido e da Grécia.

O que é que pesa nas empresas? A factura energética, a factura financeira e os transportes e nestas 3 dimensões o Governo da República não mexeu uma palha, pelo contrário, onerou com mais impostos.

Dizer também que, por exemplo, no IRS, de acordo com um estudo vindo a lume agora da consultora *Price Waterhouse Coopers* os salários mais altos são beneficiados por estas novas regras de IRS.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Que remédio!

A Oradora: E portanto, Sr. Deputado Duarte Freitas, a austeridade tem de ser para todos. Pois tem! O problema é que o Governo da República aplica a austeridade a uns, sempre os mesmos e poupa os outros, sempre os mesmos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Aliás, numa senda que tinha sido inaugurada por José Sócrates também não tenhamos dúvidas a esse respeito.

Vale a pena dizer aos açorianos e açorianas que cada turma do ensino privado com este Governo vai receber por ano mais 5.200 euros. Ao mesmo tempo que o ensino público superior é esmifrado, basta olhar para a nossa universidade, em que os alunos não podem continuar os seus estudos dado os critérios de acesso às bolsas. Isto não é ter um peso e uma medida? É ter dois pesos (mais uma vez) e duas medidas.

Dizer também que a banca continua a ser poupada. A banca que tem 12 mil milhões para investir e que não quer, a banca que se esqueceu de dizer ao povo português que arrecadou 6 mil milhões de euros, que distribuiu pelos seus accionistas corresponde a mais de metade dos seus lucros sem que tenham pago um tostão. Agora, a seguir a isto, não têm sacrifício nenhum em cima, não têm austeridade nenhuma em cima. É incólume! Nós vivemos num país com portugueses de primeira, segunda e de terceira. É a isto que nós chegámos.

Agora, para concluir, tudo isto vale a pena? Esses sacrifícios desequilibrados e injustos, que só trazem mais desigualdade social ao nosso país que já é o recordista nessa matéria, vale a pena?

Não! Porquê? Porque é o Governo que diz: a recessão vai piorar e vai continuar, o desemprego vai aumentar para números verdadeiramente desumanos e portanto, esta austeridade não resolve nenhum problema. Este, Sras. e Srs. Deputados, é que é o verdadeiro problema.

Aliás, não é o Bloco de Esquerda que o diz. Manuela Ferreira Leite disse-o recentemente. Alfredo Sousa, o Presidente da Associação de Bancos, disse-o recentemente “é preciso renegociar a dívida”, o que o Bloco de Esquerda disse há um ano e foi acusado de caloteiro por José Sócrates.

É preciso renegociar a dívida, é preciso fazer uma auditoria a esta dívida. Os portugueses, os açorianos e açorianas têm que saber o que é que estão a pagar com a sua vida, com a sua qualidade de vida, com tudo aquilo que conquistaram ao longo de anos. Estão a pagar corrupção, estão a pagar dívida ilegítima, estão a pagar tudo o que não é da sua culpa.

Sras. e Srs. Deputados, o discurso de que vivemos todos acima das nossas possibilidades é de uma hipocrisia e de uma falsidade a todos os níveis.

Quem viveu acima das suas possibilidades foi o Estado, não foram os portugueses e as portuguesas.

Quem viveu acima das suas possibilidades foram os accionistas das PP, das parcerias público-privadas deste país.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Quem viveu acima das suas possibilidades foram os negócios chorudos com alguns grupos financeiros com que o Estado sempre trabalhou e sempre privilegiou. Não foi o povo que viveu acima das suas possibilidades, porque esse sempre teve sacrifícios. Agora são mais sacrifícios para cima dele.

Para finalizar, não venham com a conversa de que é preciso descer salários para aumentar a competitividade, Sras. e Srs. Deputados da governação da República.

Em países como o Luxemburgo, o Canadá, os Estados Unidos, a França, a Alemanha, até poderíamos dizer a Espanha, que ganham salários bem maiores que os nossos, a competitividade também é bem maior.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não há Estado!

A Oradora: Não é baixando os salários que se aumenta a competitividade. É apostando na inovação, é apostando na organização do trabalho, é apostando na qualificação dos nossos quadros, no *marketing* e até na agressividade comercial. Portanto, a conversa de que é preciso descer salários para salvar empresas é hipócrita e só tem um objectivo que é o objectivo deste Governo: é continuar a desviar para o capital o dinheiro dos salários, o dinheiro do trabalho. Esse é que é o grande objectivo perfeitamente visível.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, Sr. Presidente.

Este Governo não está a preparar o país para o futuro. Este Governo o que está a fazer é a assegurar que o passado se mantenha.

Volto a repetir aqui aquilo que já disse ontem: quanto mais pobre for uma economia, mais incapaz ela é de responder ao problema da dívida.

Hoje, Sras. e Srs. Deputados, nós somos todos gregos, porque nos vemos todos os dias cada mais gregos para conseguirmos sobreviver e porque a bancarrota, Sras. e Srs. Deputados, está aí à nossa espera mais cedo do que tarde.

Muito obrigada.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

(Aplausos do Deputado Mário Moniz)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O país vive uma situação muito difícil e nós não nos podemos esquecer de quem é o responsável. O responsável por uma gestão económica terrível, uma gestão económica danosa, uma gestão económica que colocou o país na falência foi o Partido Socialista e o Eng. José Sócrates.

O Eng. José Sócrates foi seguido como um falso D. Sebastião, foi o homem que conduziu o país a este Alcácer Quibir económico.

Deputado Francisco César (PS): Fale do futuro!

O Orador: Eu quero aqui relembrar as responsabilidades particulares do Partido Socialista dos Açores nesta matéria, porque o Partido Socialista dos Açores esteve até ao fim a apoiar esta gestão que estava a ser realizada no país, foi solidário, defendeu aqui, neste plenário, inúmeras vezes a política económica que estava a ser dirigida e por isso V. Exas. por omissão, por apoio explícito à linha política económica que estava a ser conduzida pelo anterior governo, são co-responsáveis pela situação a que o país chegou. É isso que eu vos tenho de dizer. A vossa responsabilidade é muito grande.

Se eu fosse ao Partido Socialista, se fosse aos responsáveis do Partido Socialista, ficava calado cada vez que se falasse nesta situação, porque os senhores têm de facto grandes responsabilidades na situação a que o país chegou.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor fala no fim. Devia ter falado antes do PS!

O Orador: Quero também dizer sobre as opções políticas que têm sido tomadas mais recentemente pelo actual Governo da República que considero que a redução da despesa...

Deputado Francisco César (PS): Fale do futuro. Qual redução da despesa? Não há nenhuma!

O Orador: ...não está a ter a eficácia desejável.

Quando se fala naquela despesa, naquela gordura do Estado que foi criada pelo Partido Socialista num ataque mais objectivo às parcerias público-privadas, não está a ter essa eficácia; não está a ter a objectividade desejável na destruição deste quadro de despesa que são as empresas municipais, não está a ter a eficácia, a rapidez desejável; não está a ter a rapidez desejável no ataque às fundações e aos institutos que são desperdícios de dinheiro e que são lugares de colocação de *lobbies* do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): *Lobbies?*

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Lobbies*, sim senhor. Muito bem dito!

O Orador: Portanto, nesse sentido é necessário agir mais rapidamente e o Governo da República não tem tido a eficácia necessária a combater estes desperdícios, estas gorduras instaladas. Ainda lá estão e não deveriam estar.

E mais do que isso! Termino esta intervenção fazendo referência à posição tomada pelo Presidente da República que concordo. Concordo com a tomada de posição do Sr. Presidente da República em relação ao fim dos subsídios de Natal e de Férias.

Deputado Francisco César (PS): Explique qual é a solução! O que é que propõe?

O Orador: Não é uma medida que tenha justiça fiscal, não é a medida adequada e é uma medida que ajuda à injustiça social, é uma medida que ajuda à recessão e portanto, nesse sentido eu, nesta matéria, acompanho as críticas que foram veiculadas pelo Sr. Presidente da República, no sentido de considerar que não é esta a forma de resolver o problema económico que o país atravessa.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Comunista Português traz aqui esta declaração política.

Gostaria de lembrar ao Sr. Deputado as responsabilidades do seu partido na gestão de algumas empresas públicas e na influência de empresas públicas portuguesas e vou-lhe citar só algumas: Comboios de Portugal, Refer, Metro do Porto, Metro de Lisboa, Estradas de Portugal. Onde os senhores têm os quatro dirigentes sindicalistas nestas empresas e vou-lhe dizer uma coisa. Estas 8 empresas têm um passivo de 16 mil milhões de euros. Serve para si também, Sr. Deputado Francisco César e para o Partido Socialista...

Deputado Francisco César (PS): No vosso tempo não tinha!

O Orador: ...para ver a boa gestão.

16 mil milhões de euros! São as tais empresas onde o funcionário para ir trabalhar recebe um subsídio de assiduidade patrocinado pelo Partido Comunista Português e pelos sindicatos do Partido Comunista Português...

Deputado Francisco César (PS): O senhor sabe porquê?

O Orador: ...que levaram estas empresas à ruptura, à falência e por isso agora temos de as pagar.

Partido Comunista Português! A má gestão é vossa, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): O senhor sabe por que é que vai ser extinta?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E a Caixa Geral de Depósitos?

O Orador: E vou-lhe dizer mais! Por exemplo, a Soflusa e a Transtejo têm uma oferta superior em 200% ao que é preciso e o Metro de Lisboa em 400% de oferta àquilo que precisava.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quantos é que os senhores puseram lá agora?

O Orador: A Caixa Geral de Depósitos, Sr. Secretário, ainda bem que fala na Caixa Geral de Depósitos porque aí é que os senhores vão ter de explicar essa promiscuidade entre a Caixa Geral de Depósitos, o BCP e toda essa troca financeira de um lado para o outro, com varas à cabeça, com ministros do PS à cabeça. É isso que o senhor vai ter de explicar. Nós aí temos as mãos limpas, Sr. Secretário Regional.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Por acaso o CDS foi o administrador da Caixa!

O Orador: O Partido Socialista não tem, os ministros do Partido Socialista não têm. Foi uma troca e um assalto à banca que os senhores fizeram, patrocinada por um ex-ministro e altos quadros do Partido Socialista.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quantos administradores?

O Orador: É isso que o senhor não quer.

Caixa Geral de Depósitos: os senhores serviram-se da Caixa Geral de Depósitos para dar cabo da banca portuguesa, Sr. Secretário.

Depois, deixe-me lembrar-lhe mais uma coisa: BPN.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores é que o privatizaram! Nem sequer avaliaram a colecção!

O Orador: Comissão de inquérito proposta pelo CDS para apurar tudo até às últimas consequências. Quem o impediu: o Governo de José Sócrates e os Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República. Aí também não temos nada com o BPN.

Deputado Francisco César (PS): Quem é que privatizou o BPN?

O Orador: Entendam-se eles e os senhores porque nós, do BPN, não temos rigorosamente nada a ver. Agora os senhores têm. Têm culpa e não quiseram limpar o BPN a tempo e horas. Porquê, Sr. Deputado Francisco César? Explique aos portugueses, aos açorianos porque o buraco está aí.

Deputado Francisco César (PS): Explico!

O Orador: O segundo buraco, Sr. Deputado, está na má execução orçamental, péssima execução orçamental levada pelo Governo de José Sócrates e Portugal está em recessão há 3 anos, quando os senhores aqui diziam que não havia crise em Portugal. Há 3 anos que Portugal está em recessão.

Deputado Francisco César (PS): Qual é a solução orçamental?

Deputado Hernâni Jorge (PS): É do lado da despesa ou do lado da receita?

O Orador: Vou-lhe dar mais um dado, Sr. Deputado Francisco César, são dois estudos de estatística, que dizem que entre 2005 e 2009 Portugal passou do 17.º para o 9.º país com a taxa de risco de pobreza mais alta da União Europeia.

Quem esteve no Governo entre 2005 e 2009? Foi o Partido Socialista, apoiado e aclamado pelos senhores com 99% dos votos num congresso e o Primeiro-Ministro José Sócrates, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Mas passou-se qualquer coisa entretanto!

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora o que me espanta é o senhor vir para aqui negar aquilo que o Partido Socialista e o Governo de Portugal negociou, Sr. Deputado, e vou-lhe ler o Memorando da Troika que tenho aqui para o senhor ler mais os seus camaradas todos.

O que é que diz o Memorando da Troika, Sr. Deputado?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Está escrito em português?

O Orador: “Negociado o acordo, negociado com as autoridades portuguesas”, com as autoridades portuguesas, com o Governo de Portugal, “envolvendo devidamente os principais partidos portugueses”,...

Deputado Berto Messias (PS): Subscrito e apoiado pelo CDS/PP!

O Orador: ...envolvendo, Sr. Deputado, negociado pelos senhores as condições que aqui estão, foram os senhores que as impuseram e negociaram.

E mais!

Deputado Berto Messias (PS): Subscrito e apoiado pelo CDS/PP!

O Orador: Espere aí que há mais. Acalme-se uma coisinha!

Deputado Berto Messias (PS): Não percebo qual é o seu problema. Estou sempre calmo.

O Orador: Logo na primeira página, negociada pelos senhores, o acordo diz o seguinte: “se os objectivos não forem cumpridos (os que os senhores negociaram, o défice de 5.9 que os senhores falharam) ou for expectado o seu não cumprimento serão adoptadas medidas excepcionais.”

Os senhores é que negociaram isto e por isso este Governo só tem de tomar medidas adicionais,...

Deputado Francisco César (PS): E só há essas medidas?

O Orador: ...porque os senhores falharam o défice, os senhores falharam a gestão do país, os senhores falharam a execução orçamental e por isso os portugueses estão a pagar.

Deputado Francisco César (PS): Não é sério explicar por que é que a execução orçamental falhou!

O Orador: Sim, Sr. Deputado, concordo consigo.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

São medidas muito duras e eu também digo que nesta altura de austeridade e de sacrifícios não são sempre os mesmos a pagar o mesmo. Nessa altura, para salvar os nossos dedinhos temos que ir buscar os anéis de toda a gente, sobretudo aqueles que têm mais anéis.

Deputado Francisco César (PS): Não é isso que acontece, Sr. Deputado!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O Primeiro-Ministro não é isso que diz?

O Orador: É preciso ir buscar estes anéis e o Governo da República, nessa matéria, ficou aquém daquilo que é expectável.

Espero que lá chegue rapidamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputados Paulo Rosa (CDS/PP) e Zuraída Soares (BE): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para? Faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para informar o Plenário e o Sr. Presidente que o PS entregará na Mesa, para que seja distribuído por todos os partidos, um estudo e várias simulações da consultora *Price Waterhouse Coopers*, que confirma que o Orçamento de Estado para 2012 beneficia as famílias com mais rendimentos. O que aliás confirma que o PSD da República é igual ao PSD dos Açores.

Presidente: Fico à espera, Sr. Deputado.

O Orador: Basta relembrar as propostas que fizeram no âmbito do Plano e Orçamento do ano passado em que defendiam precisamente isso:...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente é a segunda interpelação que é intervenção!

O Orador: ...quem ganharia mais, pagaria menos; quem ganharia menos, pagaria mais.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não é verdade!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que, sobre esta matéria que está em debate, tendo em conta aquilo que é a especificidade própria da Região, também devia ser um momento para ser salientado que efectivamente a situação de desequilíbrio orçamental em que o país se encontra (e mais uma vez reforçar essa ideia) não tem qualquer contributo da Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Penso que isso é matéria fundamental em que esta Assembleia deve unir e repetir.

Mas, evidentemente, do ponto de vista de coesão nacional os Açores são também, apesar de não terem qualquer responsabilidade na situação do país, convocados para este esforço colectivo de redução do défice.

Tendo em conta que não temos responsabilidade na situação também devemos, com maior capacidade de intervenção, com maior prestígio, ter a capacidade de intervir para definir os limites em que esse esforço nacional se aplique na Região.

Mas o que eu gostaria de aqui salientar e isso era importante, se me permitem, este debate que está aqui a acontecer está a esquecer uma dimensão fundamental deste problema.

Evidentemente que as propostas que estão em cima da mesa do Orçamento de Estado irão, por via da redução significativa do consumo e do investimento, implicar um reforço da recessão.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Isso é óbvio.

O Orador: É bom que se diga que parte significativa do desequilíbrio orçamental do país deriva de duas razões: uma execução de receita fiscal substancialmente inferior ao que estava previsto...

Deputado Francisco César (*PS*): Foi disso que os senhores não falaram!

O Orador: ...que é uma consequência das políticas recessivas; e segundo, uma revisão em baixa do Produto Interno Bruto que, sendo o denominador da equação do défice, implica necessariamente para a mesma relação de receita com despesa que o défice seja maior.

A questão que aqui se coloca é: sendo essas as duas questões estruturais do desequilíbrio orçamental associadas ao BPN e à Madeira, as medidas que são previstas para combater esse desequilíbrio orçamental para 2012 não irão agravar as razões pelas quais o desequilíbrio existe, nomeadamente a redução ainda superior da receita fiscal e a contração ainda superior da economia?

É essa a questão que deixo.

Mas também em abono da verdade para o próprio modelo (e foi aí que comecei) a questão não se coloca a nível do país.

Penso que está na altura certa e no momento exacto dessa questão ser colocada a nível europeu.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Porque a solução colocada, a solução que está em cima da mesa e a ser aplicada em Portugal foi a solução que não resultou na Grécia...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Bem-vindo, Sr. Vice-Presidente! Qualquer dia fala do sistema financeiro. Bem-vindo!

O Orador: ...é a solução que está neste momento a ser preparada para um conjunto de outros países e o problema que existe neste momento é de consistência da moeda única europeia.

É esse o problema em que todos os outros derivam e a resposta tem de ser necessariamente uma resposta ao nível europeu e a União Europeia tem de tomar medidas concretas e objectivas para reforçar a vitalidade do euro e reforçar a capacidade do sistema financeiro europeu.

Acho que é esta a grande questão que está neste momento em cima da mesa, não só em Portugal, mas na generalidade dos países da Europa. Se as instituições europeias rapidamente não tomarem decisões concretas, objectivas e eficazes...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Aí é que está a solução!

O Orador: ...não haverão medidas que resolvam o problema.

Seria fácil de se dizer que era do governo A, do governo B, do governo C, porque é um problema transversal a vários países.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: A culpa não era do governo do Partido Socialista, como a culpa não é toda do governo de Pedro Passos Coelho. É um problema estrutural europeu ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já está a dançar o tango, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ...que está acima da capacidade de cada país resolver.

As soluções que o Orçamento de Estado...

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é uma abordagem séria!

Deputado João Costa (PSD): Belíssimo comentário para o seu colega Francisco César!

O Orador: ...propõe para 2012...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Vice-Presidente faça o favor de continuar.

O Orador: ...não têm a capacidade, nem poderiam ter, para resolver o problema, porque se o euro não se fortalece, se o sistema financeiro europeu não encontra respostas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ouçam para ver se aprendem alguma coisa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ...para o problema claro de falta de liquidez do sistema bancário, não haverá nenhuma solução que resolva o problema e estas medidas, se têm o objectivo de reduzir o desequilíbrio orçamental, não o vão reduzir porque vai aumentar a recessão económica, vai baixar o PIB e vai aumentar o défice por essa via e por outro lado, vai reduzir a receita fiscal e desequilibrar o Orçamento. Ou seja, aquilo que se teoricamente poupa na despesa, vai ter como contrapartida uma redução da receita fiscal e o desequilíbrio vai manter-se.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fale para ali!

O Orador: Por isso penso que devemos todos, em conjunto, e com serenidade encontrar as soluções não no domínio nacional, mas aí é também importante que o actual Governo da República (permita-me Sr. Deputado Artur Lima) não tenha um discurso que o problema era dos outros e que nós vamos resolver.

Porque o problema nem era dos outros, nem o actual Governo da República o vai resolver.

É este o cerne da questão e a verdade do debate deve ser reposta. O problema não foi de José Sócrates e o problema não vai ser resolvido por Pedro Passos Coelho. O problema é europeu e só será resolvido nas instâncias europeias.

Deputados Berto Messias e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é uma abordagem séria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga isso ao Sr. Vice-Presidente da sua bancada!

Deputado Berto Messias (PS): Foi isso que ele disse!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não disse! Pode defender, mas não disse!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem 2 minutos e meio para encerrar.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por registar alguma evolução no discurso do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, o que muito me apraz.

Espero vê-lo proximamente propor de facto o fim desta desregulação dos mercados financeiros.

Vice-presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Não é isso.

O Orador: Eu espero que o senhor venha a evoluir para aí, porque de facto hoje já há aqui uma evolução relativamente às responsabilidades e às origens dos problemas.

Sr. Deputado Artur Lima, dizer-lhe o seguinte: a responsabilidade que o PCP tem é a seguinte...

As diferenças entre o PCP e o CDS, vamos sintetizar desta maneira: V. Exa. fica satisfeito dando a sopinha dos pobres, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O PCP dá caviar!

O Orador: ...o PCP luta pela dignidade das pessoas e exige o cumprimento dos seus direitos, isto é, designadamente um direito básico, direito ao trabalho justamente remunerado.

V. Exa. desde que haja uma sopinha para os pobres está satisfeito.

Relativamente às situações das empresas que referiu vou dizer o seguinte a V. Exa., a esta Câmara...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Todas controladas pelo PCP.

O Orador: ...às açorianas e aos açorianos que nos estão a ouvir: o salário de 15 presidentes de conselhos de administração são suficientes (e isto também já é uma resposta para o PSD)...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os senhores também apoiam!

O Orador: ...para pagar o salário médio de mais de 50 mil funcionários da administração pública nacional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os seus sindicatos apoiam!

O Orador: 15 dá para pagar o salário de mais de 50 mil. Portanto, não vamos entrar por essa via, porque o povo português felizmente, cada vez mais, está a perceber qual foi o caminho para o qual tem sido conduzido.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vota no PCP e no CDS!

O Orador: Relativamente ainda à intervenção que foi feita pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, em nome da bancada do PSD, dizer-lhe o seguinte: é evidente que responsabilidades elas são partilhadas (aliás eu daquela tribuna referi-me exactamente a isso), mas V. Exa. agora não descole, mas é que não pode descolar dos últimos anos.

Eu já não falo dos últimos 35, falo dos últimos. V. Exas. aprovaram o PEC I, o PEC II e o PEC III e depois então, quando acharam que a fruta estava madura, chumbaram o PEC IV.

Deputado João Costa (PSD): Nenhum foi cumprido!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, V. Exas. têm também essa responsabilidade...

Deputado João Costa (PSD): Está enganado!

O Orador: ...que é uma responsabilidade de curto prazo, nem sequer me vou preocupar com outras situações das quais V. Exas. têm responsabilidades.

Deputado João Costa (PSD): Se aqueles senhores tivessem cumprido!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

Por outro lado, a questão dessa chantagem que fazem aos trabalhadores da administração pública e à eventualidade daquele cenário de despedimento de 100 mil trabalhadores, tenham paciência!

Deputado João Costa (PSD): Olhe para a Grécia!

O Orador: Cortem onde devem cortar, vão ao capital, redistribuam riqueza, não sejam submissos àquele directório que o Prof. Freitas do Amaral denominou Directório da União Europeia, dominado por uma pessoa e meia.

Deputado João Costa (PSD): Não insulte!

O Orador: V. Exas. são portugueses antes de tudo. Não se deixem submeter ao interesse de quem não tem pátria, aos interesses financeiros e da especulação e da agiotagem financeira.

V. Exas. deveriam corar de vergonha por aquilo que têm feito e que estão a fazer a este país.

E mais! Os açorianos e as açorianas têm razões acrescidas para lutar, para aderir à greve ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mais chantagem!

O Orador: ...e a todas as formas de luta para contrariar este Orçamento de Estado para 2012.

Têm razões acrescidas porquê? Porque está em curso uma ofensiva à autonomia, que está vertida no Orçamento de Estado para 2012.

É aquela insultuosa norma interpretativa sobre os 5% do IRS para as autarquias. Isso é insultuoso.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: É insultuoso que esteja escrito num Orçamento que os actos de governo próprio dos Açores e da Madeira possam ser suspensos pelo Governo da República. Isso é insultuoso.

Deputado João Costa (PSD): O que é insultuoso é o que o senhor está a dizer!

O Orador: Mas é igualmente insultuoso que os trabalhadores do sector privado nos Açores continuem a ter salários mais baixos do que o continente, quando o custo de vida é mais elevado nos Açores. Os custos de insularidade e do viver arquipelágico não são devidamente atendidos.

As açorianas e os açorianos têm ainda estes motivos acrescidos para lutar e para retirar legitimidade cada vez que se manifestam ao governo do PSD e do CDS/PP. Legitimidade que aliás já não têm...

Deputado João Costa (PSD): O senhor não respeita este Parlamento!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas o que é isto? Falar 5 minutos depois do Sr. Presidente mandar parar!

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

O povo português votou no pressuposto de que não havia mais sacrifícios, que não havia mais austeridade e V. Exas. estão a presentear o povo português com um horror, uma brutalidade de medidas que, para além de em termos económicos serem aquilo que já ficou aqui demonstrado, vai colocar Portugal numa situação de emergência social gravíssima e V. Exas. são de facto responsáveis por isso e não é mais ninguém.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O povo português não votou no PCP!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo de meia hora. Retomamos os nossos trabalhos às 12 horas.

Até já.

(Eram 11 horas e 33 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 07 minutos)

E vamos reiniciar os nossos trabalhos de acordo com o estabelecido em Conferência de Líderes, com uma declaração política do PSD.

Para tal dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A história começa em 1999. O Decreto Legislativo Regional 30/99/A estabeleceu as condições para a concessão do exclusivo da exploração de jogos de fortuna e azar na Região. O diploma:

- Obrigava à instalação de um Casino em São Miguel, "no prazo de três anos, contado a partir da assinatura do contrato", tendo a concessionária do Casino a obrigação de executar "no prazo de três anos, o projecto de urbanização aprovado para a zona da Calheta de Pêro de Teive, em Ponta Delgada";

- Obrigava ainda à beneficiação e adaptação das Termas das Furnas... no prazo de três anos, com vista à sua exploração turística" ... e a construção de um hotel de pelo menos 100 camas, de três estrelas, em qualquer das nove ilhas dos Açores".

Passados 3 anos, em Outubro de 2002, o Governo adjudicou a concessão da exploração do jogo, num Casino em São Miguel, ao único concorrente, - a empresa ASTA.

O contrato foi assinado em Abril de 2003.

Em Fevereiro de 2006, (3 anos depois) o Governo aprovou uma Resolução que autorizava "a posse administrativa dos terrenos, em Ponta Delgada, onde a ASTA viria a construir o primeiro Hotel - Casino dos Açores".

Na altura, o Vice-presidente do governo disse que estão reunidas "as condições para a ASTA concretizar imediatamente os empreendimentos a que está obrigada pelo respectivo contrato de concessão".

Em Março de 2006, o Presidente do Governo dizia que "a empresa concessionária do jogo nos Açores - a ASTA - está a cumprir os prazos estabelecidos no respectivo contrato, prevendo-se para 2008 a conclusão das obras de construção do primeiro casino açoriano".

Na mesma altura, confirmava que "a construção do Hotel Termal das Furnas - estará concluído em 2007".

Em Junho de 2007, questionado sobre os evidentes atrasos na concretização dos empreendimentos a que a ASTA está obrigada, o Presidente do Governo declarou-se "satisfeito com o actual grau de comprometimento do Grupo".

Dizia, na altura que "o que importa é que todos os projectos previstos estão em andamento - o Hotel das Furnas avança e a sala de jogos da Terceira deverá estar em funcionamento este ano (2007), referiu, indicando que o Hotel Casino de Ponta Delgada deverá ser inaugurado no final de 2008, prevendo-se, para Outubro de 2008, a conclusão do empreendimento comercial na Calheta de Pêro de Teive". Continuei a citar o Presidente do Governo.

Para o Presidente do Governo tudo decorria às mil maravilhas!

Em Janeiro de 2008, o Secretário da Economia, aquando da cerimónia de lançamento da primeira pedra do espaço Pêro de Teive, felicitava o grupo ASTA e cito "pelo início deste novo empreendimento que vem completar um conjunto vasto de investimentos ligados à concessão do jogo e que vem criar um amplo espaço comercial, de entretenimento e lazer que, conjuntamente com a construção do Hotel Casino, e com o empreendimento das Portas do Mar, constituirá uma nova centralidade de atracção para a cidade de Ponta Delgada... criando mais actividade económica e sobretudo mais emprego e riqueza".

Na mesma ocasião, o Secretário da Economia, afirmava que "o Hotel SPA das Termas das Furnas... estará, provavelmente, concluído em Junho deste ano (ano de 2008)" e "o Hotel Casino de 5 Estrelas ... que tudo indica poder ficar concluído no final deste ano (citei o ano de 2008)".

Como a presunção e água benta ... cada um toma a que quer, no mesmo dia, o Secretário da Economia, dizia que "longe vão os tempos em que surgiram os hotéis de estrelas, conhecidos como hotéis dos franceses! Hoje, a iniciativa privada está mais sólida, o estado de desenvolvimento do turismo é outro... por isso faz todo o sentido começar a apostar em hotéis de mais elevada qualificação como é o caso deste Hotel Casino Príncipe de Mónaco". Citei o Secretário Regional da Economia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da teoria do oásis, de 2006, 2007 e 2008 ... depois o oásis secou ... e começou a embrulhada do costume.

Recentemente, a comunicação social informava que “a nova estrutura accionista da ASTA será definida em breve, permitindo a abertura do SPA Hotel das Furnas e a conclusão do Hotel Casino de Ponta Delgada”. Citei a comunicação social recentemente.

Noticiava também que o Presidente do Governo havia afirmado que “dado o estado adiantado das negociações, praticamente concluídas, e o estudo que foi feito sobre a viabilidade de um conjunto de investimentos que dependiam de financiamento bancário, se não houver nada em contrário, das entidades bancárias, haverá uma alteração da estrutura accionista e o reatamento dos investimentos”.

Afirmava mesmo e cito o Presidente do Governo “Está muito próxima uma solução (...)”.

Pois é! Mas em todo este processo é legítimo tirar duas conclusões:

Primeiro, o que dizem os membros do governo e Presidente do Governo incluído, (desde 2003) não se escreve.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor tem de mudar essa cassete.

O Orador: Segundo, tudo o que vai para além de uns metros cúbicos e betão ... e uns metros quadrados de alcatrão ... este governo baralha-se todo!

Agora notícias surgidas na comunicação social, em Julho passado, referiam que o Centro Comercial construído pelo Grupo ASTA, “seria demolido para dar lugar ao casino” inicialmente previsto para o interior do Hotel Príncipe de Mónaco.

Ainda de acordo com esse jornal, um dos accionistas – o Grupo Machado - detentor de 50 por cento do Grupo ASTA, “está muito próximo de oficializar a aquisição dos restantes 50 por cento ao Grupo Paim”.

Se até agora o governo era uma espécie de ... bem atrapalhada “entidade concedente”, agora a notícia publicada num semanário nacional, dá conta da

vontade do Governo Regional em “participar, através de uma sociedade anónima de capitais públicos – a Ilhas de Valor S.A – na compra e venda de metade do capital da concessionária do jogo nos Açores”.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): E começou a guerrilha ao Sr. Secretário da Economia.

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores defendem a demolição.

O Orador: Bom, se até aqui o Governo encarnou o papel de concedente atrapalhado, agora quer assumir o papel de intermediário. Uma espécie de *trailer*.

Se até agora todos os acontecimentos revelam um processo, desde o princípio, pessimamente conduzido, hoje são precisos esclarecimentos totais e absolutos acerca dos dinheiros públicos já consumidos.

É que já ultrapassam os 11 milhões de euros e é preciso que o governo explique claramente se o seu envolvimento na intermediação anunciada, representa ou não mais uns milhões de dinheiros públicos a gastar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas mais explicações são absolutamente necessárias. É muito estranho, mesmo muito estranho que existam documentos de um negócio privado num cofre público ...no cofre do governo regional.

Estranho é que havendo acordo entre as partes privadas sobre o valor de venda e de compra na transacção, haja necessidade de um empresa pública comprar o capital de uma parte por um determinado valor ... para depois vender à outra parte ...!

É muito estranho, ... e a estranheza adensa-se, porque repetidamente no meio da baralhação ... e da atrapalhação, V. Exas. nem pensam duas vezes para torrar mais uns milhões do orçamento regional ou dos orçamentos das empresas satélite que foram nascendo como cogumelos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: Por tudo isso, o PSD entende ser urgente esclarecer todo este negócio, o envolvimento do Governo Regional e o uso que tem sido dado aos dinheiros públicos aplicados, que já ultrapassam os onze milhões de euros.

Registamos contudo, com particular admiração, a ausência e o silêncio do Secretário da Economia Vasco Cordeiro em todo este processo. Um processo que envolve milhões de euros; que era um pilar do desenvolvimento do turismo açoriano; que foi apresentado como um grande gerador de postos de trabalho; que do ponto de vista turístico ia revirar Ponta Delgada de avesso.

De V. Exa., Sr. Secretário Regional da Economia ... nem uma palavra!

Mas ao contrário, hoje todos sabemos que o resultado foi bem diferente! Gerou a falência de empresas, enviou centenas de trabalhadores para o desemprego e a imagem da oferta turística em S. Miguel fica bem retratada na zona que queriam que fosse a nova centralidade de Ponta Delgada.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Senhor Secretário, não basta ocupar a pasta da Economia e fazer de conta que se tem capacidades para gerar dinamismo e sinergias. É preciso muito mais do que isso.

Deputado Francisco César (PS): A guerrilha!

Deputado Berto Messias (PS): Isto é a guerrilha que já se adivinhava.

O Orador: É preciso capacidade de coordenação, capacidade de decisão. Na prática é preciso capacidade de liderança.

Neste processo o Secretário Regional da Economia não diz uma palavra. Refiro-me em concreto a este processo, fica provado que nem sempre a cadeira do poder faz do seu ocupante ... um líder!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por que é que não se preocupam com as pessoas? Preocupem-se com as pessoas.

O Orador: Não podemos deixar de enfatizar que é V. Exa. o Sr. Vice-presidente do Governo, autêntico líder de todo este processo, por omissão de V. Exa. o fiel depositário de documentos de um negócio entre privados.

Documentos entre privados ... guardados num cofre público!

Não é o PSD que acusa o Governo Regional socialista de, durante a sua longa permanência de 15 anos na governação da Região, confundir o público com o privado.

Deputado Berto Messias (PS): Já começou a guerrilha.

O Orador: De vergar a dinâmica da sociedade aos interesses político-partidários, na ânsia de permanecer a todo o custo no poder.

Não é o PSD que acusa, é o próprio Vice-presidente do Governo Regional que se encarrega de demonstrá-lo.

Chegou o tempo de acabar com uma governação que quando se mete nos negócios privados ... ou estoura mais uns milhões ... ou dá cabo dos privados.

Já chega! Disse.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado Berto Messias (PS): Esperava mais de si!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por dizer que a intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo lembra-me aquela expressão “a montanha pariu um rato”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A expressão é original! Olhe que há quem se assuste com os ratinhos!

O Orador: E tenho que lhe dizer que a sua incongruência na análise e no desenvolvimento da sua intervenção é tão grande que começou por culpar o Governo dos Açores por um investimento privado não avançar, para no final culpar o Governo dos Açores por apoiar o investimento privado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ou seja, para o PSD quando o investimento privado não avança a culpa é do Governo; quando o Governo apoia o investimento privado a culpa é do Governo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Por isso, o mais extraordinário é que neste debate aquilo que o PSD tem para nos dizer não é falar de qualquer investimento público que esteja atrasado; não é falar de qualquer compromisso assumido pelo Governo no âmbito das suas competências e dos seus recursos que estejam por concretizar; é tentar responsabilizar o Governo por um processo que diz única e exclusivamente respeito a uma empresa privada.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Oh!

O Orador: É este o ângulo de análise, se me permitem, que tenho para vos dizer.

Podia mais! Podia citar algumas citações feitas na mesma altura.

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Diga, diga! Mas diga tudo!

O Orador: O Sr. Deputado Jorge Macedo citou intervenções de Membros do Governo ao longo do processo aquando do início do investimento, mas omitiu, nos mesmos espaços, nos mesmos locais, a intervenção da líder do seu partido sobre os mesmos investimentos, dos mesmos sítios e da mesma forma.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Os investimentos são os mesmos!

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Ela é que tinha os 11 milhões de euros!

O Orador: Vou só recordar. Referiu Janeiro de 2008 no momento de lançar a primeira pedra.

Eu tenho aqui uma fotografia onde está o então Secretário Duarte Ponte, ao lado do administrador da ASTA, Leonel Cabral, e uma citação da Presidente da

Câmara Municipal de Ponta Delgada, esposa do senhor administrador da ASTA...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não sabia desta!

O Orador: ...que dizia em relação a esta matéria: “Este investimento, espaço Pêro de Teive, será importante para a projecção da cidade” e congratulou-se por todo o trabalho da ASTA Atlântica. Janeiro de 2008.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: “Constitui para já uma referência incontornável na moderna economia açoriana”.

Oh Sr. Deputado Jorge Macedo, aquilo que o senhor criticou que o Governo declarou em 2008 foi exactamente o mesmo que a líder do seu partido declarou no mesmo dia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Então das duas, uma: ou o Sr. Deputado Jorge Macedo acabou de fazer uma crítica contundente à líder do PSD/Açores,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é de estranhar!

O Orador: ...ou então acho que a bancada do PSD tem de esclarecer qual é a sua posição sobre estas declarações.

Deputado João Costa (PSD): Quem tem de esclarecer são os senhores!

O Orador: Porque não percebi se é uma intervenção individual, se é uma intervenção do PSD. Se for uma intervenção do PSD estamos a concluir que este PSD, que está neste Parlamento, não concorda com a líder do PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aspecto estruturante e fundamental desta matéria:...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ali a segunda fila está toda na internet!

Deputado Mark Marques (PSD): Alguns trabalham aqui!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nota-se!

O Orador: ...o Sr. Deputado Jorge Macedo, na cronologia dos acontecimentos,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Vice-Presidente faça favor.

O Orador: ...omitiu um facto fundamental: a situação que houve no sistema financeiro internacional, com as consequências em todos os investimentos privados, em Setembro e Outubro de 2008.

Eu já assisti aqui a muita intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo, agora responsabilizar o Governo Regional pela alteração da capacidade financeira do sistema financeiro internacional nunca tinha assistido, mas passei a assistir a partir de hoje.

E a matéria fundamental para esclarecer de uma vez por todas é que, como referi, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Então esclareça! Isso é que é importante!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Essa do Leonel Cabral!

O Orador: ... o apoio do Governo dos Açores (são as duas questões fundamentais que têm de ficar esclarecidas) a este investimento é exactamente o mesmo apoio do Governo dos Açores a qualquer outro investimento desta tipologia.

O valor que referiu corresponde aos subsídios, aos apoios no âmbito do sistema de incentivos regionais e nacionais...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: ...que foram afectos ao projecto de investimento turístico de acordo com a legislação em vigor, exactamente nos mesmos termos, nos mesmos montantes e nas mesmas percentagens que qualquer outro investimento destas características.

Deputado João Costa (PSD): Afinal o casino já abriu e não sabíamos!

O Orador: Portanto, dizer que o Governo pôs lá 11 milhões de euros não é correcto.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo limitou-se a executar o sistema de incentivos aprovado nesta Assembleia com os votos do PSD. O Governo dos Açores colocou neste investimento, ao cêntimo, exactamente aquilo que esta Assembleia aprovou no âmbito do sistema de incentivos. Ponto final parágrafo. Nem mais um cêntimo, nem menos um cêntimo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: E por último, o papel que o Governo tem tido neste momento, nesta matéria, é o papel que tem...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: ...se um Governo quiser apoiar as suas empresas, se quiser apoiar as famílias açorianas. Não é com a empresa ASTA, é com todas as empresas dos Açores.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): E os prazos? Não há prazos? É igual ao Atlântida!

Deputada Aida Santos (*PSD*): É um casino virtual!

O Orador: O Governo será sempre um apoio, um intermediário, irá ouvir sempre as empresas, acompanhá-las nas suas dificuldades. Havendo como houve aqui um problema entre dois sócios,...

Deputada Aida Santos (*PSD*): Tanta demagogia!

O Orador: ...um conflito entre dois sócios, intermediar da forma possível, respeitando sempre a lei para que as empresas possam concretizar os seus objectivos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Fez isto na ASTA, faz isto em centenas de empresas e continuará a fazer a bem do desenvolvimento dos Açores, da preservação dos postos de trabalho e essencialmente do nosso futuro.

Fê-lo com muito orgulho, com total transparência e rigor. Irá continuar a fazer nesta empresa e em todas as outras, porque a vitória dos Açores é a concretização final deste investimento e pelos visto aquilo que é o bem dos Açores é o mal do PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Essa do Sr. Cabral eu não sabia!

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria em primeiro lugar referir que o Sr. Deputado Jorge Macedo tentou de facto trazer aqui um tema pertinente, uma questão que interessa a muita gente, mas esta questão foi trazida aqui de uma forma que merece ser devidamente explicada. Sobretudo traz aqui uma preocupação que ignora aspectos que todos conhecem ao nível da crise que o país e a Região atravessam e por todo o enquadramento internacional que também já foi aqui referido.

Quero por isso sobretudo saudar o Sr. Vice-Presidente pela forma como demonstrou a liderança, a preocupação e a grande atenção que o Governo tem tido na solução deste problema.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Posso aqui testemunhar, na qualidade de outras funções públicas que desempenho,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quais são as outras funções públicas?

O Orador: ...esse papel que tem sido feito pelo Governo Regional no seu todo, particularmente pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Esta é uma questão absolutamente clara e um testemunho que deixo aqui ao Parlamento dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está fraco. Mais convicção!

O Orador: Mas há uma outra questão que tem de ser aqui desmascarada. O PSD não quis esclarecer nada.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: O PSD se quisesse debater, esclarecer esse tema faria uma interpelação ao Governo, uma sessão de perguntas ao Governo ou até outro tipo de intervenção.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): O senhor quer dizer o que vamos fazer?

O Orador: O PSD o que trouxe aqui foi uma iniciativa de frustração. O PSD hoje está profundamente frustrado com a união e com a determinação do PS, nomeadamente no processo de sucessão e que aponta um novo candidato do PS à vitória e à Presidência do Governo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O PSD sonhava com uma noite de “facas longas” no dia 7, sonhava com a guerrilha dentro do PS, ...

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Sr. Deputado, isso é que é esclarecer?

O Orador: ...sonhava com aquele espírito curiosamente, que neste momento, domina o PSD ao ponto da Dra. Berta Cabral dizer que até gostava de se defrontar em congresso com o Deputado Duarte Freitas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Sobre o casino nada!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): E o casino?

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Os senhores não querem esclarecer!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, o PSD sonhava com essa desorientação e com essa desunião do PS e por isso é que traz aqui esta iniciativa mal disfarçada como uma intenção de esclarecimento. Esta é por isso uma clara iniciativa de ataque pessoal ao Secretário da Economia, mas Sr. Deputado Jorge Macedo, Sras. e Srs. Deputados, esta iniciativa é um ataque vil que só se dispensa a

quem sabe que vai ganhar eleições e o PS vai vencer eleições. O PS vai ter no próximo ano um futuro em confronto com o passado e nós vamos vencer eleições com o Dr. Vasco Cordeiro, com um PS unido e determinado a defender os Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Rui Ramos (PSD): E o casino?

Deputado Luís Garcia (PSD): E o casino? E os 11 milhões? Nada! Zero!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Considero que esta intervenção do Partido Social Democrata é uma intervenção que vem muito a propósito na actual conjuntura política e económica e é porque considero que o Sr. Secretário Regional da Economia não pode continuar escondido e calado, aqui e ali, naquela bancada, como tem feito ao longo de toda a legislatura.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor está a pensar no líder parlamentar do PSD!

O Orador: O Sr. Secretário Regional da Economia tem estado a fazer de morto. Tem estado a fazer de morto nesta legislatura toda...

Deputada Benilde Oliveira (PS): O senhor não tem estado aqui!

O Orador: ...para não dar nas vistas, para que o caminho para a sucessão pudesse decorrer sem incidentes...

Deputado João Costa (PSD): Com que preço!

O Orador: ...e enquanto fez de morto naquela bancada do partido do Governo, também fez de morto na economia dos Açores, em áreas que são da sua responsabilidade, em que, Sr. Secretário, falhou clamorosamente. Essa falha do

ponto de vista daquelas que são as suas responsabilidades, quer no casino, quer também na estrutura de golf que foi montada, quer também...

Presidente: Terminou o minuto que lhe restava, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Orador: Sr. Presidente, termino já...

Deputada Catarina Furtado (PS): Mas é já! Não é daqui a 10 minutos!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Aliás, já devia ter terminado!

O Orador: ...dizendo que o Sr. Secretário da Economia em todas estas áreas tem graves responsabilidades e que estas responsabilidades, que estes falhanços na política económica, fragilizam a sua candidatura.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O povo dirá.

O Orador: Depois veio o profeta das vitórias falhadas. O Sr. Deputado San-Bento que como sempre falha nas previsões porque fez o mesmo discurso, com o mesmo anúncio de vitória à 6 meses atrás, quando o Eng. José Sócrates foi amplamente derrotado nas eleições. Foi exactamente nos mesmos termos que fez esse anúncio de vitória e quando eu vejo o Sr. Deputado a fazer de profeta fico descansado,...

Deputado José San-Bento (PS): É um mentiroso!

O Orador: ...porque sei que o resultado será exactamente ao contrário do que foi anunciado pelo Sr. Deputado San-Bento.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já percebeu porque não aparece na televisão. É muito fraquinho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): As suas são muito piores.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passada que está a noite das “facas longas” o Bloco de Esquerda também gostaria de alguma maneira participar no debate sobre esta matéria, mas não sem antes introduzir uma nota prévia. É que o PSD tem de decidir o que é que quer, porque não pode ao mesmo tempo aprovar e reivindicar a intervenção do Governo Regional nas empresas privadas, através de variadíssimos programas

que esta casa tem aprovado, quando as empresas se confrontam com dificuldades e por outro lado, quando o Governo o faz vir acusá-lo de promiscuidade.

Portanto, tem de decidir o que é quer e de que lado é que estão. Isto é apenas uma nota prévia, ainda que o Bloco de Esquerda subscreva, como é público e conhecido, algumas das preocupações trazidas a esta casa com este negócio, com esta empresa.

Aliás, desde 2009 até há bem pouco tempo, 11 de Outubro, nós temos vindo a pontuar esta história mal contada com sucessivas perguntas ao Governo Regional, no sentido de entendermos como é que uma empresa que era considerada o tal pilar do desenvolvimento do turismo, porque vinha dar um contributo imenso para a consolidação do desenvolvimento deste turismo, promotora de postos de trabalho, que era digamos a promessa e a expectativa, foi de facto a primeira empresa a fazer *lay-off* desta Região. Mais do que isso, a não pagar aquilo que a Segurança Social lhe entregava para disponibilizar aos seus trabalhadores.

Portanto, daí que face a uma história de facto conturbada, mal contada, acidentada, nós tenhamos vindo a perguntar ao Governo porque é que esta empresa é destinatária de tantos perdões, de tantas compreensões, de tanta capacidade de olhar para o lado face ao incumprimento de tudo o que foi contratualizado. Não há uma única coisa que esteja a funcionar que fizesse parte do caderno de encargos...

Deputado Francisco César (PS): Há uma crise Sra. Deputada!

A Oradora: ...e do que está estabelecido no contrato. Não há nada a funcionar, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Há uma crise!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não queremos ser carrascos da economia.

A Oradora: E a nossa pergunta hoje, como em 2009, é esta: por que é que o Governo Regional sempre se recusou a accionar qualquer tipo de sanção relativamente aos incumprimentos sucessivos?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A preocupação é salvar postos de trabalho. A economia!

A Oradora: Não me venha com os postos de trabalho, Sr. Secretário, porque os postos de trabalho e os trabalhadores foram enganados por esta empresa. Esta empresa recebeu o dinheiro da Segurança Social e não lhes foi entregue e a Inspeção Regional do Trabalho interveio. Até hoje o Bloco de Esquerda está para saber o que é que fez a Inspeção Regional de Trabalho.

Portanto, repito a pergunta:...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas já respondi.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*): Não posso responder.

A Oradora: ...por que é que esta empresa é estranhamente destinatária de todos os perdões e de todas as compreensões?

O Sr. Vice-Presidente está aqui, pode agora, sem ser através do papel, dar-nos uma resposta directa.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Faça afirmações, porque nós não podemos responder.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*): Não posso responder.

A Oradora: Bem como a outra pergunta que nós acabámos de fazer no dia 11 deste mês que é: havendo advogados, havendo consultadorias, havendo tantas outras empresas que se dedicam a estabelecer, a mediar as relações conflituosas dentro de um consórcio, por que carga de água é que é o Governo Regional dos Açores assume as dores duma guerra de comadres e põe-se a comprar a uns para vender a outros?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem! Tem toda a razão!

A Oradora: Dentro da sua resposta brilhante – tiro-lhe o chapéu – que deu ao PSD, o Sr. Vice-Presidente a propósito esqueceu-se de responder a estas duas questões,...

Deputado Mark Marques (*PSD*): Não esqueceu nada! Foi de propósito!

A Oradora: ...porque estas é que são o essencial. Estas é que são o essencial da questão que até hoje não está respondida e eu tenho a certeza que nenhum açoriano, nem açoriana, compreenderá a menos que mais uma vez, brilhantemente, o Sr. Vice-Presidente seja capaz de explicar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Se mudar o Regimento posso esclarecer!

Presidente: Em termos regimentais o Sr. Vice-Presidente não poderá responder por agora, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgo, Sr. Presidente, que desta intervenção do Deputado Jorge Macedo, que veio aqui com um punhado de acusações, temos de concluir que o que é interessante é o modo de exercício do poder. Ou seja, quando nós vamos atirar uma pedra ao outro e temos telhados de vidro, julgo que é preciso ter muito cuidado quando se atiram pedras, pois podemos ficar com os nossos telhados todos estilhaçados, senão mesmo partidos.

Fiquei absolutamente espantado, porque não sabia quem era o administrador da ASTA Atlântica.

Portanto, são essas coisas que desacreditam os políticos e a política. Nós temos de ter um extremo cuidado no envolvimento dos nossos familiares em alguns negócios que se passam na Região e no país, mas sobretudo na Região, porque as pessoas vêm (e eu até acho que foi uma falha grave da minha parte não saber isso e fui aqui devidamente esclarecido) essa promiscuidade eventual que pode existir entre política e negócios. Isto não é aceitável e isto tem de ser bem esclarecido, bem ventilado para a opinião pública, sejam dirigentes do PSD, sejam do PS ou sejam do CDS.

Não é admissível que se faça, que se assista a coisas dessas e portanto, é isto que dá credibilidade à política. A política precisa de credibilidade para que o

povo que nos elegeu confie em nós. Não basta dizer que somos credíveis. Não basta parecer, é preciso sê-lo. É preciso ser efectivamente credível. É preciso que tenhamos a consciência tranquila, absolutamente tranquila nesse aspecto, quando exercemos cargos públicos.

Dizer também sobre essa matéria que é um assunto preocupante esse assunto da ASTA Atlântica como já foi denunciado e até pedidos esclarecimentos por outros partidos, como aqui já foi referido. Temos que ter atenção que também não se podem fazer negócios quando qualquer tipo de empresário resolve ter uma megalomania.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Também deve ter aí o Governo um cuidado escrupuloso quando se apoia ou quando se tem a intenção de apoiar determinados empresários.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: A iniciativa privada não serve de capote a tudo. É preciso também ser escrupuloso no apoio a determinadas empresas...

Deputado José San-Bento (PS): Com certeza!

O Orador: ...e é preciso também ter a certeza do ganho público (quando digo público digo para a sociedade) que essa empresa possa ter e que possa vir a trazer. Não se pode também apoiar indiscriminadamente qualquer tipo de empresário e qualquer tipo de empresa, porque não se pode também estar indefinidamente a financiar aquilo que não é viável. Temos de proteger postos de trabalho...

Deputado Francisco César (PS): Há critérios para isso! Há determinados prazos que têm de ser cumpridos!

O Orador: ...é esse um desígnio do Governo, mas não podemos também proteger postos de trabalho ao mesmo tempo protegendo empresas que não são viáveis e servem, muitas vezes, para servir alguns grupos económicos que também não dão o seu contributo para a sociedade onde estão inseridos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra e eu gostava tanto de lhe dar, mas não posso. A Representação Parlamentar do PCP já esgotou o seu tempo.

Para encerrar o debate dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Macedo. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, não vale, os açorianos não querem, que permanentemente quando existem trapalhadas se atirem cortinas de fumo sobre os problemas.

Não vale, Sr. Vice-Presidente! Não vale tudo!

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores não querem ser esclarecidos!

O Orador: Percebo a preocupação de V. Exas., ninguém de bom senso deixaria de estar preocupado. Mas uma coisa é preocuparem-se, outra coisa é deixarem-se enredar numa teia que V. Exas. nem sabem como é que vão sair dela.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Mentira!

O Orador: Já passaram muitos anos, Sr. Vice-Presidente, mas continuo a estranhar o silêncio do Secretário da Economia, Vasco Cordeiro.

Deputado Francisco César (PS): Não tem a ver com ele! O senhor não acerta uma!

O Orador: Eu sei que o turismo até não tem nada a ver com o Secretário Regional da Economia. Não tem nada a ver. Os sistemas de incentivos também não têm nada a ver com o Secretário Regional da Economia; o desemprego proporcionado pelo desenvolvimento da economia também não tem nada a ver com o Secretário Regional da Economia; ou seja, para V. Exas. o Secretário Regional da Economia tem que ficar o mais caladinho possível.

Como eu vos compreendo!

Deputado Francisco César (PS): Os senhores não acertam uma tutela!

O Orador: O Atlântida não chegou, o dinheiro foi entregue e ainda não voltou (até rima!); o Sr. Secretário Regional da Economia falhou a promessa de V. Exas., do Presidente do Governo, de baixar as tarifas aéreas (em vez de

baixarem, as tarifas subiram); o site *Visitadores* não gastou um milhão, gastou 600 mil euros e veio cheio de erros e de outras babuzeiras...

Deputado José San-Bento (PS): Não diga isso!

Deputado Berto Messias (PS): Olhe a linguagem!

O Orador: ...a promoção do turismo fez-se como nós todos sabemos, à mistura com os bares abertos; os números do turismo recentes, do mês de Agosto, quando podiam ser um balão de oxigénio para o sector da economia, cresceram 0,9% (em todo o país e na Madeira cresceram 5, 6, 7 vezes mais, Sr. Deputado); ...

Deputado José San-Bento (PS): Fale da Madeira!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): O que é que o debate tem a ver com a Madeira?

Presidente: Sr. Deputado, era bom voltarmos ao objecto da interpelação, se fosse possível.

O Orador: Estou a justificar o silêncio do Sr. Secretário Regional das Economia.

... para os barcos do triângulo fez-se um concurso, anulou-se o concurso;...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): O que é que isso tem a ver com a intervenção?

O Orador: ...na água das Lombadas fez-se um concurso, anulou-se o concurso;...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Deixem o Sr. Deputado falar.

O Orador: ...no Hotel Casino temos o Sr. Secretário Regional da Economia caladinho, caladinho, caladinho.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isto não tem nada a ver com a intervenção!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Oh Sr. Presidente, isto não tem nada a ver!

O Orador: Era preciso que essas questões fossem esclarecidas por quem de direito e esse quem de direito é quem tutela o turismo na Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Não vou deixar de mencionar a intervenção do Sr. Deputado José San-Bento para reconhecer a unidade do Partido Socialista de volta de uma sala com 24 cabeças coroadas a eternizar o futuro candidato do Partido Socialista a Presidente do Governo.

Deputado Francisco César (PS): Ao contrário dos senhores que querem congresso!

O Orador: Foi o senhor que disse!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Agora já não é um assunto interno!

O Orador: Agora a candidatura de Vasco Cordeiro, já que estamos a falar de casinos,...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Afinal é interno ou não é interno?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, silêncio! O Sr. Deputado Jorge Macedo está a responder à intervenção do Sr. Deputado José San-Bento que falou nesta questão. Faça favor de continuar.

O Orador: Estou a responder ao Sr. Deputado José San-Bento que falou nesta questão e estou a referir-me à sua intervenção. Seria uma deselegância da minha parte ignorar a sua intervenção.

Deputado José Lima (PS): Parece um bailinho de Carnaval!

Deputado Francisco César (PS): E o Duarte Freitas é candidato ou não é?

O Orador: É que a candidatura de Vasco Cordeiro, já que estamos a falar de casinos, sabe onde é que saiu? Na roleta socialista.

O PS está unido e determinado, disse o Sr. Deputado José San-Bento. Pois está! Está unido, determinado e Vasco Cordeiro calado. Rima e é verdade.

Deputado José Lima (PS): Parece um bailinho de Carnaval!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, relativamente à Sr. Presidente da Câmara e líder do PSD/Açores, Dra. Berta Cabral, agradeço a deixa que me deixou.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não foi deixa! Foi para os açorianos saberem! Era para o senhor se lembrar.

O Orador: Porque essa é que é a diferença. Porque quando a Dra. Berta Cabral se congratulou com o investimento e nós todos nos congratulámos com o investimento (falo em nome do PSD, naturalmente)...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*): No mesmo dia que critica aqui!

O Orador: ...a diferença é esta: com a Dra. Berta Cabral quando há essas congratulações a obra aparece feita, quando o Governo Regional se congratula normalmente (e ao que toca a áreas e aos processos da Secretaria Regional da Economia) não se vê a obra e vai-se embora o dinheiro, porque V. Exa., Sr. Vice-Presidente, não explicou duas coisas. Existem ou não existem documentos de empresas privadas...

Deputado José San-Bento (*PS*): Isso é inacreditável!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

...num cofre público, no cofre do Governo Regional?

Existem ou não existem 11 milhões de dinheiros públicos já gastos?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não são gastos, são incentivos!

O Orador: É que a diferença é só uma:...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*): São os incentivos aprovados em Conselho de Governo!

O Orador: ...é que a somar aos 40 milhões do Atlântida que foram pagos, o dinheiro não voltou; a somar a toda a promoção...

Deputado Rui Ramos (*PSD*): E o povo é que paga!

Deputado Francisco César (*PS*): Já voltou.

O Orador: Já, já voltou já! 5% do dinheiro que voltou?

A somar a tudo, a grande diferença é que V. Exas. criaram uma embrulhada tremenda e a avaliar pelas vossas palavras (em 2008, 2009, 2010, 2011) já

passaram 3 anos e nós termos 3 edifícios que não têm qualquer utilidade, com recursos e dinheiros públicos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: Lamentamos mais uma vez (e termino Sr. Presidente) que o maior responsável neste momento por todo o processo que pode levar ao desenvolvimento de um dos pilares do nosso modelo de desenvolvimento,...

Deputado Francisco César (PS): Nosso?

O Orador: ...que é o turismo, permaneça mudo e quieto.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Na sequência de quê?

Deputado Berto Messias (PS): Da intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo.

Presidente: Mas concretamente qual é a parte que o leva a protestar?

Deputado Berto Messias (PS): Sobre o facto de segundo as suas afirmações deixar transparecer que o Governo não respondeu, ou um suposto Secretário não quis responder às dúvidas e às perguntas colocadas.

Presidente: Vou-lhe dar 3 minutos, Sr. Deputado, embora tanto quanto possível nestes debates nós temos que fazer com que estas figuras não sejam um prolongamento artificial do debate.

Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Faço este protesto porque me parece que o Sr. Deputado Jorge Macedo não foi politicamente sério na sua última intervenção...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...porque referiu-se ao Governo Regional fazendo crer que o Sr. Secretário Regional da Economia ou que o Governo não tinha respondido às perguntas colocadas.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: E não respondeu!

O Orador: O Governo respondeu a todas as perguntas colocadas através do Sr. Vice-Presidente do Governo que é quem tem responsabilidades e tutela sobre esta matéria.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade!

O Orador: Além disso, é preciso dizer também e protesto também sobre isso: aqui está aquilo que todos nós adivinhávamos, devido ao nervosismo que o PSD tem, a guerrilha contra o Sr. Secretário Regional da Economia que vai a partir de agora intensificar-se.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo tem naturalmente 3 minutos para contra protestar.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu não vou propriamente contra protestar, vou apenas dizer que nós todos sentimos muita estranheza...

Deputado José San-Bento (PS): Nós quem?

O Orador: ...pelo facto de quem tem à sua conta, por exemplo, a coesão, não fala sobre coesão. Quem fala é o Sr. Vice-Presidente.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Há uma direcção regional da Secretaria Regional da Economia, que se chama Direcção Regional da Coesão...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O Sr. Deputado não conhece a orgânica do Governo?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas ofereça-lhe a orgânica do Governo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ...mas o Sr. Secretário Regional da Economia não fala sobre coesão.

Há problemas...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, assim não.

Vamos deixar o Sr. Deputado Jorge Macedo falar.

O Orador: Agora vou mesmo fazer o protesto.

Sr. Presidente, com a sua licença, eu vou protestar, mas é um protesto simpático porque o ruído é tanto do lado da bancada do Partido Socialista que nós percebemos por que é que é.

Deputado José San-Bento (PS): É ignorância atrevida!

Deputado Francisco César (PS): É a ignorância atrevida, desculpe Sr. Deputado.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Percebe, percebe!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ah, ele fala!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Fala, come, diz papá e mamã!

O Orador: O Sr. Secretário Regional da Economia não falou porque não quis. Estamos no nosso pleno direito de manifestar essa estranheza, porque se tem a tutela da área do turismo, se nós temos um investimento que seria o pilar do desenvolvimento do sector turístico nos Açores...

Deputado Berto Messias (PS): É o nervosismo!

Deputado Francisco César (PS): Está a correr mal!

O Orador: ...e o Sr. Secretário Regional da Economia não fala.

Mas também nós já percebemos qual é a estratégia. Todas as vezes que as coisas correm bem temos gente e microfone. Aí temos! Quando correm bem! Quando correm mal é preciso uma estratégia, é preciso proteger o candidato a

Presidente do Governo, que é um corpinho alto e espadaúdo, mas consegue sempre esconder atrás, quer do Governo, quer da bancada do Partido Socialista. Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): É em Ponta Delgada?

Deputado Berto Messias (PS): É a guerrilha ao Secretário Regional da Economia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, face à hora terminamos o nosso PTAP por aqui.

Havia uma declaração política do CDS/PP, não há obviamente tempo útil para a fazer.

Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas, com a Agenda.

Bom almoço e até já.

(Eram 12 horas e 54 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 06 minutos)

E vamos reiniciar os nossos trabalhos com a Agenda.

O ponto um da nossa Agenda de hoje é a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011 – “Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”](#).

Para apresentar o diploma dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) **Secretária Regional da Educação e Formação** (*Cláudia Cardoso*):
Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do
Governo:

O Governo apresenta a esta casa o Estatuto do Aluno que como tinha sido anunciado por mim em Fevereiro deste ano seria alvo de uma profunda intervenção. Isto significa que a experiência decorrida desde a aprovação inicial na Região do Estatuto do Aluno recomendava que se procedesse ao seu aperfeiçoamento. O que fizemos foi, por um lado, expurgar do Estatuto vigente e que está em vigor matérias que considerámos que deveriam estar noutra sede, por exemplo, questões relativas à acção social escolar, que passarão a breve trecho a integrar um Decreto Legislativo Regional que também virá a esta casa; matérias respeitantes à evicção escolar que já constam do diploma que aliás já deu entrada na Assembleia sobre Saúde Escolar e também matérias que por serem de natureza mais regulamentar, o Governo entendeu que deveriam constar ao nível do Regulamento de Gestão Administrativa de Alunos.

Este Estatuto que agora apresentamos vem na linha daquilo que tinha sido por mim anunciado e pretende consolidar diversos aspectos para nós fundamentais. Desde logo, assegurar condições de melhor segurança, maior tranquilidade, maior disciplina nas nossas escolas, como promotoras essenciais do sucesso educativo e da efectividade das aprendizagens.

Por outro lado, assumimos este objectivo com a consciência de que passaria também ela por um reforço da autoridade da comunidade educativa, reforço da autoridade do pessoal docente, mas não só. Também reforço daquilo que são as competências do pessoal não docente, reforço da importância da intervenção das equipas multidisciplinares na escola e reforço também muito claro do poder ou dos poderes (se quiserem) do Presidente do Conselho Executivo e do Conselho Executivo como órgão de liderança da escola.

Introduzimos aqui estratégias e instrumentos que permitem lidar, quer ao nível da prevenção, quer ao nível da intervenção exterior, com situações de indisciplina nas nossas escolas e com situações que obstaculizam muitas vezes a que haja o sucesso escolar que é por todos desejado.

Daí que, neste contexto, esta proposta de Estatuto é do ponto de vista do Governo um documento que é inovador, inovador em vários aspectos. Desde logo porque garante, por um lado, o reforço do papel da escola, com a necessária correlação com o reforço do papel das famílias. Ou seja, a implicação e o comprometimento que é fundamental da família com a escola e o comprometimento com o sucesso educativo dos alunos. Isto é: vários estudos realizados demonstram que nos países da Europa mais bem sucedidos em termos de resultados escolares o papel da família é determinante, ou seja, a relação que a família estabelece e a percepção que tem da escola é efectivamente uma percepção muito consolidada, sobretudo ao nível da figura dos pais, dos encarregados de educação, de quem assume essas responsabilidades, assumem um papel determinante na forma como o próprio aluno percebe a escola e no empenhamento que ele próprio dedica à escola no sentido da sua aprendizagem.

Em termos gerais o que este Estatuto faz é, por um lado, clarificar o regime de aplicação de medidas preventivas e de integração e também das medidas disciplinares sancionatórias. Agiliza também e simplifica, na nossa óptica, os procedimentos formais, todos eles de natureza processual que se referem à aplicação dessas mesmas medidas, centrando muito na figura do Presidente do Conselho Executivo essa agilização e permitindo assim o que nos parece essencial nesse processo, que ele seja eficaz. Ou seja, minimizando prazos, diminuindo procedimentos, fazendo com que entre a aplicação da medida, a determinação da sua aplicação e a sua efectiva aplicação decorra o mínimo de tempo possível.

Prevê também algo que é novo, que é a possibilidade da informação, das ocorrências no espaço escolar ser feita por qualquer membro da comunidade educativa. Reforça também a capacidade de intervenção dos directores de turma, dos professores, e dos professores em geral, permitindo essa actuação, como dizia, ser mais eficaz.

Transfere também mais poder de decisão para os órgãos da escola, sobretudo para os órgãos de gestão, estabelecendo por exemplo, a obrigatoriedade de

comunicação pelo Presidente do Conselho Executivo de comportamentos especialmente graves às entidades competentes.

Institui também um reforço da protecção legal da autoridade do professor.

Institui também que os factos participados pelo professor assumam o princípio da presunção da verdade, assegura também um acompanhamento efectivo dos alunos pelas equipas multidisciplinares e assegura que quer os deveres, quer os direitos dos alunos estão claramente consagrados.

Introduz também alterações essenciais ao nível de questões que tenham a ver com assiduidade, com a pontualidade dos alunos e com o seu empenho nas actividades escolares.

Enuncia também consequências decorrentes das faltas, no caso as faltas injustificadas, as penalizações que podem daí incorrer para o aluno, sem ignorar obviamente que aqui há uma necessária responsabilização dos encarregados de educação que é preciso fazer e que é necessário que participem, se comprometam com o desempenho escolar dos seus filhos.

Institui também prémios de mérito, alargando estes não apenas ao mérito académico, mas passando por outras vertentes, como o mérito cívico e questões relacionadas também com o mérito desportivo.

Consagra também um papel participativo muito importante dos técnicos dos serviços de psicologia e orientação e consagra também a cooperação necessária com autoridades públicas, privadas, solidárias que possam dar um contributo também na melhoria do desempenho escolar destes alunos.

Consagra também o reforço da responsabilidade dos pais naquilo que diz respeito a situação de incumprimento desde que ele seja consciente e reiterado por parte dos seus educandos, quando menores, e do dever de assiduidade e de disciplina, o que nos parece essencial para que possa efectivamente a escola ter um papel que não lhe cabe só a ela, que cabe sobretudo às famílias e que deve a família ter um comprometimento eficaz, claro e efectivo na promoção desse sucesso que é, sobretudo, no interesse dos seus educandos.

Na generalidade é isso, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Entretanto algumas pessoas já se foram inscrevendo. De qualquer modo, estão abertas as inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção na abordagem à iniciativa que o Governo nos traz aqui. Primeiro, concordar com a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação. Concordar que a importância que tem a ligação da família à escola, concordar que sem a participação da família não é possível que os percursos de formação e aprendizagem dos nossos alunos sejam percursos recheados não de sucessos, mas devidamente acompanhados porque há, efectivamente, algumas questões sobre as quais a escola não será capaz de levar a cabo se não tiver a participação da família.

Concordar também com o reforço da autoridade da escola, reforço quer dos órgãos de gestão e administração da escola, reforço da autoridade do professor...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vai votar a favor!

O Orador: ...reforço das equipas multidisciplinares, reforço dos auxiliares da acção educativa, enfim, exigir o cumprimento dos deveres por parte dos alunos. Em tudo isso eu concordo com a Secretária Regional da Educação e Formação. Concordo com a importância que tem a família e a presença da família a acompanhar os seus educandos, concordo com o reforço da autoridade do professor e da escola.

Agora, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação discordo profundamente da proposta que V. Exa. nos traz aqui para resolver estes problemas.

Aliás, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação houve quem lhe desse algum tempo de estado de graça quando V. Exa. tomou posse, salvo erro em Fevereiro deste ano. Eu não dei e tornei público, porque de facto considerei (aliás pelos acontecimentos desta semana) que V. Exa. à frente da pasta da

Educação e Formação no Governo Regional não passava de um embuste. Não passava e não passa de um embuste.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado e insiste?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não foi o Sr. Deputado que teceu elogios à Sra. Secretária quando foi do PROSA?

Já se esqueceu!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado Aníbal Pires.

É que não temos tempo para suspensões dramáticas. Temos de continuar. O tempo está a contar.

Faça favor.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente. Sim, senhor. Vamos já, Sr. Presidente.

Mas como estava a dizer, V. Exa. é um embuste.

Aliás, este é um exemplo do embuste que V. Exa. representa, porque vejamos.

Quando traz aqui este documento e na forma como o traz desde logo...

Ele também tem um mérito, tem o mérito do reconhecimento do desnorte que tem este Governo Regional relativamente às políticas da educação. Completo!

Deputado José Lima (PS): Não concordo com isso!

O Orador: Aliás, basta fazer o histórico dos anteriores secretários regionais da Educação que passaram pelos governos do Partido Socialista...

Deputado José Lima (PS): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ...para se perceber isso: o que hoje vale, amanhã não vale. Portanto, há um completo desnorte. Esse mérito então eu tenho de reconhecer a V. Exa., que com aquilo que tem vindo a fazer na Secretaria Regional da Educação e Formação está a dar o público reconhecimento desse desnorte do Partido Socialista relativamente à Educação na Região.

Deputado José Lima (PS): Fale do Estatuto do Aluno, Sr. Deputado!

O Orador: Para terminar esta primeira intervenção dizer a V. Exa. e com alguma mágoa que não pode contar com o apoio da Representação Parlamentar do PCP neste Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Lima (PS): Não disse nada, Sr. Deputado. A sua intervenção foi um embuste!

Presidente: Vamos prosseguir. Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD comunga genericamente das preocupações e dos objectivos que estiveram na origem de mais esta alteração do Estatuto do Aluno.

O PSD vê como positivo o reforço das condições que possam garantir nas nossas escolas mais segurança e mais disciplina.

O PSD vê como positivo o esforço no sentido do reforço da autoridade dos professores e dos órgãos executivos das nossas escolas.

O PSD vê como positivo o caminho que se abre para uma maior e indispensável responsabilização dos pais e dos encarregados de educação na vida da escola e pelas atitudes e pela assiduidade dos seus filhos e dos seus educandos.

O PSD vê como positivo o sinal que se quer dar a uma maior promoção do mérito nas nossas escolas.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por tudo isto, entendemos que este Estatuto do Aluno constitui um passo importante na direcção que consideramos correcta e, também por isso, genericamente, consideramos positivo este Estatuto do Aluno...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É a direita a apoiar-vos!

O Orador: ...e entendemos que ele inclui algumas medidas que podem ser uma resposta positiva àquilo que hoje se passa nas nossas escolas.

Mas se temos esta concordância genérica com este documento, há vários aspectos que no nosso entendimento merecem alteração e aperfeiçoamento e por isso o Grupo Parlamentar do PSD apresentou um conjunto de alterações que visam exactamente melhorar esse objetivo no Estatuto.

Para que fiquemos todos mais esclarecidos há questões que eu gostaria de colocar à Sra. Secretária e cujo esclarecimento reputo de importante.

Primeira questão. Este documento foi naturalmente preparado pela Secretaria Regional em estreita ligação com os Conselhos Executivos das escolas. E a

primeira questão que gostava de colocar à Sra. Secretária é esta: o que é que os Conselhos Executivos das escolas especificamente disseram sobre o modelo de contraordenações que este diploma cria, para ser aplicado aos pais e encarregados de educação que de forma reiterada não se responsabilizam pelos deveres de assiduidade e de disciplina dos seus filhos ou educandos? Qual foi a reação dos Conselhos Executivos e o seu parecer genérico sobre esta situação em concreto?

Em segundo lugar, gostava de perguntar à Sra. Secretária se entende que o presente Estatuto foi pensado e se responde às mudanças que o alargamento da escolaridade obrigatória para 18 anos implicará.

Finalmente, e em terceiro lugar, gostaria de perguntar por que é que deste Estatuto foram retiradas todas as referências ao ensino recorrente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que em relação a uma parte muito significativa desta iniciativa do Governo o PPM concorda com as medidas que estão enunciadas.

Portanto, nesse sentido nós apresentamos um pequeno número de alterações, até porque outros partidos apresentaram alterações com que concordamos. Não repetimos as propostas. O pequeno número de alterações que apresentámos tem a ver de facto com a nossa concordância genérica com o diploma.

Concordo com muita coisa, tal como o Sr. Deputado Aníbal Pires, mas retiro conclusões diferentes da concordância em muitas matérias.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já percebi, aliás é a marca ideológica que está subjacente à coisa!

O Orador: Concordo evidentemente com o reforço dos mecanismos de intervenção do Conselho Executivo. Acho que é fundamental.

Concordo com a agilização dos procedimentos disciplinares, até pela experiência que tenho nesta área considero que era uma das lacunas e concordo

com os novos procedimentos. São muito mais ágeis. Permitem responder às questões que se colocam às escolas de uma forma muito mais eficaz.

Concordo também com o reforço da autoridade dos professores. Aliás, já o tinha referenciado em intervenções anteriores.

Concordo com a inclusão da responsabilidade familiar. Acho que é uma nova vertente, uma vertente muito importante e como a Sra. Secretária disse faz parte do sistema educativo dos países que estão neste momento a obter melhores resultados.

E concordo também com um dos mecanismos que é colocado nesta iniciativa que diz respeito ao reforço dos mecanismos de participação dos alunos. Aquela faculdade de poderem realmente reunir com o Conselho Executivo. Acho que é muito importante. Não existia, passa a existir. Ou de reunirem e provocarem também uma reunião de conselho de turma. São mecanismos que reforçam a intervenção dos alunos.

Portanto, como estão a ver estou de acordo com um grande número de matérias.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está mais acanhado, Sr. Deputado!

O Orador: Porque o meu posicionamento em relação aos diplomas e às iniciativas do Governo não é porque é do Governo que vou reprovar, ou porque é do Partido Socialista que reprovado automaticamente, que é exactamente o que a bitola do Partido Socialista preconiza em relação às iniciativas do PPM.

Considero que (e a minha votação favorável ao diploma depende disso, depende da abertura do Governo a estas duas matérias) estou na disposição de votar favoravelmente o diploma se melhorarmos duas questões.

A questão do regime de contra-ordenações. Genericamente, até noutras circunstâncias económicas e sociais, concordo que de uma forma diferente se pudessem incluir. Não é nenhuma novidade no quadro normativo europeu. Concordo que noutras circunstâncias pudéssemos avançar para contemplar essa matéria.

Neste momento, tendo em conta a situação social e económica que as famílias estão a viver...

Já fui acusado de ser muito pessimista, mas sou de facto muito pessimista em relação à situação social que estamos a viver. Acho que nos próximos dois, três anos vamos viver uma situação exclusiva.

Eu considero que não é neste momento uma matéria urgente, que possa ser eficaz. Acho que vai colocar um grande conjunto de problemas às escolas; acho que vai provocar uma contestação social muito alargada e acho que não é de senso comum avançar nessa matéria.

Se a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação quiser avançar nessa matéria, por mim fica feito o aviso, que acho que não é o melhor momento, não é a melhor conjuntura.

Esta é a análise que faço neste momento em relação a esta questão.

A segunda questão é uma questão, compreendo, de grande generosidade que tem a ver realmente com a oportunidade. Neste momento em que as famílias açorianas e portuguesas estão tão flageladas, em que a classe média está tão diminuída naquela que é sua capacidade financeira e nos próximos anos o que é perspectivável é que o poder de compra, as condições das famílias, mesmo as famílias de classe média, se continuem a degradar de uma forma muito acentuada, se conseguíssemos de facto garantir (percebo que o investimento inicial nos dois primeiros anos é muito grande) manuais escolares gratuitos, considero que estávamos a prestar, nesta conjuntura que estamos a viver, um grande serviço a muitas famílias açorianas. Considero que essa é uma matéria em que devemos fazer um esforço.

Depois conjugar esse esforço alargando também o período de duração desses manuais, não permitindo que as escolas possam, num período mais ampliado, realizar alterações nas escolhas dos manuais. Portanto, permitindo que o período de duração dos manuais escolares, que são adquiridos e escolhidos por uma determinada escola, aumente. Nesse sentido isso faria com que, se adoptássemos a proposta de adquirir os manuais escolares para as famílias, essa opção não fosse depois tão cara. Seria cara nos primeiros anos, mas a partir daí a despesa diminuía significativamente porque estes manuais depois seriam utilizados por outros alunos e por outras famílias.

Portanto, são estas duas questões. Deixo-lhe a abertura do PPM em relação à aprovação deste diploma, que dependerá da abertura da Sra. Secretária da Educação e Formação em relação a estas duas propostas que considero fundamentais para que de facto o diploma, na nossa perspectiva, na leitura que fazemos, estar em condições de ser aprovado.

Presidente: Relembro, Sras. e Srs. Deputados, que este diploma é discutido por tempos globais que incluem, quer a generalidade, quer a especialidade, sendo os tempos: 25 minutos para o PS e para o Governo; 19 minutos para o PSD; 13 minutos para o CDS/PP; 11 minutos para o Bloco de Esquerda; 10 minutos respectivamente e cada um para o PCP e para o PPM.

Dou a palavra agora à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos em mãos para apreciação e votação uma proposta de Decreto Legislativo Regional “Estatuto do Aluno dos ensinos Básico e Secundário.”

No âmbito da exposição de motivos este diploma refere-se à experiência decorrida desde o momento das últimas alterações introduzidas, exactamente ao Estatuto do Aluno (Julho de 2007), e o facto desta recomendar que se proceda ao seu aperfeiçoamento, no sentido de através de um novo ordenamento do Estatuto do Aluno e do reforço das condições que assegurem o normal funcionamento da escola pública se garanta uma efectiva melhoria das aprendizagens dos alunos. Nobres propósitos sem dúvida!

Acresce que em sede de Comissão de Assuntos Sociais, aquando da audição da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação sobre este diploma, a mesma realçou os aperfeiçoamentos propostos neste Decreto, entre os quais me permito realçar o reforço da autoridade dos diferentes órgãos de gestão da escola, a clarificação dos direitos e deveres dos alunos, a co-responsabilização dos encarregados de educação pelo comportamento dos seus educandos e a generalização da atribuição e prémios de mérito académico e cívico, entre outros.

Nada mais consensual!

Aparentemente, e se ficássemos pelas intenções referidas, estaríamos em condições de votar favoravelmente a proposta do Governo na esperança convicta de que o ambiente escolar das nossas escolas (passo redundância) poderia adquirir maior segurança, o mais profundo espírito de cooperação, uma inter-ajuda genuína e generosa, em suma, a configuração de uma escola que respeita, valoriza e põe em prática os valores da cidadania activa.

Em boa verdade, parte do seu articulado persegue este desiderato.

Lamentavelmente, diríamos mesmo surpreendentemente, se atendermos a que esta proposta advém de um Governo do Partido Socialista, outras partes há que deitam tudo a perder.

De facto, para alguém como eu que frequentou as escolas do Estado Novo, é um verdadeiro murro no estômago e o reavivar de memórias infelizes, a leitura de algum do articulado deste diploma.

É inevitável constatar o seguinte. Já temos um Governo da República que por baixo das melhores intenções caritativas confunde pobres com indigentes e desempregados com preguiçosos ameaçadores.

Temos agora um Governo Regional que ao dar o seu apoio acrítico a este diploma transforma aos olhos da opinião pública, em geral, e da comunidade escolar, em particular, os pais em delinquentes e os alunos em bodes expiatórios de negligências sucessivas e variadas.

Vejamos alguns exemplos.

Primeiro: os efeitos da negligência nas crianças não podem, não devem ser prevenidos ou tratados com coimas ou sanções e muito menos com a pretensão de transformar polícias em técnicos de inserção social ou em psicólogos.

A negligência dos pais, mães ou encarregados de educação, independentemente do tipo de agregado familiar de que estejamos a falar é punível e constitui contra-ordenação, as quais irão dar a coimas entre 20 e 300 euros.

Tantas vezes com outros pretextos temos aqui dito nesta casa que nos Açores existem 31 mil famílias que vivem com 540 euros por mês; 50 mil pessoas que vivem com menos de 420 euros por mês; 18 mil beneficiários do Rendimento

Social de Inserção; 12 mil desempregados e agora pergunto eu: quantas famílias desestruturadas, logo dificilmente diligentes?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Se cumprir não paga!

A Oradora: Quantas famílias confrontadas com o flagelo duma droga dura, socialmente aceite e fiscalmente recompensada, como é o álcool?

Quantas delas se confrontam com o problema e o flagelo da violência doméstica e por isso dificilmente serão diligentes?

E a solução, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, é aplicar coimas a estas famílias?

A este propósito não deixa de ser curioso constatar que a mesma Secretária que tão duramente castiga os pais, as mães e os encarregados de educação por não obedecerem às suas ordens, é a mesma que decide brutal e abruptamente o encerramento de escolas sem ouvir os mesmos pais e as mesmas mães, sem nada lhes perguntar e fazendo orelhas moucas, quando apesar de tudo eles falam e se rebelam.

Mas ainda não contente com o espectáculo confrangedor da impotência e da impunidade, este Governo do Partido Socialista, o mesmo que apregoa e bem as vantagens e a urgência da escola inclusiva, decide aplicar uma sanção acessória de privação do direito a subsídio ou benefício, privando os filhos e filhas destas famílias negligentes (leia-se que não pagam as coimas da refeição escolar e do transporte escolar), dando um contributo prestimoso para o abandono escolar já significativo, para a intensificação das implicações até laborais e económicas do mesmo e sobretudo para a agressão mais profunda, e neste caso, justa à escola e ao que ela significa para estas crianças e jovens.

Apetece dizer: palavras para quê?

Esta proposta do Estatuto do Aluno, dum Governo do Partido Socialista, é enformada de uma linha de pensamento, por uma opção ideológica e por uma prática política que pode fazer lembrar os tempos da outra senhora, mas não faz jus a esta senhora, governante e socialista, segundo rezam as crónicas.

Que diz o Partido Socialista a esta evidente contradição?

O Bloco de Esquerda diz não! Votaremos contra esta proposta de Decreto Legislativo, o que não invalida o facto de apresentarmos um conjunto vasto de propostas de alteração que julgamos serem merecedoras dum amplo acolhimento.

Finalmente, uma última pergunta ao Partido Socialista dos Açores e para o Governo do Partido Socialista dos Açores: os senhores não desconfiam de tanto elogio e de tanta aceitação, de tanta premiação da direita relativamente a este Estatuto do Aluno? Agora os senhores já não falam da Dra. Berta Cabral...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Ai o ciuquinho!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem a marca ideológica da direita!

A Oradora: ...quando ontem elogiava este Estatuto do Aluno? Ou a Dra. Berta Cabral só fala mal numas coisas e noutras quando vai ao encontro dos vossos interesses já é uma grande senhora, com uma linha de pensamento perfeitamente coerente?

Tanta incoerência, Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, é confrangedora.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não contava começar como vou começar, mas vou ter de concordar parcialmente com a Sra. Deputada Zuraida Soares, ...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O fim do mundo está próximo!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não sabia disto.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O fim dos tempos está próximo!

O Orador: ...porque esta proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo Regional aqui nos traz assenta na sua novidade, na sua essência, em

três aspectos fundamentais que o CDS/PP há muito defende e pelos quais há muito se debate, que é precisamente a questão da autoridade do professor.

A questão da autoridade do professor (e é preciso que se diga com a mesma clareza com que sempre dissemos nesta casa) foi em muito minada por tutelas sucessivas da responsabilidade do Partido Socialista que contribuiu para desprestigiar a imagem e o papel social destes profissionais e agora, ao arrepio, vem obviamente introduzir aqui mecanismos que reforçam a sua autoridade. Faz bem, do nosso ponto de vista, vem de encontro àquilo que nós há muito defendemos e só podemos dizer em relação a isto: bem-vinda, Sra. Secretária!

O segundo aspecto que há muito defendemos tem a ver com a co-responsabilização dos encarregados de educação no percurso educativo dos alunos, dos seus educandos.

Há muito que dizemos que basicamente à família compete educar...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... e à escola compete, sobretudo, ensinar sem prejuízo de ter obviamente um papel educativo complementar à formação dos nossos jovens.

Neste diploma passa também a haver esta preocupação, que há muito defendemos, por isso mais uma vez só podemos dizer: bem-vinda, Sra. Secretária!

O terceiro aspecto que há muito defendemos tem a ver com a nossa preocupação com o rumo com que o sistema educativo regional premiava sucessivamente o demérito e a mediocridade. Nesta proposta de Decreto Legislativo Regional o Governo Regional finalmente reconhece que há que premiar o mérito, há que premiar o empenho e há que buscar a excelência,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está lá tudo o que a direita quer!

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: ...ao invés de trabalharmos para o sucesso educativo estatístico e artificial. Portanto, mais uma vez: bem-vinda, Sra. Secretária!

De uma forma resumida, os 3 vectores pelos quais o CDS/PP há muito se debate estão contemplados. O Governo Regional deu um salto evolutivo no

nosso entender em relação a eles e obviamente que genericamente vemos com bons olhos esta iniciativa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vejam só! Quem diria!

O Orador: Até porque ela traz implicitamente o reconhecimento por parte do Governo Regional do que muito funcionava mal no sistema educativo regional e há que introduzir melhorias e há que introduzir rupturas e percursos alternativos.

Pontando, partindo da bondade genérica do documento temos, no entanto, algumas divergências em termos da especialidade que iremos,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Coisas de pormenor!

O Orador: ...como é apanágio deste Grupo Parlamentar, de forma construtiva, apresentar e discutir nesta casa, nomeadamente através de propostas de alteração que consideramos meritórias.

Consideramos também meritório que a bem da democracia cinco das seis forças políticas representadas neste Parlamento contribuam da mesma forma com propostas de alteração, muitas das quais nós obviamente concordamos e que iremos votar favoravelmente, mas isso é uma discussão para termos daqui a pouco.

Portanto, de uma forma geral, genericamente reconhecemos a bondade do diploma. Iremos votá-lo favoravelmente na generalidade e não vou entrar já na especialidade, mas há uma questão que gostaria de deixar à Sra. Secretária muito concretamente, porque é uma questão que nos preocupa. Não vou reiterar outras questões que nos preocupam e que já foram aqui colocadas por outros Deputados (seria uma perda de tempo desnecessária), mas nós consideramos, Sra. Secretária, (e espero que me esclareça sobre isso ou que pelo menos reflita sobre esse assunto) que há uma concentração grande de poderes numa figura unipessoal que é o Presidente do Conselho Executivo das escolas neste diploma. Normalmente não vemos isso com bons olhos, mas em termos de agilização percebemos a preocupação...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é isso que V. Exas. querem? Um director?

O Orador: ...do Governo Regional.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão falava há pouco positivamente do reforço de mecanismos de intervenção dos Conselhos Executivos. Não há aqui um reforço dos mecanismos de intervenção dos Conselhos Executivos. O que há acima de tudo é um reforço dos mecanismos e intervenção dos presidentes dos Conselhos Executivos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro!

O Orador: E até pela salvaguarda dessa figura que é unipessoal, nomeadamente em relação às medidas disciplinares de carácter sancionatório, nós pensamos que haver uma decisão unipessoal concentrada exclusivamente naquela pessoa em relação, por exemplo, a uma medida de expulsão, pode implicar riscos para essa pessoa e que seria útil o Governo Regional reflectir sobre a possibilidade de alterar este sentido de unipessoal da figura do presidente para, digamos, o órgão do Conselho Executivo, de forma a tirar de cima daquela pessoa o ónus e os eventuais riscos que possam advir para ela, nomeadamente numa decisão deste tipo.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em relação aos órgãos colegiais V. Exa. é contra!

Presidente: Sra. Secretária Regional da Educação e Formação tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por dizer que, frisando o que já atrás referi, a responsabilização dos pais pelo percurso educativo dos seus filhos não é património de nenhum partido político...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é verdade!

A Oradora: ...nem de nenhuma ideologia. É uma preocupação de qualquer pessoa de bom senso que conheça minimamente o sistema educativo regional e que nele queira intervir com frutos, com resultados.

O Partido Socialista desde sempre teve a preocupação com a responsabilização das famílias. Desde logo, porque, como sabe, a atribuição do Rendimento

Social de Inserção está ligado a questões de educação. Se assim não fosse não teríamos tido essa medida, que é justa, que tem tido resultados...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nalguns casos!

A Oradora: ...e que por estar ligada à educação tem também sido frutuosa.

Portanto, não me revejo nem aceito esta tentativa de tipificação ideológica de quem são as preocupações que estão vertidas neste diploma.

Este diploma é um diploma inovador, não se aproxima em nada daquilo que foi feito, ou melhor, do que também nunca chegou a ser feito pelos partidos, quer na República, quer aqui e portanto, não aceito que os Srs. Deputados venham imputar ao Governo a questão deste vir agora legislar no sentido deste ou daquele partido. Isto não é verdade!

Não é verdade por várias razões. Os Srs. Deputados, que eu saiba, têm poder e iniciativa legislativa. Não fizeram essas alterações ou outras que eventualmente gostassem de fazer ao Estatuto do Aluno, quem as faz agora é o Governo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Por acaso fizemos na República!

A Oradora: Também ontem a líder do PSD disse que apoiava e que entendia como importante a responsabilização das famílias. É preciso que se diga que não é o partido da Dra. Berta Cabral que traz aqui esta iniciativa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande líder, a do PSD!

Deputado João Costa (PSD): É uma ligeira dor de cotovelo!

A Oradora: Esta é uma iniciativa do Governo Regional. É uma iniciativa da sua autoria e tem ideias boas que têm a ver com muito do que se faz ao nível da Europa e do que se faz (como tive a oportunidade de dizer) nos países desenvolvidos, onde o sucesso educativo dos alunos é uma realidade.

Portanto, nós queremos para os Açores o melhor sistema educativo e queremos um sistema educativo que seja eficaz e este Estatuto (estamos convencidos) contribui para essa eficácia.

Portanto, esta tentativa de colagem é completamente absurda, porque como é evidente, nem o PP, nem o PSD, nem o Bloco de Esquerda, nem o PCP tiveram iniciativas semelhantes, nem na República, nem aqui.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sim senhora, na República! Está mal informada.

A Oradora: Na República as iniciativas não têm objectividade nem nada a ver com esta iniciativa. Porquê?

Nomeadamente no caso do CDS/PP há diferenças substantivas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A autoridade do professor!

A Oradora: A proposta apresentada pelo CDS/PP implicava apenas perda de benefícios sociais. Não tinha nada a ver com a aplicação de coimas que aqui está prevista.

Portanto, esta e outras diferenças permitem dizer que este é um diploma do Governo Regional, do Partido Socialista, que é um diploma que sobretudo e do nosso ponto de vista, que é o que interessa, será eficaz nas escolas, será útil aos Conselhos Executivos, será útil para os pais e será sobretudo profícuo para os alunos que podem vir, no limite, a beneficiar, que é o que se pretende.

O Governo pensa pela sua cabeça, mas melhor: pensa e faz! Coisa que os senhores não fizeram e agora vêm dizer que o Governo faz, mas não devia ter feito assim.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Portanto, para começar respondendo pelo princípio.

Sr. Deputado Aníbal Pires a sua deselegância que roça quase a má educação fica consigo. A isso nem me dou o trabalho de responder.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Quanto às questões levantadas pelo Deputado Costa Pereira.

Tentando recordar a primeira pergunta que me colocou, que tem a ver com a opinião que terão tido, na generalidade, os Conselhos Executivos.

Este diploma (e eu tive a oportunidade de dizê-lo em Comissão, mas vou repeti-lo aqui) foi efectivamente um diploma que começou a ser trabalhado logo em Fevereiro e foi desde logo debatido numa reunião presencial com os senhores presidentes dos Conselhos Executivos, onde eles fizeram sugestões do que achavam do que poderiam ser contributos para este diploma.

Nem todos estão aqui vertidos, uma parte deles estão. Após essas sugestões foi trabalhado o diploma e uma primeira versão foi enviada aos senhores presidentes dos Conselhos Executivos, onde, entre outras matérias, estava presente a questão das contra-ordenações.

Tive também a oportunidade de numa reunião de Conselho Coordenador colher as perspectivas dos Conselhos Executivos e na generalidade elas eram favoráveis, muito favoráveis à aplicação das contra-ordenações.

Julgo que qualquer pessoa que conheça (e os Srs. Deputados certamente conhecerão o nosso sistema educativo) sabe que uma das grandes questões que os Conselhos Executivos levantam é sempre a dificuldade em responsabilizar os pais, a dificuldade em comprometê-los nesta caminhada que é preciso ser feita no sucesso dos seus filhos. Na esmagadora maioria é evidente que houve alguns que discordavam ou que tinham dúvidas relativamente à sua eficácia, mas na generalidade a opinião geral é de que era uma medida positiva, que poderia dar frutos e que poderia ser eficaz.

A questão do ensino recorrente. Por que é que aqui não estava explícita? Era essa a questão que o Sr. Deputado colocava.

Neste momento, como sabe, o ensino recorrente é uma tipologia de ensino residual nas nossas escolas, que subsiste apenas numa ou duas escolas, cuja tendência é mesmo desaparecer.

Mas de qualquer forma nós consideramos que ele ainda está aqui incluído quando, por exemplo, no artigo 3.º, n.º1, incluímos as modalidades especiais e uma dessas modalidades especiais obviamente é o ensino recorrente.

Depois indo às questões levantadas pelo Deputado Paulo Estêvão. Consideramos que a questão das contra-ordenações é uma das questões basilares desse diploma. É uma das questões que permitirá pôr em prática, aos Conselhos Executivos, o cumprimento daquilo que se pretende.

Como é evidente o que nós queremos em primeira instância é que não haja lugar à aplicação dessas contra-ordenações. É isso que se pretende. Pretende-se que isso seja também dissuasor.

Repare: nós não estamos aqui a punir um cumprimento. Nem sequer o primeiro incumprimento. O que estamos aqui a punir, entre aspas, é um cumprimento que para além de ser consciente, propositado (digamos assim), é também um incumprimento que se estende no tempo e que portanto, é sistemático, é recorrente e obriga a que a escola, sendo o alvo desse incumprimento, tenha de agir. É nessa medida que nós consideramos que a aplicação destas medidas será, de facto, benéfica.

Por outro lado, e como o Sr. Deputado seguramente sabe, nós temos um investimento muito significativo do ponto de vista financeiro na educação na Região. Este investimento tem (julgamos nós) de ter contrapartida também por parte das famílias, cujo comprometimento depende também do sucesso educativo. Não pode ser a escola, não deve ser a escola a fazer tudo sozinha. Portanto, isto é uma maneira também de trazer à coacção os pais e de trazer à coacção a sua responsabilidade enquanto agentes promotores desse sucesso. Nessa medida, consideramos (aliás, à semelhança do que também consideraram os Conselhos Executivos) que estamos a caminhar neste sentido.

Quanto à questão dos manuais gratuitos. Como o Sr. Deputado sabe o nosso próprio sistema da acção social escolar já contempla essa possibilidade. Nós estamos neste momento a trabalhar e em breve irá a Conselho de Governo a proposta de alteração da parte que está integrada no actual Estatuto único e passará a ser um diploma autónomo sobre a acção social escolar que ficará indexada ao Abono de Família e que, por outro lado, terá também preocupações destas.

Julgamos que não é no Estatuto do Aluno que deve estar inserida a questão dos manuais escolares, porque ela estará seguramente no diploma da acção social escolar.

Penso que foram estas as questões colocadas.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado Paulo Rosa, que tinha a ver com... Não me recordo, não tenho aqui a nota, que tinha a ver com a responsabilização.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Uma pessoa só, do presidente do Conselho Executivo e não no órgão colegial!

A Oradora: Nós consideramos efectivamente que a liderança das escolas é e reside na pessoa do presidente do Conselho Executivo (no sentido da agilização, da eficácia e da capacidade de agir)...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ...e como tal entendemos que faz sentido que seja ele a ser o primeiro e único responsável por essa aplicação.

Obrigada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E a escolaridade obrigatória, Sra. Secretária?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quando concordo, concordo!

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à proposta de Decreto Legislativo Regional do Estatuto do Aluno, dos ensinos Básico e Secundário, no entender desta bancada, pretende reorganizar os normativos e reforçar o envolvimento de toda a comunidade educativa na prossecução dos projectos educativos, salvaguardando o direito à educação.

Há que realçar o envolvimento activo que os pais e os encarregados de educação adquirem com esta reestruturação do presente Estatuto, sendo um dos objectivos do projecto educativo de escola.

Pretende-se desta forma aproximar os pais e toda a comunidade educativa, tendo sempre presente o sucesso educativo dos seus educandos.

Este Estatuto representa um aumento das condições de segurança e de disciplina na escola e isso traduz-se no reforço da autoridade dos órgãos da administração das unidades orgânicas, dos directores de turma e dos professores, pois consideramos que a figura do professor deve ser reconhecida e exercida em prol de um ambiente escolar agradável e seguro, assim como na prevenção de situações que possam prejudicar o bom funcionamento da escola.

Nesse sentido, há uma clarificação do regime de aplicação de medidas preventivas, pois a aproximação da escola à sociedade civil é, sem sombra de dúvidas, uma mais-valia para a inclusão educativa e nesse sentido consideramos que o contributo da comunidade educativa é essencial para o processo de ensino e aprendizagem.

Como já foi referido, há uma maior intervenção da comunidade educativa, tornando o processo mais célere e eficaz, agilizando e simplificando os procedimentos disciplinares, sendo que a participação de ocorrências pode ser realizada por qualquer membro desta comunidade já referida, tendo o presidente do Conselho Executivo um papel fundamental no acompanhamento do processo enquanto mediador.

De igual forma introduzem-se alterações no sentido de reforço dos princípios de aprendizagem, nomeadamente a pontualidade e assiduidade dos alunos, assim como o empenho dos mesmos.

Com este Estatuto há claramente um incentivo a uma cultura de excelência, nomeadamente através da atribuição de prémios de mérito, distinguindo os alunos que demonstrem um percurso escolar relevante, mérito esse que não se traduz apenas na excelência de níveis, mas em primeiro lugar pela superação notável de dificuldades inicialmente detectadas.

Sendo assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar na generalidade favoravelmente esta proposta de Decreto Legislativo Regional.

Deputado José San-Bento (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar e reiterar o que foi dito pela Sra. Secretária relativamente ao PSD.

Hoje lamentamos de facto que o PSD esteja aqui esvaziado e está esvaziado no debate, porque a sua líder ontem ficou inflada em declarações sem substância...

Deputados Luís Garcia e Mark Marques (PSD): Como?

A Oradora: ...porque ela disse ontem, na sua visita, que de facto este Estatuto era o que eles queriam, este Estatuto era o que o PSD queria, mas o problema do PSD é exactamente este: eles queriam, eles queriam, mas nada fazem...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Conveniências!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa intervenção é bem descambadinha!

Deputado Rui Ramos (PSD): Se não apoia, não apoia; se apoia, apoia!

A Oradora: ...nada propõem, tal como a Sra. Secretária disse. Nada trazem a esta casa neste sentido e não é só na educação. Em várias áreas vai sendo assim. A diferença é exactamente essa: a diferença é que o PS e o seu Governo tem gente com capacidade, com energia para criar, mudar e alterar políticas. Porque se os açorianos, pais dos alunos fossem de facto esperar pelo PSD, fariam como o PSD faz: fica à espera que o poder lhe caia no colo.

Portanto, é preciso clarificar que nada tem a ver com a concordância. A concordância é uma coisa, mas chamar a si e fazer como a Sra. Secretária disse a colagem, está mal. É preciso ficar muito claro que o PSD nunca trouxe aqui, por sua iniciativa, nenhuma proposta que fosse no sentido de alterar o Estatuto do Aluno.

Deputado Mark Marques (PSD): Podemos pelo menos estar aqui sentados! Essa intervenção não é para si.

Deputado Rogério Veiros (PS): Podem! E vão continuar a estar!

A Oradora: Relativamente a embustes, Sr. Deputado Aníbal Pires, embuste é vir a esta casa, a este debate e quando todas as forças partidárias aqui presentes apresentaram propostas de alteração, no sentido de que achavam correcto, o senhor vem dizer que é um embuste e chega cá de mãos vazias.

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que tenho a dizer é que acho, no mínimo, lamentável que depois do registo que eu trouxe aqui, numa intervenção em que não fiz paternidade de coisa nenhuma, que fiz uma referência genérica de concordância,...

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: ...em que fiz 3 perguntas à Sra. Secretária e ela teve a gentileza de responder de forma correta e completa a duas delas, uma já me disse que se tinha esquecido, que vai responder daqui a pouco e a Sra. Deputada vem agora com esse registo lamentável de chamar pessoas para aqui...

Deputado Mark Marques (PSD): Não estava aqui!

O Orador: ...que não têm nada a ver com o que estamos aqui a debater. Os senhores querem é causar incidentes, porque se o PSD...

Deputada Catarina Furtado (PS): Não é verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Foi o que disse a sua líder!

Deputado Rui Ramos (PSD): Não é verdade! Ela não disse nada disso!

Deputado Berto Messias (PS): Não disse?!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Se o PSD apoia um diploma, está mal porque apoia; se o PSD não apoia, está mal porque não apoia; se o PSD apresenta propostas, está mal porque não deveria apresentar propostas; o PSD não apresenta propostas, são uns preguiçosos, não apresentam propostas.

Os senhores façam o registo que quiserem, mas comigo já sabe Sra. Deputada, que por aí não vou.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Secretária: agradeço o seu esclarecimento sobre a questão dos pareceres dos Conselhos Executivos e sobre esse assunto, que é esse que interessa aqui debater, o que nós temos a dizer é simplesmente isto e é uma preocupação que fica aqui expressa: é que se os órgãos executivos das escolas e os Conselhos Executivos de uma maneira geral acharam este diploma e esta proposta que aqui estamos a debater, no domínio específico das contraordenações, uma boa solução, quem somos nós, que não estamos neste momento no terreno, para dizer que essa solução não é boa?

Agora, permita-me deixar aqui expresso que temos algumas dúvidas sobre a exequibilidade das normas que aqui ficam estabelecidas.

E, para além disso, Sra. Secretária, temos uma reserva que é muito mais profunda e para ela eu gostava de ouvir as suas explicações. Tem a ver com

uma ameaça de injustiça comparativa que paira sobre o sistema das coimas tal como está aqui estabelecido. É que os pais são “divididos” em dois grupos: os pais e encarregados de educação que recebem apoios da ação social escolar, que terão um tratamento diverso dos pais e encarregados de educação dos alunos que não têm esses apoios,...

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ...em que os primeiros, se não pagarem a sua coima, vão ver os apoios a que os seus educandos têm direito penalizados; os outros, os segundos, se não pagarem a respetiva coima, verão a sua situação remetida para o regulamento geral das contra-ordenações.

Deputada Catarina Furtado (PS): Não é, não!

O Orador: Isto é, vão para tribunal. Isto é, poderemos ter multas atrás de multas por pagar, porque já sabemos a prioridade que os tribunais vão dar a estas questões, que tem por objeto valores reduzidos. É esta a nossa reserva sobre a ameaça de injustiça que achamos que paira sobre este assunto.

Muito obrigado.

Deputados Clélio Meneses e João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Sim senhor.

Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não tencionava intervir segunda vez na generalidade, mas obviamente que algumas das considerações que a Sra. Secretária aqui produziu não podem ficar sem resposta.

Falou de tentativa de colagem e do facto dela ser absurda. Nós, Sra. Secretária, não tentamos colarmo-nos a ninguém, porque nós temos o nosso próprio caminho.

Disse também que nunca tivemos iniciativa nesta matéria. Nós, Sra. Secretária, devo lembrar-lhe que tivemos várias iniciativas nesta matéria, ...

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Na Região?

O Orador: ...nomeadamente intervenções feitas nesta casa, incidindo nos 3 vectores que enunciei, que são obviamente a questão da co-responsabilidade dos pais, da autoridade do professor e de premiar o mérito e o empenho em termos educativos, contrapondo à busca do sucesso escolar estatístico e artificial.

A intervenção que a Sra. Secretária fez era mais dirigida ao Sr. Deputado Costa Pereira, mas obviamente que como a minha intervenção foi feita nos mesmos moldes, tenho de deixar este registo nesta casa.

O CDS/PP teve várias iniciativas, particularmente ao longo desta legislatura. Chamou a atenção para estes 3 vectores e não consideramos que nos estejamos a colar a ninguém, porque nós seguimos o nosso próprio caminho e saudamos e reconhecemos que foi o mérito do arrepiar do percurso que o Governo Regional faz nesta matéria. Se alguém se colou aqui não foi certamente nós que nos colámos ao Governo Regional, foi o Governo Regional que se colou àquilo que ouviu nesta casa e que de certa forma se colou àquilo que o CDS/PP defende.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer que eu chamei quem ontem falou no que hoje aqui se debate.

A Dra. Berta Cabral ontem falou no Estatuto do Aluno quando foi visitar a Escola Secundária da Ribeira Grande.

Deputados Clélio Meneses e Mark Marques (*PSD*): E não pode?

A Oradora: Falou e disse que este Estatuto era um passo em frente apesar de algumas lacunas e disse na peça do telejornal...

Deputado Mark Marques (*PSD*): Exactamente o que o Deputado Costa Pereira disse!

A Oradora: ...que era o Estatuto que há muito queriam. Portanto, daí as minhas afirmações anteriores. Eu não inventei.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ela não pode falar!

A Oradora: Chamei a Dra. Berta Cabral aqui porque ela de facto falou numa matéria que hoje o seu Grupo Parlamentar ia aqui debater. Se alguém chamou de paternidade à questão não fui eu,...

Deputado Mark Marques (PSD): Não!

A Oradora: ...foi a Dra. Berta que antecipou a discussão do seu Grupo Parlamentar e ontem se precipitou nas declarações sobre o Estatuto do Aluno. Que isto fique bastante claro.

Deputado João Costa (PSD): Queria era que tivéssemos contra!

A Oradora: Não foi por qualquer outro motivo que fui buscar a Dra. Berta Cabral. Foi porque, efectivamente, ela ontem disse que o Estatuto do Aluno, que estava em discussão, era um passo em frente e era o que eles queriam.

Deputado João Costa (PSD): Qualquer motivo é bom para ir buscar a Dra. Berta Cabral!

A Oradora: Só mais uma coisa, Sr. Deputado Costa Pereira, a questão que depois vamos ver na especialidade, a distinção dos pais sem rendimento e os pais com acção social ou não, esta questão não está na sua cabeça. Não leu bem o diploma, porque os que não têm acção social não remete para o regime geral das contra-ordenações, tem um agravamento de 100% do valor da coima.

Obrigada, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: E se não pagar?

Presidente: Sra. Secretária Regional da Educação e Formação tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tentando responder às questões que eu julgo que tinham sido levantadas e indo ao cerne da questão. Se este diploma correspondia, no que se refere à pergunta, às mudanças entretanto verificadas.

Evidentemente este diploma o que pretende é dar resposta àquela que é a evolução do sistema educativo regional.

Quanto à dúvida e quanto à questão da posição dos Conselhos Executivos. Os Conselhos Executivos em geral, como tive a oportunidade de ver, concordaram com a aplicação destas contra-ordenações e porquê?

A justificação que todos deram, quando foi feita uma apreciação escrita, é de que era uma forma eficaz e uma forma prática e pragmática de pôr a implementação, a responsabilização dos encarregados de educação.

Quanto à dúvida se pode haver um tratamento diferente. Não! Do nosso ponto de vista não pode. Porquê?

As coimas aplicam-se a todos os pais e encarregados de educação sem excepção. Aplicam-se a todos.

No caso dos pais, como o senhor disse,...

Deputado Costa Pereira (PSD): A questão não é essa. É quando não pagarem.

A Oradora: ...ou encarregados de educação que não beneficiam de regimes de acção social escolar e que não beneficiam do transporte escolar há sempre lugar ao agravamento da coima em 100%, ou seja, no seu dobro.

Deputado Costa Pereira (PSD): E se não pagar?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Cumpre-se a lei!

A Oradora: No caso de haver incumprimento o que acontece é que os pais vêm reduzidos para metade (aqueles que beneficiam da acção social escolar) o pagamento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: E os outros?

A Oradora: Os outros obviamente não, porque os outros não têm o benefício da acção social escolar. Mas não há nenhum tratamento diferenciado. O que há é um benefício que é retirado àqueles pais, a quem é dada a possibilidade de terem a acção social escolar,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Percebeu, Sra. Deputada Catarina Furtado?

Deputado Mark Marques (PSD): A Sra. Deputada Catarina Furtado já chegou lá?

A Oradora: ...quer ao nível de transporte, quer ao nível das refeições, quer ao nível dos manuais escolares.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Reduzir o apoio social, é o que está aqui!
Quem foi que propôs isso na Assembleia da República?

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer aqui duas questões.

Primeiro, que não pretendi nem ser mal-educado, nem deselegante com a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação. Não era esse o objectivo.

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Rui Ramos (PSD): Mas foi!

O Orador: Não era esse o objectivo e há aqui de facto uma discordância. Se há preocupações que são comuns, a discordância é de fundo relativamente à forma como o Governo Regional pretende responder a preocupações que são comuns e que de facto Sra. Secretária (serve também para a Deputada Catarina Furtado, a propósito do embuste) tem a ver com o seguinte.

Sra. Deputada, podia até utilizar outra argumentação, mas vou utilizar apenas e somente esta.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está a ver se passa o tempo para ter de falar mais.

O Orador: Esteja descansado.

Há aqui de facto uma situação que é a seguinte. A proposta que o Governo traz aqui tem subjacente uma matriz ideológica com a qual o PCP discorda profundamente. Portanto, Sra. Deputada Catarina Furtado, qualquer tentativa de remedeio que o Governo aqui traz não tem nenhuma eficácia, porque apenas poderia remediar alguma coisa.

Portanto, ou o PCP teria que fazer uma proposta alternativa ao diploma que foi apresentado pelo Governo e de facto aqui não há nenhum embuste, há uma incapacidade prática, é apenas um Deputado que tem não só de olhar para as questões da educação, mas para todas as outras questões que aqui estão. Não tem aqui nenhum embuste. Há e reconheço aqui essa incapacidade, é apenas um Deputado. Não é possível fazer isso.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Ali também é só um Deputado.

O Orador: Portanto, daí a Representação Parlamentar do PCP considerar que não valia a pena, porque nós pensamos de maneira diferente.

A matriz ideológica que está subjacente a esta proposta que o Governo traz não tem nada a ver com aquilo que o PCP pensa sobre isto. Ficou aqui perfeitamente claro (até pelo apoio que já aqui foi manifestado, independentemente de alguns acertos) que esta é uma proposta que é acolhida pelo PSD, é uma proposta que é bem acolhida pelo PPM, é uma proposta que é bem acolhida pelo CDS/PP. Penso que isso diz alguma coisa.

Portanto, e para finalizar Sr. Presidente, Sra. Secretária não pretendi ser deselegante com V. Exa....

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Deselegante é o senhor insistir!

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Mas foi!

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas trate disso lá fora.

O Orador: ...apenas constatei...

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Orador: Sra. Secretária, eu podia, se continuar a seguir o mesmo rumo, ...

Aquilo que constatei foram factos, factos relativamente à forma como V. Exa. tem...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O que o senhor disse foi que a Sra. Secretária era um embuste!

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Claramente!

O Orador: Adjectivei a forma como V. Exa. tem conduzido...

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, a ideia nem foi, nem considero que tenha sido, nem deselegante, nem mal-educado.

Não vou insistir nessa situação. Entretanto a Sra. Secretária sabe as críticas que tenho feito à forma como tem conduzido os destinos da educação desde que tomou posse, portanto não me vou referir a isso até porque estamos a falar aqui de uma outra coisa.

Não pretendi e considero que não fui deselegante.

Relativamente à questão do embuste, àquilo que V. Exa., Sra. Deputada Catarina Furtado, disse penso que...

Deputada Catarina Furtado (PS): Foi irónico!

O Orador: Foi irónico. Então ficamos pela ironia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas e 30 minutos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É despropositado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Despropositado, Sr. Secretário?

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): É regimental!

(Eram 16 horas e 13 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 16 horas e 34 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a votação na generalidade deste diploma.

Vamos então votar, Sras. e Srs. Deputados.

Votação na generalidade, creio que disse.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade a proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Hernâni Jorge (PS): A declaração de voto não é no fim?

O Orador: Não percebo qual é que é o problema da bancada do Partido Socialista. Vou fazer uma declaração de voto. Há algum erro nisso?

Vou transmitir ao Plenário que tinha lançado um desafio à Sra. Secretária Regional da Educação e Formação que votaria a favor se fossem alteradas aquelas duas áreas que referenciei, nomeadamente o sistema de contra-ordenações, que considero, que na conjuntura social que estamos a viver, um erro, um erro como se irá ver. Até deixo aqui uma ante-visão: acho que vamos ter de rever esse sistema até ao final desta legislatura. É um erro! Nesse sentido não posso apoiar, apesar de concordar em grande parte, e considero que é um erro grave que irá colocar em causa muitas das matérias que são muito benéficas deste Estatuto do Aluno. Só por isso é que não posso acompanhar e votar a favor.

Era esta abstenção que queria explicar.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no debate na especialidade.

Não sei se alguém se quer inscrever para o debate na especialidade, desde já.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O conjunto de propostas de alteração que a bancada do Partido Socialista apresenta em relação a este Decreto Legislativo Regional visa o aperfeiçoamento e uma melhoria na operacionalidade do respectivo Estatuto,

valorizando a prevenção e o acompanhamento dos alunos nas vertentes sociais, psicológicas e disciplinares.

Este diploma deve ser visto como um instrumento que permite corrigir comportamentos perturbadores, não abdicando da importância da prevenção e do princípio de que se deve esgotar todos os meios possíveis que favoreçam a integração ou reintegração dos alunos antes da aplicação do regime sancionatório.

Nesse sentido, o PS introduziu a participação à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens como uma primeira intervenção em caso de incumprimento ou resistência do aluno e das famílias em participarem no funcionamento harmonioso da escola, valorizando as entidades que pertencem à comunidade educativa.

Relativamente às propostas de alteração da oposição vamos aprovar as que consideramos estar em consonância com os princípios do respectivo diploma.

Disse.

Presidente: Creio não haver mais intervenções para já.

Assim sendo, propunha que se votassem os artigos 1.º e 2.º do diploma, já que não são objecto de qualquer proposta de alteração, em conjunto.

Creio não haver oposição da Câmara.

(Aparte inaudível)

Presidente: Não.

Artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Artigo 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 3.º.

Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As previsões apontam para a entrada em vigor do presente diploma lá para os finais do 1.º período, portanto, no decurso deste mesmo período lectivo.

Isso numa altura em que as atenções devem estar sobretudo vocacionadas e concentradas noutras actividades, precisamente aquelas que dizem respeito, directa ou indirectamente, à própria avaliação.

Achamos por isso que seria mais conveniente a entrada em vigor a 1 de Janeiro, dando por isso tempo às escolas para se prepararem devidamente para este diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito simples. Iremos votar favoravelmente esta proposta do PSD, não por concordarmos em absoluto com a data de 1 de Janeiro, mas consideramos que a entrada em vigor imediata do diploma no dia posterior à sua aprovação nos cria um problema, que é o facto de haver matérias que constavam do Estatuto do Aluno que serão remetidas, por exemplo, para o diploma sobre saúde escolar que ainda está em tramitação, remete todas as matérias que são, digamos, transferidas para uma estratosfera que neste momento não está contemplada.

Deputada Nélia Amaral (PS): Está salvaguardado que essas continuam em vigor, Sr. Deputado!

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que a necessidade de entrar em vigor logo após a aprovação prende-se com o facto de muitas escolas estarem exactamente à espera disso para conformarem (ou já está conformado) e para fazerem publicitação do seu regulamento interno na conformização com este diploma que hoje estamos aqui a tratar.

Presidente: Sra. Secretária Regional da Educação e Formação tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas um esclarecimento. As matérias relativas à evicção escolar nós tivemos esse cuidado, ou seja, na elaboração do diploma, no artigo 2.º precisamente, diz o seguinte: “até à entrada em vigor do diploma que regula as matérias relativas a doenças infecto-contagiosas, evicção e suspensão da actividade escolar e do diploma que regule matérias relativas à organização e funcionamento do sistema da acção social escolar, manuais escolares e equipamentos informáticos, transportes escolares e bolsas de estudo, mantêm-se em vigor os artigos 53.º a 55.º e 91.º e 137.º do anexo do diploma que está em vigor.”

Portanto, acautelámos essa situação.

Presidente: Vamos então votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos agora, Sras. e Srs. Deputados, para o anexo.

Artigo 1.º não é objecto de qualquer proposta de alteração. Vamos votá-lo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo do anexo foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração, para o artigo 2.º. A partir de agora obviamente registar que estarei sempre a referir-me ao anexo.

Vamos votar a proposta de alteração do BE para o artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Os artigos 3.º e 4.º não são objecto de qualquer proposta de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto?

Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o n.º 1, do artigo 5.º apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o n.º 4, do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para os n.ºs 1 e 3, do artigo 5.º.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda há pouco tinha uma proposta muito semelhante, mas aqui a diferença é que não estamos a falar de anos de escolaridade obrigatória, mas sim da idade da escolaridade obrigatória.

Portanto, nesse sentido a proposta é quase do mesmo conteúdo mas sem essa correcção. O que diz é que no âmbito da escolaridade obrigatória e da componente educativa da educação pré-escolar o ensino é gratuito. Já é assim, proponho apenas que seja integrado no texto, porque o texto também inclui o pré-escolar.

Presidente: Vamos votar, Sras. e Srs. Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 5.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 6.º.

Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD apresenta uma proposta de alteração para o artigo 6.º que prevê que a fixação de propinas e taxas seja feita por decreto legislativo regional e não através de portaria conjunta dos membros do Governo Regional com competência nas áreas das Finanças e da Educação, como vem apresentado na proposta que estamos aqui a discutir.

O PSD apresenta esta proposta consistentemente com outras propostas de alteração como tem feito no passado sobre outras matérias e que tem a ver com a fixação de taxas a pagar pelos cidadãos.

Entendemos que esta é uma matéria deve ser sempre fixada, por princípio, por decreto legislativo regional e não ficar reservada a acto regulamentar do Governo, sem qualquer baliza legislativa fixada em decreto legislativo regional. Daí esta proposta de alteração que agora apresentamos.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar então a proposta de alteração do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 6.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Passamos ao artigo 7.º. Vamos votar a proposta de alteração do Partido Socialista para o n.º4, do artigo 7.º.

Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito breve para dizer que o CDS/PP tem uma proposta de alteração também para este artigo que diverge um pouco da do PS, mas que obviamente convém que se explique a esta casa.

A nossa diferença consiste em acrescentar ao artigo o local, a área pedagógica onde o aluno resida ou o local de trabalho dos pais ou encarregados de educação.

Nós consideramos que é muito importante no acto da matrícula facultar esta possibilidade aos pais.

O Partido Socialista e o Governo Regional têm demonstrado uma grande preocupação, nomeadamente no âmbito da acção social, em criar um balcão único onde toda a gente possa resolver, num único balcão, todas as situações que se prendem a situações concernentes a apoios sociais. Aqui não manifesta a mesma preocupação com os pais e encarregados de educação.

Suponhamos que uma família que resida na Praia da Vitória e trabalhe em Angra terá toda a conveniência em matricular o seu filho ou a sua filha em Angra, terá que fazê-lo na Praia para fazer na freguesia onde reside. Isto causa transtorno e obviamente que nós achamos que se deveria acrescentar aqui o local de trabalho dos pais ou encarregados de educação, à semelhança aliás do que acontece noutra artigo deste diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PS não vai votar favoravelmente esta proposta. Exactamente por o processo do aluno estar numa escola, isso não é impeditivo que o pai, tratando disso nesta escola, não requeira (aliás como já é consagrado) que ele vá para outra qualquer escola da Região desde que haja lugar.

Não é o acto da matrícula em si. O acto da matrícula ou a renovação é feita de onde está o processo do aluno, dizendo qual a escola que quer que a criança ou o jovem vá fazer o seu ano lectivo.

Obrigada.

Presidente: Vou colocar à votação, obviamente por rigorosa ordem cronológica de entrada, primeiro a proposta do PS.

Vamos votar a proposta de alteração do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: A proposta de alteração do CDS/PP para o n.º 4 do mesmo artigo ficou prejudicada.

Vamos votar o artigo 7.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 8.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação do n.º 4, do artigo 9.º, apresentada pelo CDS/PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que a nossa proposta de eliminação deste ponto se prende com algo que a Sra. Secretária da Educação disse em sede de Comissão, quando confrontada com uma questão que lhe coloquei, concretamente em relação aos benefícios pedagógicos que os alunos do pré-escolar de 3, 4 e 5 anos tinham quando se ausentavam de sua casa ainda de noite por terem sido transferidos de

escola e chegavam a casa praticamente na hora de jantar e a resposta que a Sra. Secretária da Educação deu então foi que o pré-escolar não é obrigatório, é facultativo.

Portanto, aqui para este efeito fazer depender o eventual ingresso antecipado no primeiro ciclo numa obrigação, numa inscrição obrigatória no pré-escolar, não faz qualquer tipo de sentido, porque inscrição obrigatória no pré-escolar (como dito pela Sra. Secretária) é uma coisa que não existe.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer que deve haver uma confusão de entendimento da parte do Sr. Deputado Paulo Rosa, porque o adiamento está a fazer, a referência, ao primeiro ciclo e não ao pré-escolar.

O ponto 4, do artigo 9.º, fala do adiamento em causa numa inscrição da matrícula no primeiro ciclo. Nada tem a ver com o ensino pré-escolar.

Era só isso, Sr. Presidente.

Presidente: Vamos votar a proposta de eliminação do CDS/PP para o artigo 9.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

(Aparte inaudível da Câmara)

Presidente: Posso repetir, sim senhor.

Proposta de eliminação do CDS/PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 9.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o n.º 2, do artigo 10.º.

Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com a alteração que pretendemos para o ponto 2 e com a introdução do parecer dos educadores de infância colmatamos uma lacuna para os casos em que o mesmo se aplique, nomeadamente nos estabelecimentos de ensino pré-escolar.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar que a proposta do PS para este número do artigo 10.º exactamente diz que é de um serviço de psicologia e orientação. Portanto, tanto pode ser da escola, como de outra entidade privada e não fica de fora, obviamente, o educador e aqui é irrelevante.

Daí o voto contra em relação a esta alteração.

Presidente: Vamos votar então a proposta de alteração do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o mesmo número e artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 10.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 12.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento dum artigo 12.º-A do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Dos artigos 13.º a 16.º não há qualquer proposta de alteração. Pergunto à Câmara se posso votá-los em conjunto.

13.º a 16.º inclusive.

Assim sendo, assim vamos fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 17.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 18.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para a alínea p), do n.º 4 e o n.º 6, do artigo 19.º do BE.

(Aparte inaudível da Câmara)

Presidente: Sim, mas eu faço as propostas de alteração por artigo, por ordem cronológica. A primeira a entrar foi a do BE, para este artigo 19.º.

Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: O PSD apresentou duas propostas de alteração para este artigo. Vou votá-las separadamente porque elas não entraram ao mesmo tempo.

Vou votar primeiro a proposta de alteração para o n.º 1 e no fim a proposta de alteração para o n.º 6.

Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se o desenvolvimento cívico diz sobretudo respeito ao comportamento perante a coisa pública, a verdade é que o desenvolvimento moral diz respeito à aplicação prática de princípios e valores que elevam os cidadãos à condição de pessoas e que conduzem ao comportamento verdadeiramente humano que obviamente interessa fomentar e potenciar, sobretudo numa altura de crise ao nível dos valores.

Nesse sentido, propomos a introdução do conceito de moral no articulado e a não aceitação desta proposta de alteração configurará para nós uma visão redutora que importa aqui e agora clarificar.

Há efectivamente muita falta de valores, sobretudo daqueles que elevam o indivíduo à verdadeira humanidade e daí precisamente a introdução deste conceito no articulado.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar então a proposta de alteração do PSD para o n.º 1, do artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Agora vamos votar as propostas de alteração do PS para o proémio do n.º 4 e para o n.º 6.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, penso que na votação anterior o PCP e o Bloco votaram contra. Pode repetir.

Presidente: Abstiveram-se.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou errado. Peço desculpa.

Presidente: Vamos votar as propostas de alteração do PS para o n.º 4 e para o n.º 6, do artigo 19.º.

Quer intervir já, Sr. Deputado? Faça o favor.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresenta uma proposta de alteração para o n.º 6 deste artigo, que tem duas componentes. A primeira, o aditamento do dever de comunicação à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens antes da comunicação às entidades judiciais competentes e a segunda alteração tem a ver com a eliminação da expressão “consciente” relativa ao incumprimento dos deveres previstos neste Estatuto.

A explicação é muito simples. Não é uma questão política, é uma questão meramente técnica. Se queremos punir as infracções a este Estatuto também a título de negligência, não é possível nas normas que o preveem o conceito de “consciência”. Isto é, um cumprimento consciente, reiterado exclui, briga com a punição a título de negligência.

Portanto, da forma como está não só neste artigo, como noutros artigos que fazem referência, para os quais nós temos uma alteração também subsequente para esta matéria.

Quando queremos punir os comportamentos também a título de negligência não podemos qualificá-los como comportamentos conscientes (nos vários tipos de dolo, nomeadamente aqui na questão do dolo eventual).

Creio que é uma questão técnica que deve ser corrigida sob pena de o Estatuto uma vez publicado e aprovado nesta versão em que está se tornar inaplicável e suscitar um conjunto de questões jurídicas complexas.

Provavelmente não era esta a intenção do Governo quando faz esta redacção, mas o que é verdade é que a utilização deste conceito nas punições, das sanções disciplinares que estão aqui a ser aplicadas pode colocar aqui um problema prático da sua aplicação e eu pedia ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e ao Governo para reavaliarem do ponto de vista estritamente jurídico esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar as propostas de alteração do PS para o artigo 19.º, n.º 4 e n.º 6.

Vamos votar separado. Vamos votar a proposta de alteração do PS para o n.º 4, do artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o n.º 6, do artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Ficaram assim prejudicadas quer a proposta para o n.º 6, do artigo 19.º do PSD, quer a proposta do PP para o n.º 4, do artigo 19.º.

Vamos assim votar o artigo 19.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, se quiser repetir a votação, mas são 5 abstenções do CDS.

Presidente: 5 abstenções. Com certeza. Obrigado.

Vamos votar agora a proposta de eliminação do BE para o artigo 20.º.

(Pausa)

Vou repetir a votação.

Estava a estranhar o seu voto, Sr. Deputado.

Proposta de eliminação do BE para o artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Proposta de alteração do PSD para o n.º 1, do artigo 20.º.

Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O artigo 20.º diz que o incumprimento pelos pais ou encarregados de educação das obrigações previstas na alínea o), do n.º 4 de forma “consciente e reiterada constitui contra-ordenação”. Consciente e reiterada pressupõe uma qualquer forma de dolo. E depois diz-se no n.º 5, do artigo 20.º, “a negligência é punível”.

Eu creio que (volto a repetir a argumentação que usei há pouco) as duas disposições, da maneira como está redigida esta solução legislativa, são absolutamente contraditórias e tornam inaplicável a sanção disciplinar que se quer que seja aplicada.

O PSD propõe a eliminação do segmento da expressão “consciente” por forma a clarificar em absoluto este texto, à semelhança do que fez há pouco.

É tudo.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Do nosso ponto de vista não há aqui nenhuma contradição.

O que nós pretendíamos efectivamente, e que não se quis aqui contemplar, foi a negligência inconsciente. É isto que não se pretende aqui contemplar.

Portanto, a negligência é punível e só queremos que haja lugar a essa punição quando ela for reiterada e quando ela for também consciente simultaneamente.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (PSD): Então não há negligência?

A Oradora: Não. Não é compatível um com o outro do nosso ponto de vista.

Portanto, a situação que quisemos salvaguardar foi essa.

Presidente: Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com a alteração do PSD façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 18 votos a favor do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: A proposta do PPM também está prejudicada, porque é de idêntico teor há do BE que foi rejeitada.

Vamos votar o artigo 20.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 21.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta do BE de aditamento de um n.º 4, para o artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento do n.º 4, para o artigo 22.º do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 22.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do Bloco de Esquerda para o artigo 23.º.

Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para votarmos separadamente. Os pontos 2 e 3 podem ser em conjunto e o ponto 4 separadamente.

Presidente: Muito bem.

Vamos então votar as propostas de alteração para os n.ºs 2 e 3, do artigo 23.º, apresentadas pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento de um n.º 4, ao artigo 23.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 23.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 24.º.

Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A nossa preocupação central nesta proposta de alteração trata-se e tem a ver com a questão dos fenómenos de violência nas escolas que têm de ser combatidos, no nosso entender, com rigor.

É de facto um dos fenómenos que preocupam muitos pais e jovens e é fundamental que haja uma estratégia de acção para a sua prevenção e combate. Deste modo, nós pretendemos que fique salvaguardado neste Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário.

Deputados João Costa e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que a proposta de alteração do PSD é perfeitamente redundante, porque logo a seguir é exactamente para participar na elaboração de planos de acompanhamento destinados a estes alunos (nas prevenções de situações e em situações problemáticas na prevenção de fenómenos de

violência) e acrescenta nomeadamente “a elaboração de planos de prevenção de violência.”

Parece-nos absolutamente redundante nesse contexto e por isso votaremos contra.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida pede a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rápido.

Para esclarecer a Sra. Deputada Catarina que de facto, como todos nós sabemos, hoje em dia é uma problemática que atinge todas as escolas e aquilo que nós dizemos é que haja, de facto, um plano de prevenção e o que está no seguimento é que se elaborem planos de acompanhamento. Nós o que pretendemos é a prevenção que vem antes do acompanhamento.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar a proposta de alteração do PSD para o artigo 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 24.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 18 votos a favor do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 25.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 26.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 27.º.

Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós propomos aqui a introdução da menção “liberdade individual” e porquê? Para se compreender a liberdade, a liberdade dos povos, das nações e a liberdade em geral é preciso antes compreender a liberdade individual de cada um de nós, caminhando do que nos é mais próximo para o que nos é mais distante. Ou melhor, do particular para o geral. É assim que os jovens aprendem e que todos nós aprendemos. É assim que compreendemos os conceitos mais abstractos num processo de construção que favorece e constrói a nossa própria personalidade.

A presente alteração quer sublinhar precisamente esta primeira dimensão, ou melhor, destacar os alicerces da liberdade em geral.

Aliás, já estava presente no anterior Estatuto.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir que este artigo se prende com valores e princípios fundamentais da Constituição Portuguesa, com o conhecimento da bandeira, do hino enquanto símbolos nacionais; com o nosso Estatuto, a bandeira e o hino da Região Autónoma; Declaração Universal (aqui a Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Convenção Europeia), portanto são tudo valores... a liberdade num sentido lato, os valores da liberdade.

Deputado Rui Ramos (PSD): Como é que se chega lá?

A Oradora: Daí não são coisas que tenham a ver com a liberdade individual, não atenta a nada disso, nem está excluída disso.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PSD para o artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 27.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o n.º 1, do artigo 28.º e para as alíneas h) e i).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento da alínea s), do n.º 1, do artigo 28.º do CDS/PP.

Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito breve para fazer uma explicação desta proposta de alteração que se prende com uma questão simples.

Se aos encarregados de educação se exige que assegurem a higiene dos seus educando e se exige a estes que a mantenham, obviamente que faz sentido

salvaguardar o direito aos alunos na escola de beneficiarem de condições propícias à manutenção dessas mesmas condições.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos então votar a proposta de alteração do CDS/PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para a alínea i), do n.º 1, do artigo 28.º do PPM.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta do PPM tem a ver com as práticas decorrentes no que diz respeito à fé. Considero que há práticas religiosas que não são admissíveis num Estado laico, não são admissíveis num Estado em que respeita, por exemplo, os direitos das crianças e a dignidade da mulher, nomeadamente, vou dar um exemplo, a burka.

Portanto, nesse sentido o PPM considera que sim, devem ser respeitados os princípios da fé, não determinadas práticas religiosas que ofendem a dignidade dos seres humanos.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 28.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o n.º 3, do artigo 29.º.

Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em nosso entender é importante garantir a liberdade associativa dos estudantes. Os estudantes têm o dever e o direito de se organizar independentemente de terem ou não alguma sanção disciplinar.

Não faz qualquer sentido que o Presidente do Conselho Executivo, por despacho, cesse o mandato de um aluno de uma associação de estudantes. Para além disso, menos sentido faz, que na sequência do procedimento disciplinar de que tenha resultado a aplicação de uma medida disciplinar sancionatória, o presidente do Conselho Executivo aplique mais uma sanção em órgãos ou em estruturas da escola.

Assim, propomos esta alteração a este artigo 29.º.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tinha a ver com?

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tem a ver com a votação do artigo 28.º, em que, salvo melhor entendimento, penso que o aditamento das alíneas u) e v), nas propostas de alteração do Bloco de Esquerda não foram votadas.

Presidente: Votei tudo em conjunto.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Todas as nossas propostas de alteração?

Presidente: A não ser que não tenha sido entendido assim.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Eu não entendi assim.

Presidente: Para resolvermos este problema, vamos voltar um pouco atrás.

Vamos votar a proposta de alteração do BE para o artigo 28.º, que introduz um novo texto para as alíneas h) e i), remunerando-se sequencialmente o texto das anteriores alíneas e adita as alíneas u) e v).

Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto confirmo que do entendimento que tenho que estas alíneas não foram votadas. A h) e i) foram. Queria deixar à consideração desta Câmara que apesar de termos de votar as alíneas u) e v) que o conteúdo da v) está prejudicado pela aprovação da proposta que foi aprovada do CDS/PP.

Presidente: Neste caso não pode estar porque tem de ser primeiro a do Bloco.

Vamos ver como é que elas são votadas.

Vamos votar então um novo texto para as alíneas h) e i), do BE e o aditamento das alíneas u) e v).

Sra. Deputada Catrina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Para serem votadas separadamente, Sr. Presidente.

Basta-nos a alínea u), a que é conflituante com a proposta do CDS/PP.

Presidente: Então vamos votar tudo menos a alínea u).

Vamos votar o conjunto de alterações da proposta, menos a alínea u).

Sr. Deputado Pedro Gomes, diga.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Creio que o Sr. Deputado Paulo Rosa tem absoluta razão quando diz que a alínea v) da proposta do Bloco de Esquerda está prejudicada pela anterior aprovação que já fizemos da nova alínea s), iniciativa do CDS/PP.

Presidente: Mas não pode estar.

Temos de repetir porque houve aqui um erro, Sr. Deputado. A proposta do BE tem que ser votada primeiro porque entrou primeiro.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Então para clarificarmos, Sr. Presidente, significa que estamos a anular a votação que fizemos anteriormente relativa à proposta do CDS/PP.

Presidente: Sim. Vamos repetir.

Portanto, vamos votar a proposta de alteração do BE para o artigo 28.º na íntegra, menos a alínea v).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar então a alteração para a alínea v).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora a minha questão é: ficou alguma coisa que tínhamos votado do CDS/PP prejudicada?

Então ficou prejudicada a proposta de aditamento da alínea s) do CDS/PP?

(Aparte inaudível da Câmara)

Presidente: Ficou prejudicada a alínea s), do n.º 1, do artigo 28.º.

Vamos voltar. Estávamos a discutir a proposta de alteração do PSD para o n.º 3, do artigo 29.º. O Sr. Deputado Cláudio Almeida já fez a sua intervenção.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Considero que esta proposta do Partido Social Democrata faz todo o sentido e penso que nesta matéria de facto as associações de estudantes têm de ser

independentes e não podem ser destituídas. Isso seria regressar de facto aos tempos do Estado Novo.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar que nas propostas de alteração apresentadas pelo PS há uma clarificação do n.º 2 deste artigo e nós propomos a eliminação do n.º 3.

Portanto, não sai ninguém prejudicado nos seus processos electivos, porque a nossa proposta diz que “os alunos a quem tenha sido aplicada uma medida disciplinar sancionatória não podem exercer ou terminar o mandato para órgãos e estruturas previstos no presente diploma, no ano lectivo em que tenha sido aplicada a medida disciplinar sancionatória.”

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não resolve!

A Oradora: Portanto, qualquer durabilidade e a 3 é eliminada. Ninguém vai sancionar.

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração que o Partido Socialista apresenta não resolve essa questão das associações de estudantes, não salvaguarda aqui o problema das associações de estudantes, porque como diz no próprio artigo 29.º da proposta de alteração do Partido Socialista “os alunos a quem tenha sido aplicada uma medida disciplinar sancionatória não podem exercer ou terminar o mandato para órgãos e estruturas previstos no presente” Estatuto.

Ora bem, as associações de estudantes também estão previstas no presente Estatuto. Não faz qualquer sentido que apesar de um aluno que tenha sofrido alguma sanção disciplinar não possa cumprir o seu mandato à frente de uma associação de estudantes. Até porque as associações de estudantes são completamente independentes dos órgãos de escola.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PSD para o artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora as propostas de alteração e de eliminação para o artigo 29.º apresentadas pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração anunciadas foram aprovadas com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para o n.º 4, do artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o artigo 29.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 30.º.

Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma interpelação.

A proposta de alteração do BE para o artigo 30.º contempla 3 pontos. Há outras propostas de alteração. Há situações em que umas prejudicam as outras.

Não seria útil, se calhar, pô-las à votação separadamente?

Presidente: Concretamente, quer que seja posto à votação separadamente o quê?

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Todos os pontos.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para o artigo 30.º, na parte em que se introduz um novo texto para o n.º 2, renumerando a anterior redacção do n.º 2 para n.º 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE na medida em que adita um n.º 4 ao artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE na medida em que adita um n.º 5 que corresponde à redacção alterada do anterior n.º 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o n.º 3, do artigo 30.º.

Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Entre o pode e o deve há uma diferença que urge acautelar. Uma surge como opção e salvaguarda aos casos em que tais parcerias não são de todo possíveis, nomeadamente nas escolas localizadas em comunidades mais pequenas e por isso mesmo mais condicionadas e com dificuldades próprias e específicas.

O “deve” eleva ao patamar de dever sendo, portanto, uma obrigação, que nalguns casos excepcionais não têm de facto condições para ser cumprida.

Trata-se, portanto, de uma norma que nós queremos que seja uma valorização da autonomia das escolas e também um estímulo para o reconhecimento do mérito, mas é preciso que seja exequível.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PSD para o n.º 3, do artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do CDS/PP para os n.ºs 2 e 3, do artigo 30.º.

Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De uma forma também muito breve, relativamente ao n.º 2 sugerimos que se elimine a parte do articulado que diz que “comprovadamente auxiliem a continuação do percurso escolar do aluno” relativamente a prémios de ordem financeira.

Para já é tecnicamente impossível aferir-se de um prémio de ordem financeira que beneficia ou não o percurso escolar do aluno. É óbvio que beneficia sempre. Parece-nos de todo dispensável esta parte estar aqui e quanto a nós deveria terminar: “ter uma natureza financeira”. Ponto.

Quanto ao n.º 3 a nossa proposta é muito semelhante à proposta do Bloco e à proposta do PSD, apenas com a diferença de que o poder a que se referiu o Sr. Deputado Rui Ramos tem a ver com os meios financeiros para complementar a atribuição de prémios de mérito, porque, obviamente, a escola terá que necessariamente de ter fundos para este caso em situações em que não é possível obtê-los exteriormente.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar as propostas de alteração do PP em separado.

Proposta de alteração para o n.º 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o n.º 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação do PPM para o n.º 3, do artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 30.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do Bloco de Esquerda para o artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 31.º.

Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As razões já foram de algum aqui apresentadas, mas sobretudo tem a ver com isto.

A moral diz respeito à aplicação prática (já o dissemos) de princípios e valores que elevam os cidadãos à condição de pessoas, à condição de humanidade que interessa respeitar.

Portanto, para nós trata-se de um dever de um aluno para com toda a comunidade educativa e para os seus pares, os seus próprios colegas. É um dever, que quanto a nós, deve ser respeitado. Daí a introdução da menção do conceito de moral neste articulado.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação da alínea p), do artigo 31.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

(Aparte inaudível da Câmara)

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta alínea (a alínea p) do artigo 31.º) tem a ver com a vacinação, daí que a eliminemos por estar no Decreto Legislativo Regional que está em apreciação da educação para a saúde.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para repetir a votação da eliminação da alínea p), do artigo 31.º, proposta pelo Partido Socialista.

Muito obrigada.

Presidente: Vamos então repetir a votação e vamos votar a proposta de eliminação da alínea p), proposta pelo Partido Socialista, do artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 31.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 32.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o mesmo número do artigo 32.º, para o n.º 3, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 32.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão diga.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Vamos repetir a votação do artigo 32.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 32.º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Os artigos 33.º a 35.º inclusive da proposta não são objecto de qualquer proposta de alteração. Proponho pô-los à votação em conjunto, não havendo oposição da Câmara. Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento do PSD para o artigo 36.º.

Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de aditamento visa precisamente evitar determinadas situações que infelizmente ainda acontecem. Evita tentações e facilitismos que o diploma, ele próprio, pretende combater. Por exemplo, um aluno ao chegar perto de um teste pode apresentar uma justificação sem estar doente. Pode assim ser beneficiado, pois conhecendo a estrutura do teste fica em vantagem, não se promovendo assim a justiça entre colegas.

Portanto, a exigência de um documento que comprove essa doença pretende precisamente evitar essa situação.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer ao Sr. Deputado Rui Ramos que é mais papista que o Papa.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não é tanto assim!

A Oradora: As justificações são os encarregados de educação que as dão, portanto julgo eu que há aqui uma responsabilização, mas há responsabilidade da parte dos encarregados de educação.

Em muitos regulamentos internos das escolas já é assim. Há regulamentos internos em que havendo falta a um elemento de avaliação escrita, já há uma justificação que só com declaração médica ou atestado. Não acresce nada demais.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento do PSD para o artigo 36.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 36.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 37.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PP para o artigo 38.º.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 38.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para o artigo 39.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 39.º.

Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é um dos artigos que importa, na especialidade, fazer algum debate, porque nós achamos que este artigo na sua aplicação é contraditório com o espírito do diploma.

Permitam-me explicar qual é a situação. Nós sabemos que qualquer aluno pode dar faltas, pode justificá-las ou não e tem um limite de faltas injustificadas. No diploma está estabelecido um conjunto alargado de faltas que são justificadas: por doença, por tratamento, por nojo, por nascimento de irmãos, por assistência de doença a familiar, para comparecer em consultas, pelo decorrente da religião que o aluno professe, por participar em provas desportivas, por participar em associações ou outro motivo que seja atendível pelo diretor de turma.

Portanto, quase tudo o que é efetivamente relevante pode ser justificado pelo encarregado de educação, se for até 5 dias, sem precisar de mais nenhum outro documento ou de mais nenhuma outra burocracia. Essas faltas podem ser justificadas num prazo de 5 dias úteis.

A questão que se coloca agora é: num quadro destes, com estas características que acabo de referir, por que é que um aluno, mesmo assim, ainda tem faltas injustificadas e deixa ultrapassar o limite dessas faltas?

Por duas razões apenas: ou porque a falta que ele deu era justificável e não entregou em prazo a respetiva justificação (o que já é censurável); ou porque a falta não era justificável, e, portanto, ao aluno simplesmente apeteceu-lhe faltar. Em conclusão: um aluno só ultrapassa o limite de faltas injustificadas por manifesta negligência e irresponsabilidade.

Deputada Nélia Amaral (PS): A culpa pode ser dos pais!

O Orador: O que é que este Estatuto propõe?

Este Estatuto propõe que quando o aluno ultrapasse o limite das faltas injustificadas se reúna o Conselho de Turma para elaborar um documento (porque a receita socialista para os problemas é sempre fazer mais um documento), um agora chamado Plano...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Deputada Nélia Amaral (PS): A receita do Partido Social Democrata é abandonar o aluno!

O Orador: ...Individual de Trabalho para esse aluno.

Se esse Plano Individual de Trabalho não resultar (e o que é que se entende por não resultar?) há ainda a possibilidade do Conselho Executivo canalizar esse aluno para um currículo alternativo (se se aplicar ao aluno, porque nem todas as situações isso se aplica!), ou então, se essa situação não resultar, informar as autoridades competentes.

Deputada Zuraida Soares (BE): Chicote!

O Orador: Este é mais um exemplo acabado de uma burocracia inútil.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os senhores dizem que este diploma é para garantir uma maior responsabilização dos alunos, mas na verdade o que os senhores fazem é premiar a irresponsabilidade, porque cada vez que um aluno ultrapasse o limite de faltas injustificadas lá têm os professores de fazer mais uma reunião, mais um Conselho de Turma, para se elaborar o Plano Individual de Trabalho! Isto é: mais burocracia, mais planos, mais reuniões para daí nada resultar! E, pior do que isso, é o sinal claro que se dá de premiar a irresponsabilidade! Como escreveu judiciosamente uma ex-diretora regional da Educação “isto é um convite permanente à irresponsabilidade dos alunos na escola”.

Portanto, neste quadro, nós apresentamos uma proposta de alteração que assume que um aluno que efetivamente não justifica as suas faltas é porque não as quis justificar, tantas são as facilidades e as possibilidades que ele tem para o fazer. E não justificando as faltas, entendemos que a responsabilidade da escola terminou aí e esse aluno fica em situação de retenção, a não ser que o Conselho de Turma (como a legislação estabelece e bem!), no final do ano, entenda que ele tem os conhecimentos para transitar de ano ou para ser aprovado.

É esse o sentido da nossa proposta de alteração.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Chicote!

O Orador: Este é mais um exemplo de uma burocracia inútil.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os senhores dizem que este diploma é para garantir uma maior responsabilização dos alunos, mas na verdade o que os senhores fazem é premiar a irresponsabilidade, porque cada vez que um aluno ultrapasse o limite de faltas injustificadas (e como vimos quase todas as faltas podem ser justificadas) é porque ele não as quis justificar, mas mesmo assim reúne-se 12 professores, por cada aluno faz-se um Conselho de Turma, faz-se um Plano Individual de Trabalho, faz-se mais burocracia e mais reuniões para nada resultar nas escolas. Isto é um convite à irresponsabilidade! Como escreveu judiciosamente uma ex-directora regional da Educação “isto é um convite permanente à irresponsabilidade dos alunos na escola”.

Portanto, neste quadro, nós apresentamos uma proposta de alteração em que um aluno que efectivamente não justifique as suas faltas é porque não as quis justificar, tantas são as facilidades e as possibilidades que ele tem para as justificar. Não justificando as faltas a responsabilidade da escola terminou aí e esse aluno fica em situação de retenção, a não ser que o Conselho de Turma (como a legislação estabelece e bem!), no final do ano, entenda que ele tem as competências para passar de ano ou para ser aprovado.

Portanto, nós fizemos essa proposta de alteração para sinalizar esta absoluta contradição que existe neste documento.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra. Prescinde.

Sra. Secretária Regional da Educação e Formação tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para clarificar aquilo que acabou de ser dito pelo Sr. Deputado Costa Pereira e que não corresponde efectivamente à verdade.

Neste momento, já existe na legislação que está em vigor, ou seja, no Estatuto do Aluno em vigor, no RGAPA vigente, e através de inúmeras circulares da DRE, algumas que se mantêm em vigor há 2 e 3 anos, a necessidade e a obrigatoriedade de elaboração de um plano de integração para alunos absentistas.

Como o Sr. Deputado sabe este plano de integração, que já existe como obrigatório e que é feito pelas escolas, acresce a necessidade de um relatório de retenção, acresce a necessidade de sempre que há mais de 10% de retenção haver uma fundamentação das razões que estão por detrás desse número superior a 10% e portanto, já há neste momento na legislação em vigor, no Estatuto actual em vigor e também no RGAPA, porque é o decreto que dele decorre (a portaria, aliás), a existência desta exigência, digamos assim.

Portanto, este Plano Individual de Trabalho que agora surge aqui não é mais do que a necessidade de acautelar que todos os alunos do sistema educativo regional tenham uma possibilidade, tenham uma preocupação por parte da

escola e tenham alternativa, mesmo aqueles que sejam absentistas, como já existe actualmente.

O que é então este PIT?

Este PIT (Plano Individual de Trabalho) trata-se de uma medida que para nós é uma medida de responsabilização dos deveres inerentes ao direito que existe e que assiste a todos à educação. Não é (como o senhor estava a tentar fazer passar a ideia) uma medida meramente burocrática e meramente punitiva, é dever do Conselho de Turma sugerir nos casos em que for possível fazê-lo (porque há casos em que não será possível). Nós aqui tanto podemos estar a falar de um aluno que tenha perdido por faltas apenas a uma disciplina e não a todas e este aluno também ficaria excluído, na sua óptica, da possibilidade de ter um Plano Individual de Trabalho e de ter um percurso alternativo que lhe permita recuperar.

Portanto, nós não concordamos em absoluto com isso. O Governo entende que todos devem ter esse direito e como é bom de ver, neste momento os Conselhos de Turma já produzem planos de intervenção e integração de alunos absentistas. Esta não é sequer uma novidade.

Deputado João Costa (PSD): Há sempre a possibilidade de no fim do ano não ficar retido!

A Oradora: Por outro lado, ele depois será regulamentado, como é óbvio, no RGAPA, mas aquilo que existe neste momento é tentar condensar, neste Plano, vários planos, além de que, obviamente, nos parece que este Plano é essencial para a recuperação e para a integração de todos os alunos.

Nós não temos a perspectiva de que a escola deva abandonar alguns alunos, a escola deve integrar todos.

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve só para que fique esclarecido que aquilo que para o PSD é uma burocracia inútil, para o PS é o princípio de que se deve esgotar

todos os meios possíveis que favoreçam a integração ou reintegração dos alunos antes da aplicação de uma retenção.

Obrigado.

Deputada Nélia Amaral (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): A Deputada Nélia Amaral não diria melhor.

Deputada Nélia Amaral (PS): Há quem oiça e perceba!

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para muito rapidamente dizer duas coisas.

Em primeiro lugar, a Sra. Secretária tentou dizer uma coisa (que este PIT já existia), mas no fim acabou por dizer outra e que é a verdadeira: é que atualmente não existe este PIT e ele vai ser, como a Sra. Secretária acabou por reconhecer, um plano que é a condensação de vários planos. Ora, esta é a cereja em cima do bolo! A burocracia com que os professores vivem confrontados na escola vai-se elevar à condição suprema de terem de fazer mais um plano que sintetiza, agrupa e junta todos os outros planos que os professores já fazem.

Deputada Nélia Amaral (PS): Não são os professores, são os alunos!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Se calhar é melhor tirar os alunos das escolas.

O Orador: E mais uma questão.

A Sra. Secretária já devia saber, pela sua experiência de docente, que os planos, por si só, não resolvem nada. Os planos são papéis. A senhora consulte escola a escola os planos que são feitos para os alunos e veja a similitude desses planos. São quase *copy/paste*!

A Sra. Secretária está a falar de um mundo que é o mundo das teorias e a senhora tem que se virar para o mundo da realidade.

Portanto, este PIT é mais uma burocracia que vai ser criada nas escolas, o que não deixa de ser curioso, uma vez que a senhora anda por aí espalhando aos quatro ventos que vai reduzir a burocracia nas escolas...

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Já estamos!

O Orador: ...que vai libertar os professores da burocracia.

Aqui está a resposta: mais um plano para os professores fazerem nas escolas.

E quanto à conversa de que a escola não deve abandonar os alunos e os alunos devem ser integrados na escola... É verdade, Sra. Secretária! É um desiderato que devemos todos perseguir, mas como um limite...

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Como é que o PSD faz?

O Orador: ...e o limite é aquilo que a senhora diz ser o objetivo deste diploma: a responsabilização.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: O aluno que frequentemente, negligentemente, não justifica as faltas ao ponto de ultrapassar os limites estabelecidos...

Deputada Nélia Amaral (*PS*): O senhor está a falar de alunos do ensino básico, 6, 7 e 8 anos!

O Orador: é um aluno que não é responsável. Como escreveu a anterior diretora regional da Educação, (e escreveu muito bem, porque ela está numa escola e sabe agora o que é a realidade) “esse aluno já não merece que a escola faça mais por ele, porque fez tudo o que podia”.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Educação e Formação** (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Costa Pereira, o Plano Individual de Trabalho não é mais um plano. É o plano que vai permitir que se ultrapasse o que neste momento existe, que é a feitura de vários planos e alguns deles (concordo consigo) podem estar a ser redundantes. É precisamente aí que anunciei (e estou fazendo) que vamos eliminar alguns deles, nomeadamente o formulário de retenção, que já anunciei publicamente que vai ser eliminado e nomeadamente também a obrigatoriedade que existe actualmente de quando há retenção de mais de 10% dos alunos se ter de obrigatoriamente fazer um relatório que justifique.

Deputado Costa Pereira (PSD): Mais um!

A Oradora: Vai ser eliminado.

Dizer que este PIT não faz sentido é precisamente aquilo que revela como é que o PSD se posiciona neste debate: a demissão absoluta.

Deputado Costa Pereira (PSD): A sua antecessora não pensa assim!

A Oradora: Quando o Governo diz que não quer fazer planos, o PSD diz que o Governo não está a agir;...

Deputado Costa Pereira (PSD): Não é essa a questão!

A Oradora: ...quando o Governo diz que é importante nestes casos, mesmo nestes casos, porque estes alunos têm direito à educação como outro aluno qualquer, ...

Deputado Rui Ramos (PSD): Até o Governo justifica as faltas!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Estamos a falar do ensino básico, Sr. Deputado!

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado, não é justo e o Governo não pode concordar com esta demissão absoluta que o senhor está a defender. Isto é o que o PSD defende, não é o que o Governo defende.

Isto não é uma burocracia, é uma exigência do Conselho de Turma que ele tem de cumprir porque é absolutamente necessário.

Presidente: Vamos votar, Sras. e Srs. Deputados, a proposta de alteração do PSD para o artigo 39.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do Bloco de Esquerda, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 39.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 18 votos contra do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento do BE para o artigo 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora as propostas de alteração do PSD para o artigo 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação para a alínea d), do artigo 40.º, do PPM.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, peço desculpa.

Podíamos voltar a repetir a votação do artigo 40.º, individualizando a alínea d).

Podemos votar a alínea a) e c) e depois a alínea d).

Presidente: Muito bem.

Vamos então voltar a votar as propostas de alteração do PSD da seguinte forma.

Vamos votar a proposta de alteração para as alíneas a) e c).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para a alínea d), do n.º 2, do artigo 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PPM, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP e 2 votos a favor do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos agora passar para a proposta de eliminação para a alínea d), do n.º 2, do artigo 40.º, do PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que esta penalização nestas áreas é absolutamente abusiva, injustificada e anti-pedagógica.

Presidente: Vamos votar a proposta de eliminação do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 40.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 41.º.

Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD propõe uma alteração a este artigo 41.º visando impedir o alargamento das infracções disciplinares por via dos regulamentos internos de cada unidade orgânica, por dois motivos essenciais.

O primeiro, porque entendemos que as infracções devem constar de acto legislativo e não de acto regulamentar aprovado por cada escola; em segundo lugar, impedir que haja divergências na qualificação das infracções de escola para escola, impedindo que numa escola um determinado acto seja considerado uma infracção e noutra escola não o seja considerado.

Entendemos que esta proposta a ser aprovada como está, na formação apresentada pelo Governo, produz grande insegurança, de duvidosa legalidade e sobretudo não respeita um princípio de tipicidade de lei que deve ser observado nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar a proposta do PSD para o artigo 41.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 41.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Proponho que se vote em conjunto os artigos 42.º e 43.º que não são objecto de qualquer proposta de alteração.

Assim vamos fazê-lo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 44.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 44.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 45.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PSD para o artigo 46.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PP para o artigo 46.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma breve explicação destas propostas de alteração que aqui apresentamos.

Relativamente ao ponto 4, alínea b), nós eliminamos simplesmente o “pelo menos”, porque obviamente que um professor que expulsa um aluno duma sala de aula não deve, no nosso entender, expulsá-lo e mandá-lo para um espaço alternativo vigiado por um período de tempo superior àquele que demora a actividade lectiva, pela qual esse professor é responsável. Portanto, deve haver uma equivalência temporal neste aspecto e não deixar ao critério do professor a possibilidade de retê-lo naquele espaço alternativo por um período de tempo superior àquele pelo qual é responsável.

Relativamente ao ponto 10 é mudar o “pode” para “deve”. Entendemos que o Presidente do Conselho Executivo “deve” consultar o director de turma nestes casos, em vez de deixar ao seu critério discricionário.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos então votar as propostas ...

(Aparte inaudível da Deputada Catarina Furtado)

Presidente: Votar de forma separada? Muito bem.

Vamos votar a proposta de alteração do PP para a alínea b), do n.º 4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PP para o n.º 10, do artigo 46.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o artigo 46.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar as propostas de alteração do PP para o artigo 47.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na linha do que fiz anteriormente, uma explicação muito breve.

O ponto 5 é exactamente a mesma leitura que fizemos em relação ao n.º 10 do artigo anterior. Deve ser um dever do Presidente do Conselho Executivo assegurar a ligação com o Conselho de Turma e com o aluno nestes casos e não ficar apenas ao seu critério discricionário.

O ponto n.º 7 é uma mera correcção de redacção.

Relativamente ao ponto 10, tal como ele está redigido, pode dar-se o caricato de que uma situação de expulsão vir a ser considerada como um prémio por não

implicar retenção. Achamos que aqui há que assumir *tout court* que o aluno expulso é um aluno que fica em situação de retenção.

Finalmente, relativamente ao n.º 12, consideramos que o mecanismo de reparação deve ser um mecanismo automático, não deve ficar pendente do critério do Presidente do Conselho Executivo, ou seja, como se costuma dizer: parte, paga. Esta é a verdadeira dimensão pedagógica da medida e no nosso entendimento reformulamos e damos este contributo que deixamos à consideração nesta casa.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado, o que é para separar?

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é para separar, mas para dizer que na parte do n.º 7, a alteração proposta, consideramos que é de redacção final. Portanto, teremos a devida nota, para nós nem seria necessário a votação.

Relativamente ao ponto 5, esclarecer que já está contemplado que o Presidente do Conselho Executivo pode ouvir obviamente o director de turma ou o Conselho de Turma. Não está, mas ele tem esta faculdade de poder decidir em função daquilo que achar melhor.

Quanto ao ponto 10, não podemos simplesmente aceitar a proposta porque isso seria excluir do sistema alunos do ensino básico obrigatório. Isso contraria a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputada Paulo Estêvão (PPM):** Para solicitar uma votação por alíneas do artigo n.º 47, no âmbito das propostas de alteração do CDS/PP.

Presidente: As propostas de alteração do CDS/PP não são por alíneas, são por números. Um a um?

(*) **Deputada Paulo Estêvão (PPM):** Desculpe. Só o 5 separado dos restantes.

Presidente: Percebi.

Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Dentro da mesma linha de raciocínio, mas é em dois bloquinhos: 5 e 7, por um lado; 10 e 12, por outro.

Presidente: Então vai ter que ser 5, 7 e 10, 12 para outro.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Um a um? Pronto.

Nós estamos a requintar os nossos métodos!

Vamos continuar.

Proposta de alteração para o n.º 5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PP para o n.º 7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PP para o n.º 10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Proposta de alteração do CDS/PP para o n.º 12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 5 votos a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 47.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 48.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora as propostas de alteração do PP para o artigo 49.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve explicação.

No ponto 8, do artigo 49.º, limitamo-nos a acrescentar “dos respectivos pais” para conformar com outros artigos do mesmo diploma, em que estão contemplados os pais e os encarregados de educação. Aqui não acontecia.

No ponto 9, em que se refere uma acta lavrada pelo instrutor do processo disciplinar pensamos que será útil clarificar quem é que lavra a acta e a quem compete o dever de assiná-la. Quanto a nós a acta deve ser lavrada pelo instrutor e deve ser assinada por todos os presentes.

Presidente: Vamos votar as propostas de alteração do PP para o artigo 49.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 49.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 49.º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor do PCP e 5 votos contra do CDS/PP.

Presidente: Dos artigos 50.º a 54.º inclusive da proposta não são objecto de qualquer proposta de alteração. Vou colocá-los à votação em conjunto.

Não há oposição. Vamos então votar dos artigos 50.º ao 54.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de eliminação do PSD para a alínea d), do n.º 2.

(Aparte inaudível da Câmara)

Presidente: Está prejudicada. Obrigado.

Mas a proposta de alteração para a alínea b), do n.º 1, do artigo 55.º do PP, creio não estar prejudicada.

Vamos votar a proposta de alteração do PP para o artigo 55.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 55.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 56.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PP para o artigo 57.º.

Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito breve para mais uma vez explicar o sentido desta proposta de alteração em que na redacção inicial proposta pelo Governo, digamos que o ónus de tomar conhecimento em relação ao Estatuto está no encarregado de educação aquando do acto de matrícula.

Achamos que o ónus de conferir a tomada de conhecimento deve estar a cargo da escola. Mudámos apenas o protagonista, o sujeito activo desta situação do encarregado de educação, na redacção inicial, para a escola que deve ela sim conferir o conhecimento do presente Estatuto ao encarregado de educação, aquando da matrícula.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PP para o artigo 57.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 57.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 58.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 58.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 59.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 59.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para uma declaração de voto. Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS, como há muito tempo é sabido, tem posições muito claras sobre a educação e sobre a matéria aqui em discussão hoje, o Estatuto do Aluno.

Fizemos várias propostas de alteração que foram na sua maioria chumbadas pela maioria socialista e gostaria de lembrar que, apesar de tudo, em votação

final global aprovámos este Estatuto do Aluno, exactamente porque vem de encontro àquilo que o CDS sempre defende, que sempre foram bandeiras do CDS e que foram aprovadas na Assembleia da República no último Estatuto do Aluno.

Efectivamente, é bom que fique claro que para nós um aluno que não tenha recuperado a sua assiduidade, ou não aproveitado o Plano Individual de Trabalho, tem como avaliação a retenção.

É bom que também fique claro que no Estatuto do Aluno as medidas correctivas devem ser entendidas como parte integrante do processo do ensino, prosseguindo finalidades preventivas dissuasoras, pedagógicas e de integração, previsto nas nossas propostas na Assembleia da República.

Previmos e reforçávamos também a autoridade dos professores e das escolas, transferindo maior poder de decisão para os professores e para os órgãos de gestão das escolas e não para o Presidente do Conselho Executivo, que os senhores querem transformar na figura tutelar, já várias vezes aqui denunciada por mim já há muito tempo como os afilhados do Governo Regional e dos secretários da educação.

Consagramos também, no nosso Estatuto do Aluno, na Assembleia da República, o reforço da responsabilidade dos encarregados de educação e pais no acompanhamento do percurso escolar dos respectivos educandos.

(Estou a citar as nossas medidas que foram aprovadas na Assembleia da República).

E mais! E o que dizíamos é que essa irresponsabilidade podia determinar algumas restrições nas medidas de apoio social, porque estas visam precisamente o aproveitamento de oportunidades do sistema educativo.

O que se vem a ver é que exactamente esta proposta do Partido Socialista vem no sentido daquilo que nós defendíamos.

Hoje ficou aqui evidenciado, por insistência do Sr. Deputado Pedro Gomes, que efectivamente os senhores não podem aplicar coimas a mais ninguém, a não ser a quem recebe apoio social e foi muito bem evidenciado. Isto também nós já tínhamos defendido.

Ou seja, em conclusão, na generalidade e no final votámos favoravelmente, porque incluía no Estatuto do Aluno o reforço da autoridade dos professores, a envolvimento e a responsabilização dos pais e efectivamente o mérito, que defendemos há muito tempo.

Portanto, mais uma vez bem-vindo Partido Socialista às nossas posições.

Deputado Aníbal Pires (PCP): À direita!

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aqui dissemos ao abrir as nossas intervenções sobre o Estatuto do Aluno que o considerávamos um contributo e um passo importante no sentido de ajudar a garantir nas nossas escolas mais disciplina, mais segurança, maior autoridade, mais respeito pelos professores e uma imprescindível maior participação, envolvimento e responsabilização dos pais e encarregados de educação.

Os problemas diários que os professores e órgãos de gestão da escola enfrentam no terreno exigem medidas claras, corajosas e que rompam com as práticas do facilitismo e da impunidade, que muitas vezes se sente ainda nas nossas escolas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Algum caminho foi percorrido no documento que acabou de ser aprovado, mas lamentamos que não tenha havido a coragem de abandonar alguns dos resquícios que permanecem do chamado “eduquês”, de má memória e que vão continuar a dar aos alunos da escolaridade obrigatória uma noção muito difusa da responsabilidade...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...e vão obrigar as escolas a uma absoluta e despropositada carga burocrática de reuniões e de planos que a nada de positivo conduzirão.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, como assinalámos, continuamos com algumas dúvidas sobre a exequibilidade de algumas das normas agora aprovadas.

Comprovou-se que tínhamos razão sobre o efeito socialmente injusto que o sistema de contraordenações tal como está desenhado vai acarretar.

Comprovou-se outro exemplo de injustiça comparativa: os alunos que pertencem a uma associação de estudantes serão exemplarmente castigados; um aluno que está na escolaridade obrigatória e não justifica as faltas obriga reuniões contínuas de professores e de planos para salvar esse aluno.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é uma declaração de voto. É uma intervenção sobre o diploma!

O Orador: Apesar disso e apesar destas dúvidas sobre a sua aplicabilidade; apesar de nalgumas áreas este Estatuto do Aluno não ter ido até onde se impunha que fosse; apesar de muitas das nossas propostas, a grande maioria não ter sido aprovada, privilegiámos o entendimento de que o passo dado, embora incompleto, é importante.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Por isso, votámos favoravelmente este Estatuto.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou na generalidade e no final contra este Estatuto do Aluno.

As nossas variadíssimas propostas de alteração foram na sua esmagadora maioria reprovadas e portanto, nós gostaríamos de acrescentar às razões que enunciámos na nossa declaração inicial mais duas ou três avaliações e razões para termos votado contra.

Para o Bloco de Esquerda a melhor forma de reforçar a autoridade do professor é dar-lhe condições para que ele melhore a qualidade da sua prestação dentro da sala de aula, conquiste a autoridade dentro da sala de aula e conquiste o respeito dos seus alunos. Não é, de maneira nenhuma, fazendo aquilo que este Estatuto pretende fazer.

A dignificação dos professores, Sras. e Srs. Deputados, depende muito das políticas educativas. Não é bem do “eduquês”, é do ministro da tutela e, no caso, da Secretária Regional da Educação.

Quando nós vemos os professores desta Região estarem condenados a um degredo de 4 anos numa ilha que não é a da sua residência, nem a da sua família, isso não é dignificar. Portanto, não venham agora querer a polícia dentro da escola para reforçar a autoridade do professor, porque isso, Sras. e Srs. Deputados, não vai a lado nenhum.

A melhor forma de melhorar as condições difíceis em que se contextualizam muitos dos nossos alunos é ter políticas para alterar a realidade laboral e económica da esmagadora maioria das nossas famílias.

A melhor forma de aumentar os rácios de abandono escolar que já são bastante significativos nesta Região é exactamente castigar os alunos dentro das escolas, mais do que aquilo que eles já são nas famílias de origem, e não há nada melhor do que recusar-lhes as refeições e o transporte escolar. É um castigo bem socialista e bem à medida do crime cometido pelas famílias e pelos alunos.

A melhor forma de consolidar nos pais, nas mães, nos encarregados de educação desta Região a ideia de que a escola perpetua e aprofunda as desigualdades sociais já existentes e que existem, que são inegáveis e até são detectáveis estatisticamente, é aprovar, tal como está, o Estatuto do Aluno dos ensinos básico e secundário.

Assim foi.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PPM absteve-se na votação na generalidade e votou contra na votação final global.

Reconheci o mérito de uma parte significativa do documento, apontei-lhe no início alguns erros e o principal (continuo a referir) é este regime de contra-ordenações no momento dramático em que a sociedade açoriana vive. Isto é não ter a menor sensibilidade social, e diria até, é não ter a menor sensibilidade política em aprovar uma coisa destas.

Mas mais do que isso! Sempre achei que o Partido Socialista alteraria as normas que permitiam a destituição dos membros das associações de estudantes por parte do Conselho Executivo,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Achou mal!

O Orador: ...que é algo absolutamente reaccionário e salazarista...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Pode dizer-se nazi e salazarista!

O Orador: ...e os senhores comprovaram, depois de terem sido alertados para a situação, repetiram essa votação.

Quero aqui dizer ao Sr. Deputado Berto Messias que como presidente de uma juventude partidária o senhor hoje prestou muito mau serviço à juventude dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Se eu estivesse no seu lugar, se tivesse sido ultrapassado nesta questão, se tivesse permitido que se fizesse esta intrusão não democrática nas associações de estudantes, eu pedia a demissão, Sr. Deputado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: É inadmissível! Fica-lhe muito mal e acho que é de facto um pecado sem remissão, é um pecado sem perdão.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Apoiado!

Presidente: Sr. Secretário Regional, pede a palavra para? Tem 3 minutos.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para fazer um protesto em nome do Governo pelo qualificativo utilizado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, no sentido de classificar a bancada do Governo como “salazarista”...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não foi isso!

O Orador: ...e como defensora de normas fascistas. Foi o que o Sr. Deputado acabou de dizer.

Estive envolvido num episódio nesta casa, no plenário passado, em que por ter dito, num aparte, que alguém era “amigo dos nazis”, deu no que deu.

Deputado Mark Marques (PSD): Não se meta por aí outra vez! Deixe isso agora!

Deputado João Costa (PSD): O senhor reafirmou e agora tem a lata de protestar!

O Orador: Expliquei, tive a oportunidade explicar porque é que disse o que disse. Tinha um contexto. Assumo. Tenho absoluta tranquilidade em relação a essa matéria, ela é clara e não me suscita nenhuma dúvida.

Deputado João Costa (PSD): Acabou de afirmar claramente.

O Orador: Agora só espero que o Sr. Deputado Paulo Estêvão consiga explicar as razões de qualificar o Governo da maneira que qualificou, ou então passa a haver dois pesos e duas medidas, coisa com a qual nós não concordamos, nem podemos compactuar.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem 3 minutos para um contra-protesto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Secretário da Presidência teve um acto incorrecto com a bancada do Partido Social Democrata e agora tenta misturar as coisas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não tento misturar!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É inadmissível! Uma vergonha!

O Orador: O que o senhor disse foi que a bancada do PSD era “amiga dos nazis”. Foi isso que o senhor disse.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E disse-o aqui outra vez! Qual é o problema?

Deputado Clélio Meneses (PSD): E insiste!

O Orador: E o que eu disse foi completamente diferente. O que eu disse é que foi uma atitude salazarenta. É completamente diferente. É uma atitude salazarenta.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Disse salazaristas e fascistas.

O Orador: E o que lhe quero dizer, Sr. Secretário Regional da Presidência, é que reafirmo aquilo que disse. É uma atitude salazarenta, porque a intromissão dos conselhos executivos nas associações de estudantes é uma coisa nunca vista num Portugal democrático. Isto é que é inaceitável, por isso é que tenho de reafirmar aquilo que disse.

Os senhores são um partido democrático (reconheço-lhes isso), com uma grande experiência democrática, com um papel importante na luta pela democracia portuguesa e por isso é que não esperava...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Então quem é que é fascista aqui?

O Orador: ...que os senhores aprovassem uma norma destas, que é algo que envergonha a vossa própria história. Por isso mantenho: é uma atitude salazarenta, é uma atitude inaceitável.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Nazi não é problema!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, é para se inscrever.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Secretário reafirma que chamou nazi!

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis entre os Deputados do PS e do PSD)

Presidente: Agradecia que os apartes não prejudicassem a intervenção da Sra. Deputada Catarina Furtado.

A Oradora: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com o documento que agora acabámos de aprovar. Congratula-se porque a partir de agora tem um instrumento, no nosso sistema educativo regional, que dispõe de outras características e que permite uma maior...

(Apartes inaudíveis do Deputado Francisco César)

Presidente: Sr. Deputado Francisco César talvez possa deixar a sua colega de bancada terminar o seu voto.

Sra. Deputada Catarina Furtado, faça favor.

Deputado Mark Marques (PSD): Ela está muito sensível hoje. Já não está habituada à primeira fila!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ó Francisco, acontece aos melhores!

A Oradora: Obrigada, Sr. Presidente.

Eu dizia que a partir de hoje há um novo instrumento que vai envolver mais os encarregados de educação na vida e na comunidade educativa dos seus educandos, co-responsabilizando-os mais, envolvendo-os mais, permitindo e facultando também outros instrumentos que reforçam a autoridade do professor, no sentido daquilo que é mais importante, naquilo que este Grupo Parlamentar se centra e continuará a centrar que é no núcleo do nosso sistema educativo regional: o aluno, as crianças e os jovens que são os alunos do nosso sistema educativo regional. É para eles, com o propósito de melhorar todas as condições de integração e instrumentos que lhes possam assegurar uma vida adulta adequada na sociedade em que vivemos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E a Associação de Estudantes?

A Oradora: É com este propósito que trabalhamos.

Também temos que nos congratular pelo largo consenso alcançado nesta casa, embora todos os partidos tenham concordado (refiro-me ao PP e ao PSD, em concreto) em querer alguma paternidade.

Deputado Costa Pereira (PSD): Diga que não é verdade! Meta ao barulho toda a gente!

A Oradora: Tanto o Sr. Deputado Artur Lima, que o requereu da República, só por mero desconhecimento, porque este Estatuto é bastante diferente da proposta do PP na República; quer o PSD, porque no início já tinha dito, que ia ao encontro.

No entanto, não deixa de ser de louvar e de saudar, que mais uma vez naquilo que é estruturante para a nossa educação, nós tenhamos tido aqui amplo consenso, apesar de não ter granjeado de todas as forças partidárias.

Também ressaltar que este Grupo Parlamentar aprovou propostas de alteração, em menor ou em maior número, da esmagadora maioria dos partidos aqui representados.

Portanto, creio que hoje foi um dia importante para esta casa e para o sistema educativo regional.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que foi agora aprovada, como disse logo na intervenção inicial, levanta-me muitas dúvidas não só sobre a sua...

Deputado Herberto Rosa (PS): Exequibilidade!

O Orador: ... execução, mas sobretudo porque contém algumas normas que são tudo menos inclusivas, para além de conter outras que são altamente penalizadoras das famílias e dos alunos.

Aliás, não quero de maneira nenhuma utilizar a linguagem que já foi aqui utilizada...

Deputado João Costa (PSD): Nomeadamente por V. Exa.!

O Orador: ...mas diria que relativamente a algumas das normas que este diploma contém, diria mesmo que tenho algumas dúvidas sobre a sua constitucionalidade.

Espero que quem de direito possa fazer essa verificação, porque apesar do projecto aqui trazido pelo Governo Regional não tenha ido tão longe quanto pretendia a direita (designadamente o PSD que tem a visão, que ficámos a conhecer hoje mais explicitamente, da escola e do que a escola deve ser), de qualquer forma este Estatuto não serve os propósitos que foram enunciados e, como disse, tenho algumas dúvidas sobre a constitucionalidade de alguns dos seus artigos.

Votámos contra porque, quer na generalidade, quer na votação final global, tal como disse no início, este Estatuto do Aluno hoje aprovado tem subjacente uma matriz ideológica que nada tem a ver com a matriz ideológica do PCP e que em

nada contribui para aquilo que foi enunciado como princípio como sendo um contributo para a melhoria da qualidade de ensino na escola pública.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos a discussão deste diploma.

Vamos fazer um intervalo de 15 minutos. Retomamos os nossos trabalhos às 19 horas e 05 minutos. Até já.

(Eram 18 horas e 47 minutos)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 19 horas e 14 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos, prosseguindo na nossa Agenda, Sras. e Srs. Deputados.

Segue-se o [Projecto de Resolução n.º 28/2011 – “Alteração da regulamentação dos preços do pão, farinha e cereais importados na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Rege a grelha de tempos habitual que temos vindo a usar.

Dou a palavra ao proponente para apresentar o diploma, na circunstância, ao Sr. Deputado Mário Moniz.

Tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores apresenta e coloca a debate e votação a recomendação de contratar o preço do pão de farinha de trigo tipo 65, porque está mais do que provado que o actual regime a que está sujeito o pão de farinha de trigo tipo 65 não é consequente, pois vigiar os preços

praticados não implica qualquer controlo de preços nem enquadramento sancionatório.

O mercado do pão e da farinha funciona da mesma forma que o mercado de combustíveis, e sintoma disso é a correlação positiva entre os preços do petróleo e o preço dos cereais, incluindo o trigo, nos mercados internacionais, como se pode ver.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E a gasolina e o gasóleo?

O Orador: Quando sobre o *brent*, sobem os cereais; quando desce o *brent*, também descem os cereais.

Por isso, é de estranhar que um deputado do PS, na discussão do nosso anterior projecto de resolução sobre esta matéria, tenha afirmado, com uma convicção inabalável, que o mercado funciona neste sector, como se o mercado funcionasse sempre bem, bastando para tal, que ninguém o controle ou regule.

O mesmo deputado do PS afirmou, e desta vez bem, ...

Deputado António Ventura (*PSD*): Mas quem é essa gente?

O Orador: ...que os transformadores e as Câmaras do Comércio têm pressionado o poder político, mas não tanto para aumentar o preço do pão ao consumidor e antes para incluir o preço da farinha no regime de preços máximos, e até, para reduzir o preço do gasóleo.

Cito: “ Os industriais de panificação da Terceira apelaram ao Governo Regional dos Açores para que mantenha o preço máximo de venda da farinha e reduza o preço do gasóleo.”

Não esquecemos os transformadores, e essa é a razão pela qual pretendemos proporcionar condições para que estes consigam concorrer com pão de menor qualidade, alegadamente mais barato, o tal pão congelado de que o mesmo deputado do PS...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Vai dizer o nome?

Deputada Zuraida Soares (*BE*): É a comunicação social!

Deputado João Costa (*PSD*): Quem é o deputado? Quem é essa gente?

O Orador: ...nos falou no debate referente ao nosso primeiro projecto de resolução.

Não é possível controlar o preço do barril do petróleo, mas é possível controlar o preço do gasóleo e da gasolina.

Seguindo a mesma lógica, nós não podemos controlar o preço dos cereais importados ao abrigo do POSEI, mas podemos controlar as margens da sua comercialização na Região, mesmo considerando os tais mercados.

Podemos, então, controlar o preço da farinha, da mesma forma como é controlado o preço da gasolina e do gasóleo e, como é óbvio, podemos e devemos contratualizar o preço do pão. Assim, garante-se a viabilidade dos transformadores e beneficiam os consumidores.

É inegável que há uma grande volatilidade de preços e, infelizmente, o mesmo deputado do PS, nesta casa, serviu-se dessa justificação para inviabilizar a possibilidade de termos um portal na internet, acessível ao público, com os preços dos bens e serviços sujeitos a regimes de preços. Desta vez, afirmam (em Comissão) que essa informação já se encontra disponível no portal do Governo, quando na realidade isso só acontece no caso dos combustíveis.

A volatilidade é de tal monta que a evolução do preço do pão só acompanha o preço do trigo quando é para aumentar.

Se não, como explicar que durante o último ano, o preço do trigo nos mercados internacionais, em Fevereiro, estava acima dos 250€ por tonelada, e em Julho já estava a 213€, o que obrigaria, à primeira vista, a uma redução no preço do pão.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não obrigaria. Não sobe!

Deputada Zuraida Soares (BE): Sobe!

O Orador: Infelizmente, isso não aconteceu.

O mesmo se passa com o petróleo, pois em Abril, o preço do barril do *brent* estava em 85,29€, quando em Agosto já baixara para 76,75€, e isso não se reflectiu, necessariamente, no preço da gasolina e do gasóleo.

Enfim, o mercado não funciona para o consumidor, quer nos combustíveis, quer no pão.

A vida está cara, mas alguns das senhoras e senhores deputados, aparentemente, não têm uma verdadeira noção do que custa a vida!

Deputado José San-Bento (PS): A gente só come pão de milho!

Deputada Zuraida Soares (BE): Deve é estar com essa barriguinha bem cheia!

O Orador: Para aqueles que só falam a linguagem dos números, eis os ditos, Sr. Deputado: a taxa média de inflação, na Região, em 2010 era de 0,7%, enquanto que em Setembro de 2011 é de 3,03%! Um aumento de 2,33.

Mas vamos ser ainda mais concretos e específicos, estabelecendo paralelismos com essa inflação:

O papo-seco aumentou, no período de 1 ano, no mínimo, 6,67% até a um máximo de 62,5%!

Deputada Zuraida Soares (BE): Sobe ou não sobe?

O Orador: O pão grande, ao longo de um ano, viu o seu preço aumentado em margens que vão desde os 3,7% até aos 20%!

O pão pequeno durante o último ano aumentou e, só numa padaria inquirida manteve o seu preço, mas verifica-se, noutra padaria, um aumento de 30,43%!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Só numa? Temos mais de 100 panificadoras nos Açores! Consultaram todas as panificadoras?

O Orador: É mais do que evidente que o preço do pão só acompanha os aumentos do preço do trigo. O contrário é mentira.

Contudo, o Sr. Secretário Regional da Economia (que cá não está e que foi cordial ao anunciar que não ia estar, mas vou referi-lo porque foi ele que disse) foi capaz de, em Comissão, afirmar que os preços do pão se têm mantido estáveis e a subida recente, dos preços finais, tem sido inferior à da subida das matérias-primas nos mercados internacionais.

Então, e o preço do pão tem acompanhado as descidas do preço do trigo?! Não nos parece.

Sr. Secretário Regional da Economia, o que pretendemos é definir o valor que os importadores de cereais na Região podem acrescer ao preço de aquisição nos mercados internacionais, o que é diferente de controlar os mercados internacionais.

Quando falamos em regular e vigiar preços do que é falamos?

Nós sabemos e estamos a demonstrá-lo. Mas, e o Governo Regional, o que entende por vigiar e regular?

As palavras do Sr. Secretário Regional da Economia foram bem elucidativas: (e cito) “...os preços estão liberalizados num mercado onde há concorrência, não havendo necessidade, por isso, de existir intervenção do Governo Regional.”

Temos, portanto, um Secretário Regional de um Governo PS que segue o mais importante dogma neoliberal. Mais grave do que isso, acredita que esse é um dogma que se aplica a todos os domínios da economia, incluindo o estabelecimento de preços de bens essenciais!

Para o CDS/PP a disparidade de preços do pão só se resolve pela fiscalização da legislação existente e não por via administrativa. Se assim fosse, o melhor, segundo o CDS/PP seria deixar o mercado funcionar, inclusive no caso dos combustíveis. Por isso, nem seria necessário que os combustíveis estivessem enquadrados no regime de preços máximos, bastaria termos um fiscal em cada bomba de gasolina.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Tem a certeza de um fiscal em cada bomba de gasolina?

Deputada Zuraída Soares (BE): É a conclusão lógica do seu raciocínio!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Não! Essa é minha.

A fiscalização, no caso do preço do pão, é inexistente, pois a legislação não o obriga. A legislação tão, e somente, obriga os transformadores a enviar carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que pretendam que os preços entrem em vigor.

Admitimos que ficámos surpreendidos com o voto contra dos deputados do PSD relativamente à nossa primeira proposta, a qual propunha a inclusão do preço do papo-seco no regime dos preços máximos.

Ficámos surpreendidos, porque o Regime jurídico de preços é do tempo da governação do executivo do Dr. Mota Amaral. E, pasme-se, o papo-seco estava, então, incluído no regime de preços máximos, o que remonta ao tempo dos seus executivos. Está aqui: Portaria 74/98.

O Sr. Secretário Regional da Economia, no último debate sobre esta matéria afirmou que incluir o pão no regime de preços máximos poderia ter resultados contrários às nossas intenções, pois há a tendência para fixar os preços no limite máximo, o que prejudica o consumidor.

Essa foi uma das razões que nos levou a alterar a nossa proposta relativamente ao preço do pão de farinha de trigo.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Deputada Zuraída Soares (BE): Ouvimos! Somos humildes e ouvimos as conclusões.

O Orador: Todavia, consideramos que se abriu um precedente, pois se calhar, seguindo a sua lógica que é, aliás, a mesma do CDS/PP, a melhor opção para o preço dos combustíveis não é inclui-lo no regime de preço máximo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estão a amassar tudo junto!

Deputada Zuraída Soares (BE): Acabámos agora de o dizer!

O Orador: Dizer que temos 3 ou 4 distribuidoras de combustíveis nos Açores, e que isso limita o mercado concorrencial, não está totalmente correcto, pois cada posto de abastecimento é livre de praticar o preço que entender logo que não ultrapasse o preço máximo estipulado e como é óbvio, na Região, não temos só 3 ou 4 postos de abastecimento. Temos, até, mais postos de abastecimento do que padarias.

Até atendemos à alegação de que o nosso Estatuto não permitiria contratualizar o preço dos cereais. Sendo assim, propomos limites nas suas margens de comercialização.

Sabemos que a farinha, o pão e os cereais não estão adequadamente enquadrados nos regimes de preços. Por isso, apresentámos uma primeira

iniciativa que foi debatida e criticada. Foi considerando uma parte dessas críticas que elaborámos uma segunda proposta que entendemos ser a mais adequada. Sinal disso, são os pareceres da ACRA e da Federação Agrícola dos Açores.

A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores até pode entender que tudo corre lindamente no mercado do pão. O que é estranho, considerando que são os próprios industriais que integram a Mesa de Panificação da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo que reivindicam a inclusão do preço da farinha no regime de preços máximos e as pessoas consideram que o preço do pão está a ficar incomportável.

Já li o que dizem ou o que reivindicam os industriais da panificação e para finalizar vou citar alguns testemunhos colhidos pelo Açoriano Oriental:

“Penso que o preço do pão está um pouco acima das possibilidades de cada um. Devia ser um pouco mais barato.”

“O pão está muito caro e as famílias mais pobres têm muitas dificuldades em consumi-lo.”

“Acho que o pão está caro. Muitas pessoas vão ter que se virar para o consumo do pão, como acontecia antigamente. Temos, pois, que considerar que os preços que estão em vigor não facilitam a vida a ninguém.”

Com estes testemunhos, termino esta primeira intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Já tenho duas pessoas inscritas.

Vamos avançar então no nosso debate. Dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez o Bloco de Esquerda traz aqui a este Plenário uma iniciativa que visa regular, digamos assim, a actividade das indústrias da panificação e da comercialização, o regime jurídico de preços nesta mesma área.

Nós o que dissemos há uns tempos atrás, continuamos a manter. Mantemos a mesma coerência.

Mas pelos vistos é a coerência que o Bloco de Esquerda, passado um ano, deixou de ter em relação ao seu primeiro projecto de resolução.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Aliás, o Bloco de Esquerda quando se fala em economia de mercado, quando se fala em livre concorrência, quando se fala em empresários, é uma coisa que nos faz muita impressão, como se os produtos pudessem aparecer nas prateleiras e pudessem ser consumidos se não tivessem um processo anterior a esse mesmo consumo.

Só quero relembrar que, por exemplo, no projecto de resolução do Bloco de Esquerda do ano passado, em relação aos cereais importados para a Região Autónoma dos Açores, propunha preços contratados, agora, neste projecto de resolução, propõe margens de comercialização fixadas;...

Deputada Zuraida Soares (BE): Concorda com a alteração ou não, Sr. Deputado?

O Orador: ...depois, na farinha de trigo tipo 65 para os industriais não teve uma única palavra em relação a esse assunto, agora o Bloco de Esquerda vem dizer que, passado um ano, devem ser os preços máximos; e em relação ao pão de farinha do tipo 65, há um ano atrás dizia que eram os preços máximos que tinham que ser praticados e agora diz que são os preços contratados.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas concorda ou não?

O Orador: Portanto, há aqui uma falta de coerência, passado um ano, em relação à posição do Bloco de Esquerda. Porque se o Bloco de Esquerda tem as suas convicções e pensa que o caminho certo é este, não vai andar aqui na gincana conforme os interesses ou conforme as opiniões de várias entidades em relação a este mesmo assunto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Olhe que se vai sair mal, Sr. Deputado!

O Orador: Quero relembrar-lhe que o actual regime de preços vigiados é muito explícito em relação à sua actuação e vou ler o que diz a Portaria, porque parece que o Bloco de Esquerda, na vossa Portaria, omite o que são regimes vigiados.

Diz a Portaria o seguinte: “o regime de preços vigiados consiste na obrigatoriedade do indivíduo pelas empresas expressamente notificadas para tal em carta registada, com aviso de recepção, para a Direcção Regional do Comércio...

Deputada Zuraida Soares (BE): Acabámos de ler isso! Isso é o original!

Deputado Mário Moniz (BE): Foi transcrito.

O Orador: ...dos seguintes elementos: os preços e as margens de comercialização praticados à data da notificação...”. Portanto, isto é uma obrigação das empresas panificadoras, se forem pedidos esses elementos.

Depois: “as alterações de preços e das margens praticadas sempre que ocorram, bem como a data da sua entrada em vigor e as razões justificativas das variações implementadas”, quaisquer outros elementos ou esclarecimentos solicitados pela Direcção Regional do Comércio da altura (actualmente a direcção correspondente).

Isto para dizer o quê?

Estamos aqui de facto na fase inspectiva. Na fase em que o Governo tem de pedir, fazer um levantamento desta actividade nos Açores e tem que notificar, exactamente, as empresas panificadoras sobre a sua actuação e sobre os preços que estão a praticar.

Na altura levantámos muitas dúvidas em relação a esse processo, à falta de fiscalização que está sendo feita e pelos vistos essa falta de fiscalização continua. Temos que actuar é por aí. Não podemos ir pela via mais fácil, nomeadamente atacando os empresários, atacando a própria economia de mercado, os empresários nesse processo.

Entendemos que há aqui uma falha e é uma falha em termos de regulamentação. Não é que não esteja previsto na lei...

Deputados Mário Moniz e Zuraida Soares (BE): Os empresários é que estão a pedir!

O Orador: ...porque ela está prevista na lei. O Governo pelos vistos é que não tem actuado eficazmente sobre estes mesmos empresários que, pelos vistos, podem estar a se desviar um bocadinho...

Deputada Zuraida Soares (BE): Do caminho certo!

O Orador: ... da questão dos preços que devem ser praticados.

É isso que dizem os preços vigiados e nós mantemos essa posição. Não são preços livres, são vigiados e elenquei um conjunto de situações que os empresários, se o Governo assim o entender, são obrigados a prestar os devidos esclarecimentos à Administração Regional.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para manifestar a posição do Governo acerca desta matéria e transmitir a esta casa.

Começando, no entanto, por fazer uma apreciação (se me permite um introito) em relação à intervenção do Sr. Deputado Mário Moniz e aliás, aquele que tem sido basicamente o posicionamento do Bloco de Esquerda em algumas das matérias hoje aqui discutidas, que é o de funcionar com a consciência do PS.

Nós agradecemos, o Governo agradece uma vez que também deriva da bancada do PS nesta casa, mas com a consciência convivemos muito bem. Não precisamos todas as vezes que digam que um governo socialista deveria fazer isto, ou aquilo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pinóquios também não gosto. Têm o nariz muito grande.

O Orador: Este Governo é socialista, honra-se disso e faz o que pode e o melhor que sabe pela Região. Portanto, não é preciso todas as vezes explicarem ao Governo o que faria um governo socialista porque nós somos socialistas e actuamos como tal.

Deputada Zuraida Soares (BE): Nós fazíamos o mesmo!

Deputado Mário Moniz (BE): Pelo menos recomendámos!

O Orador: Depois parece-me que o pão se está a tornar um símbolo revolucionário para o Bloco de Esquerda, uma vez que já é a segunda vez que traz a esta casa uma proposta desta natureza, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): É comida para as pessoas, Sr. Secretário.

O Orador: ... tendo no entanto (e isso deve ser salientado) evoluído ou mudado a sua posição, da primeira para esta vez, mas no sentido de (não sei se é bom, se é mau, isso já vamos ver) um pouco uma mistura de duas coisas.

Deputada Zuraida Soares (BE): É bom ou é mau?

O Orador: Por um lado, acolher algumas das críticas que vos pareceram sensatas; por outro lado, suavizar a reivindicação para ver se a coisa passa.

Portanto, o que parece ao Governo sobre esta matéria é que nós estamos perante um mercado (nem todos os mercados o são, mas este é um caso) equilibrado, um mercado que funciona em função do número de agentes.

Deputado Mário Moniz (BE): Não é equilibrado, Sr. Secretário.

O Orador: Como sabe há mais de 100 empresas de panificação ou de comercialização nos Açores; como sabe, se também juntarmos as que também têm vertente de pastelaria há mais de 150, portanto um mercado que tem essa dimensão, que funciona com esse número de agentes, num produto com um consumo como é o pão, com um consumo diário e de grande rotatividade, é um mercado que se equilibra a si próprio.

Nem todos os mercados se equilibram a si próprios. Não é uma questão de dogma, Sr. Deputado. Isto é uma questão de análise do caso concreto e o caso concreto leva-nos a concluir que é um mercado que funciona em sistema de equilíbrio e de concorrência, por via da concorrência.

Quando são muitos agentes no mesmo mercado a comercializar o mesmo produto a tendência, e o que se verifica, é que a diferenciação tem de se fazer pela qualidade, mas também pelo preço. Portanto, ninguém arrisca subir o preço acima ou para um nível onde o preço se torna um factor de perda de competitividade.

É isso que acontece neste caso e é essa a análise que o Governo faz do funcionamento do mercado.

Querer desvirtuar esse funcionamento por via legal, ou por via de uma imposição acrescida no que diz respeito à fixação de preços, justificar-se-á em alguns casos, não neste mercado em concreto.

O Sr. Deputado trouxe um quadro onde pretendia provar que havia uma correlação entre o preço da matéria-prima, no caso dos combustíveis, com o preço da matéria-prima, no caso do pão.

Provou, de facto, que há uma correlação.

Agora devia ter trazido um outro quadro que provasse a correlação da variação de preço do produto final, no caso dos combustíveis, com a variação de preço do produto final, no caso da farinha. Aí é que está o problema. Enquanto que no caso dos combustíveis há mais dificuldade em haver absorção do aumento da matéria-prima por parte dos agentes do mercado, no caso do pão tem acontecido que os agentes do mercado, sabendo o nível de concorrência existente no mesmo mercado, absorvem eles o ónus (digamos assim) do aumento da matéria-prima. Portanto, não se reflecte todas as vezes no preço do pão a oscilação positiva ou negativa da matéria-prima.

Esse é o entendimento do Governo e portanto, perante essas circunstâncias e tendo em atenção o nível de preços desde 2008, o Sr. Deputado decidiu trazer a variação de preços mais recente porque, presumo, era aquela que fundamentaria melhor as suas posições, mas essa análise deve-se fazer por um período mais vasto, mais longo, para ter maior sustentação.

Deputada Zuraída Soares (BE): Exactamente! Peça à Troika!

O Orador: E o que nos parece e o que se verifica, fazendo essa análise desde 2008, ano de início desta legislatura até ao momento, é que o pão tem mantido um preço relativamente estável e tem tido até menores variações de preço perante o contexto sócio-económico, do que têm tido outros bens de consumo também bastante corrente.

Portanto, essa é a posição do Governo.

Depois há um conjunto de dificuldades operativas ou operacionais que também não são de menosprezar, nomeadamente no que diz respeito a um sistema que se teria de encontrar para aferir da percentagem de um determinado tipo de

farinha no pão que todos os dias é posto à venda na Região, que é algo que me parece (com certeza também parecerá ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda) difícil de aferir. Portanto, há uma questão operativa, operacional (haveria no caso desse método ser implementado) que dificulta a sua concretização. Julgo que esse elemento também deverá ser tido em consideração, sendo que globalmente o que nos parece (e para tentar resumir) é que percebemos em parte a evolução de pensamento do Bloco de Esquerda, percebemos em parte a preocupação, particularmente aproveitando também um pouco o contexto sócio-económico que se vive...

Deputada Zuraida Soares (BE): E as necessidades das pessoas!

O Orador: ...mas o mercado desmente a preocupação do Bloco de Esquerda. Às vezes é assim, nuns casos é assim, noutros não o será, mas neste caso concreto é-o.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve declaração só para considerar que esta iniciativa do Bloco de Esquerda é considerada, pela nossa parte, um retrocesso; é considerada, pela nossa parte, um voltar atrás sem qualquer tipo de justificação.

Pretende com esta iniciativa, o Bloco de Esquerda, uma maior intervenção sobre um mercado que funciona de forma completamente livre.

Aceitamos que isso seja natural para o Bloco de Esquerda, aceitamos que seja coerente ideologicamente com o Bloco de Esquerda, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Quando se trata de bancos é para o vosso lado. Aí não se trata de coerência. Agora quando se trata de pão aí o Estado não pode interferir no nosso dinheiro!

O Orador: ... mas para nós é obviamente inadequado e é perfeitamente atentatório dos valores de mercado que defendemos.

Admitimos que nesta situação ou em determinadas situações das quais possam sair penalizados os açorianos, concretamente as pessoas, as famílias, possa

haver uma maior atenção dada pelo Governo na observação daquilo que se pode estar a passar a nível deste mercado.

Agora não podemos é aceitar, que com essa intervenção, o Governo exerça uma acção que venha a condicionar o funcionamento dum mercado que é livre. Não faz minimamente sentido para nós. Fará obviamente para os senhores e têm todo o direito de pensar assim. Descaracterizar o mercado livre, nunca! É isso que consideramos que é absolutamente essencial na sociedade actual, numa sociedade como a sociedade e a economia açoriana.

Deputado José San-Bento (PS): O PSD já tem a liberalização das passagens áreas!

O Orador: As características efectivamente deste mercado são características que por si só asseguram o seu funcionamento perfeitamente eficaz. É um mercado extremamente pulverizado do lado da oferta e por isso garante, à partida, o funcionamento das boas regras do mercado.

Por isso, consideramos que esta iniciativa do Bloco de Esquerda é um perfeito regresso ao passado que não vai merecer, obviamente, uma votação favorável da nossa parte.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pois, o Dr. Mota Amaral!

O Orador: Por isso, sem qualquer margem para dúvidas e sem que vacilemos um único momento, votaremos contra a iniciativa do Bloco de Esquerda.

Presidente: Sra. Deputada Nélia Nunes tem a palavra.

(*) **Deputada Nélia Nunes (PS):** Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, face às propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda, vem manifestar a sua posição relativamente à inclusão na lista de bens ou serviços sujeitos ao regime de preços máximos da farinha de trigo tipo 65 para usos industriais.

Consideramos esta proposta inadequada à presente realidade, porque, como é do conhecimento geral, o preço deste bem é altamente dependente do preço dos cereais nos mercados internacionais, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Outra vez!

A Oradora: ...que tem registado enormes alterações nos últimos anos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Nós evoluímos! A justificação é precisamente a mesma! Alguém está parado no tempo!

A Oradora: Este facto dificulta um adequado acompanhamento e controlo administrativo do preço em referência e a Administração Regional não tem capacidade para reagir a tempo oportuno a esta dinâmica natural do mercado.

Em suma, este regime não tem efeitos práticos na medida em que não se pode intervir no preço da matéria-prima, nem estabelecer um acompanhamento e controle administrativo *a posteriori*.

Deputada Zuraida Soares (BE): É outro diploma. A justificação é a mesma!

A Oradora: Importa sim garantir a necessária flexibilidade do preço deste bem face às oscilações nos preços dos cereais no mercado internacional, criando as condições que permitam às empresas adaptar-se ao mercado e à concorrência.

O sistema de preços vigiados onde a farinha está agora enquadrada prevê em qualquer altura o acompanhamento da Administração Regional e a possibilidade de intervenção em situações de especulação de preços.

Relativamente ao ponto 2, da alínea a), o tipo de regime de preços agora proposto pelo Bloco de Esquerda adequa-se quando existe uma forte concentração de oferta que permita ao Governo Regional acertar com as empresas do sector preços e demais condições.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: A inclusão do preço do pão em regime de preços contratados é materialmente impraticável, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ...pois obrigaria os serviços do Governo Regional a celebrar contratos com centenas de operadores que exercem actividade nesta área.

Assim considerámos que o Governo Regional em 2007 tomou a opção correcta ao integrar o preço do pão no regime dos preços vigiados, tendo o mesmo se mantido estável no mercado. Este facto demonstra que, por um lado, existe um número suficiente de operadores económicos no mercado e que portanto, existe concorrência e que o mercado nestas condições funciona de forma mais eficaz.

Relativamente à proposta de inclusão dos cereais importados para a Região Autónoma dos Açores referida no ponto 3, da mesma alínea, consideramos que esta proposta de medida agora apresentada pelo Bloco de Esquerda revela uma mudança relativamente ao ano anterior já que havia sido proposto em inclusão deste tipo de produto no regime de preços contratados.

De qualquer modo, tanto uma, como a outra, não fazem qualquer sentido uma vez que a aquisição dos cereais por parte dos operadores económicos regionais é efectuada no mercado internacional, já que a Região não produz este bem.

Deputado Mário Moniz (BE): É a repetição do santo evangelho!

A Oradora: Sendo assim, o Governo Regional legalmente não pode intervir neste tipo de transacção, muito menos fixar margens de comercialização neste tipo de negócio.

Deputado Mário Moniz (BE): É a fuga. É o que se chama.

A Oradora: Relativamente à última proposta apresentada na alínea b), consideramos que a disponibilização de recursos humanos e financeiros por parte do Governo Regional não irá trazer aos açorianos os benefícios ou vantagens correspondentes aos custos que esta medida irá implicar.

Assim, o Partido Socialista vem manifestar a sua discordância face a esta iniciativa proposta pelo Bloco de Esquerda e entendemos que os actuais regimes de preços são os mais adequados à salvaguarda dos interesses dos consumidores açorianos.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, (e está constatado) a proposta do Bloco evoluiu, assim como evoluiu a situação política, económica e social ao longo dos tempos, desde a apresentação da proposta.

E se esta evolução da proposta que estamos aqui a apreciar pode ser encarada como positiva e ajustada até à apreciação que então foi feita a uma outra, a

verdade é que V. Exas., o centrão (os fiéis seguidores da teologia do mercado) não evoluíram, continuam amarrados...

Deputado Francisco César (PS): É a cassette!

Deputado António Marinho (PSD): Os senhores vivem em 1917 e depois nós é que vivemos.

O Orador: Não é a cassette, é em *blu-ray*.

V. Exas. é que continuam amarrados e fiéis seguidores da teologia do mercado. Quer dizer, quando é para intervir, nacionaliza-se o prejuízo, como foi o caso do BPN; ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem tudo a ver!

O Orador: ...quando se trata aqui de um bem (estamos a falar de um bem) que é base da alimentação, V. Exas. não se preocupam com isso e então vamos deixar o mercado funcionar. Funciona muito bem!

Não funciona, porque se o mercado funcionasse bem vivíamos no paraíso e estamos muito distantes de qualquer comparação desse tipo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e Deputado José Lima (PS): Havia filas para ir buscar pão!

O Orador: V. Exas. deviam ter aprendido com a situação que actualmente estamos a viver...

Secretário Regional da Presidência: Nós? Com as filas para comprar pão como eram?

Deputado José Lima (PS): As filas eram grandes!

O Orador: ...e que tem exactamente a ver com a desregulação, com o seguidismo, com o neo-liberalismo, com o seguir acriticamente as supostas vantagens do mercado, mas entretanto chegámos onde chegámos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E as filas do pão na União Soviética?

O Orador: Estamos mergulhados numa profunda crise financeira e económica, uma profunda crise social, tudo em nome do mercado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Por causa do preço do papo-seco.

O Orador: Estamos aqui a falar de pessoas e de pessoas que precisam de se alimentar...

Deputado José Lima (PS): O senhor devia transformar esse mercado!

O Orador: ...e que o pão é base da alimentação, portanto eu não quero saber aqui de mercado livre...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não quer saber aqui e nem em parte nenhuma!

O Orador: ...nem se funciona bem, nem se funciona mal. Não quero saber disso para nada.

O que me interessa a mim são as pessoas e o acesso que as pessoas têm a um bem alimentar, a satisfação de um direito básico e V. Exas., relativamente aí, mostram a vossa habitual insensibilidade.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não diga isso! Não apoiado!

O Orador: Eu já sei que não apoia, Sr. Secretário, mas algum dia há-de apoiar...

Deputado Mark Marques (PSD): O Sr. Deputado é um homem de esperança!

O Orador: ...porque o pântano ideológico onde V. Exas. se meteram e mergulharam está-vos a dar o resultado que dá. Portanto, há-de haver alguma evolução.

Registo aqui a posição, mais uma vez, (ao lado da direita e da direita radical) do Governo do Partido Socialista, a posição da bancada do Partido Socialista coladinha à direita radical (ainda não sei qual é a posição do Deputado do PPM, veremos daqui a pouco).

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já vou falar a seguir!

O Orador: Para que fique registado esta insensibilidade que V. Exas. demonstram relativamente a uma questão que é fundamental: o acesso a um bem de primeira necessidade, o acesso e a satisfação dum direito básico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Lima (PS): O senhor fala bem, mas diz pouco!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para um intervalo de 10 minutos, Sr. Presidente.

Presidente: Face a este intervalo ficamos por aqui.

Recomeçamos os nossos trabalhos amanhã, às 10 horas da manhã, com a Agenda.

Muito boa noite. Bom jantar. Até amanhã.

(Eram 19 horas e 51 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Correspondência

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Procede à segunda alteração à Lei do Orçamento do Estado de 2011, aprovado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (n.º 26/XII)

Autor: Gabinete da Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2011.10.19;

Comissão: Economia

Data de emissão de parecer: 2011.11.07.

2 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter deliberação aprovada em reunião extraordinária do Conselho de Ilha do Pico, relativa ao Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores

Proveniência: Presidente do Conselho de Ilha do Pico, Cláudio José Gomes Lopes

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 18.

Pela Redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado